



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**Operações de apoio á Paz: Guarda Nacional Republicana no
Iraque (2003-2005)**

Bruno Miguel Romão Silva

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**Operações de apoio á Paz: Guarda Nacional Republicana no
Iraque (2003-2005)**

Bruno Miguel Romão Silva

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar

Évora 2020



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Evanthia Balla (Universidade de Évora)

Vogais | Dinis Manuel Vitória da Fonseca () (Arguente)
Maria da Saudade Baltazar (Universidade de Évora) (Orientador)

Agradecimentos

Quero em primeiro lugar, agradecer aos meus pais, que sempre me transmitiram um conjunto de valores que considero fundamentais para o meu crescimento como pessoa. Todos os objetivos que alcancei são em grande parte, devido a eles, não só pelo seu apoio incondicional, como também por toda a demonstração de força, vontade, paciência e compreensão ao longo da minha vida. Agradeço também o facto de me terem aberto diversas portas e de me terem ajudado e dado a liberdade de construir o meu caminho, sempre ao meu lado. Aos dois, o meu maior obrigado.

Agradeço também à minha namorada e à minha restante família que, de uma ou de outra forma, são e sempre serão uma motivação extra.

À Professora Doutora Saudade Baltazar por ter aceite o meu convite, por me ter guiado ao longo deste marco da minha vida pessoal e pelo inextinguível esforço e tempo investido nesta investigação.

Da mesma forma, um grande agradecimento ao Sargento-Ajudante António Alves da Cunha e Silva da Guarda Nacional Republicana, por toda a ajuda e inteira disponibilidade, ao longo da realização deste projeto de investigação, assim como ao Tenente-Coronel Gonçalo Nuno Silva Gonçalves de Carvalho, ao Coronel Paulo Jorge Alves Silvério, ao Tenente-Coronel António Manuel da Silva Ramos e ao Coronel Pedro Emilio da Silva Oliveira, pela forma como se mostraram disponíveis para a realização das entrevistas e por todo o apoio demonstrado.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento à Guarda Nacional Republicana, instituição militar que represento, e que autorizou a realização deste projeto de investigação.

Índice

| | |
|--|-----------|
| Agradecimentos | 3 |
| Índice..... | 4 |
| Índice de tabelas | 5 |
| Índice de figuras | 5 |
| Índice de gráficos..... | 5 |
| Resumo | 6 |
| Abstract..... | 7 |
| Glossário | 8 |
| Introdução..... | 11 |
| Parte I - A Resolução de Conflitos e as Forças <i>Gendarmerie</i> em Missões Internacionais | 15 |
| Capítulo I- Paz e Conflito na perspectiva das Relações Internacionais | 16 |
| 1.1- Realismo e Idealismo | 19 |
| 1.2- Behaviorismo e Tradicionalismo | 21 |
| 1.3- Neorealismo, Neoliberalismo e Estruturalismo | 22 |
| 1.4- Racionalismo, Reflexivismo e Construtivismo..... | 23 |
| 1.5- Os estudos para a paz e a conceção de Johan Galtung..... | 25 |
| Capítulo II - Operações de apoio à paz na doutrina das Organizações Internacionais..... | 29 |
| 2.1 – Organização das Nações Unidas..... | 32 |
| 2.2 – Organização do Tratado do Atlântico Norte | 40 |
| 2.3 – União Europeia..... | 44 |
| Capítulo III - <i>Forças Gendarmerie</i> e a sua atuação em Missões Internacionais | 49 |
| 3.1 - <i>Security Gap</i> | 50 |
| 3.2 – <i>Multinational Specialized Unit</i> | 54 |
| 3.3- O Caso Português – GNR..... | 60 |
| Parte II – A participação da GNR na <i>Operation Iraqi Freedom</i> (2003-2005)..... | 69 |
| Capítulo IV – O conflito no Iraque e a missão <i>Operation Iraqi Freedom</i> | 70 |
| Capítulo V - Atuação da GNR no Teatro de Operações | 76 |
| 5.1- Estratégia de promoção para a paz | 78 |
| 5.2- Preparação, Recursos e Sistema de Segurança Coletiva NATO | 84 |
| 5.2.1- Aprontamento | 84 |
| 5.2.2- Recursos Humanos e Materiais | 86 |
| 5.2.3- Sistema de Segurança Coletiva NATO | 91 |
| 5.3- Coordenação militar e liderança | 93 |
| 5.4- Análise estratégica da missão e desafios futuros | 95 |

| | |
|---|------------|
| 5.4.1- Vulnerabilidades | 95 |
| 5.4.2- Fatores potenciadores | 96 |
| 5.4.3- Desafios Futuros | 98 |
| Conclusão | 101 |
| Referências bibliográficas | 104 |
| Anexo A - Guião de Entrevista | 114 |
| Anexo B – Grelha de análise de conteúdo..... | 117 |
| Anexo C - Autorizações para realização da investigação | 126 |

Índice de tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Os grandes debates em Relações Internacionais e as preocupações de segurança | 19 |
| Tabela 2: GNR em missões no formato de monitores de polícia civil..... | 67 |
| Tabela 3: GNR em missões no formato de força constituída | 67 |
| Tabela 4: Vulnerabilidades e fatores potenciadores da missão | 98 |
| Tabela 5: Desafios futuros | 100 |

Índice de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1: Estratégias de promoção da paz, segundo <i>Capstone Doctrine</i> | 39 |
| Figura 2: <i>Security Gap</i> | 54 |
| Figura 3: <i>Green Box e Blue Box</i> | 57 |
| Figura 4: Organograma MSU tipo | 59 |
| Figura 5: Organograma da estrutura geral da GNR | 65 |
| Figura 6: GNR presente como força constituída..... | 68 |
| Figura 7: Província de Dhi Qar no Iraque | 78 |
| Figura 8: Organograma de Comando da <i>Operation Iraqi Freedom</i> , em Junho de 2003 | 79 |
| Figura 9: Organograma MSU no Iraque | 80 |

Índice de gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Relação de recursos humanos por contingente..... | 90 |
| Gráfico 2: Relação de postos por contingente..... | 90 |

Resumo

Um estudo acerca da importância das missões internacionais, levadas a cabo pela Guarda Nacional Republicana, enquanto força de *Gendarmerie*, assim como o seu contributo para a resolução de conflitos, gestão de crises, manutenção da paz internacional, e a sua contribuição para a Política Externa do Estado Português, particularmente no Iraque, de 2003 a 2005, na missão denominada por *Operation Iraqi Freedom*.

O crescente interesse pelos Estudos para a Paz, bem como a existência de Organizações Internacionais cada vez mais envolvidas neste setor de atuação, particularmente a Organização das Nações Unidas, tem levado a uma crescente valorização das Operações de Apoio à Paz, pois estas têm sido consideradas um elemento chave na resolução de conflitos, a nível internacional. Também a criação das forças *Gendarmerie*, consideradas forças de polícia militares, têm tido um papel extremamente importante na resolução destes conflitos, devido à sua característica de órgão de polícia criminal e ao mesmo tempo, militar, sendo que através desta dissertação pretende-se demonstrar que esta característica militar de uma força de polícia, como é a GNR, e numa missão aliada à doutrina NATO e ao seu sistema de segurança coletiva, foi fundamental para o cumprimento dos objetivos definidos no Iraque.

Através de uma metodologia de carácter qualitativo, com base num estudo de caso, e de entrevistas como instrumento de recolha de dados, foi possível compreender que a missão no Iraque, enquadrada numa doutrina militarizada da NATO, e baseada numa estratégia que, segundo os entrevistados se inseriu num contexto de imposição de paz, permitiu compreender que a coordenação, interoperabilidade, liderança e características militares das forças de *Gendarmerie* são fundamentais neste tipo de missões, e que efetivamente conseguem fazer uso destas com vista à construção de uma paz duradoura e sustentável, de acordo com o desígnio de Johan Galtung, considerado o criador dos Estudos para a Paz.

Palavras-chave: Missões Internacionais; Manutenção da paz; *Gendarmerie*; Guarda Nacional Republicana; Iraque

Abstract

Peace Support Operations: Guarda Nacional Republicana in Iraq (2003-2005)

A study on the importance of the international missions, carried out by the Republican National Guard, as a Gendarmerie force, as well as its contribution to conflict resolution, crisis management, international peacekeeping, and its contribution to the Portuguese State Foreign Policy, particularly in Iraq, from 2003 to 2005, in the mission called Operation Iraqi Freedom.

The growing interest in Peace Studies, as well as the existence of International Organisations increasingly involved in this sector, particularly the United Nations Organisation, has led to a growing appreciation of Peace Support Operations, as they have been considered a key element in conflict resolution at the international level. Also the creation of Gendarmerie forces, considered as military police forces, has played an extremely important role in the resolution of these conflicts, due to its characteristic of a criminal and at the same time military police force, and through this dissertation it is intended to demonstrate that this military characteristic of a police force, such as GNR, and in a mission allied to NATO doctrine and its collective security system, has been fundamental to the achievement of the goals set in Iraq.

Through a qualitative methodology, based on a case study, and interviews as a data collection tool, it was possible to understand that the mission in Iraq, framed in a militarized NATO doctrine, and based on a strategy that, according to the interviewees, was inserted in a context of peace enforcement, made it possible to understand that the coordination, interoperability, leadership and military characteristics of the Gendarmerie forces are fundamental in this type of mission, and that they can effectively make use of these with a view to building a lasting and sustainable peace, in accordance with the design of Johan Galtung, considered the creator of Studies for Peace.

Keywords: *International Missions; Peacekeeping; Gendarmerie, Republican National Guard, Iraq*

Glossário

| | |
|-------------|---|
| AJP | <i>Allied Joint Publication</i> |
| BM | Banco Mundial |
| CCS | Companhia de Comando e Serviços |
| CE | Comunidade Europeia |
| CECA | Comunidade Europeia do Carvão e do Aço |
| CEDN | Conceito Estratégico de Defesa Nacional |
| CEE | Comunidade Económica Europeia |
| CENTCOM | <i>The United States Central Command</i> |
| CIMIN | <i>High Level Interdepartmental Committee</i> |
| CIVPOL | <i>Civilian police</i> |
| CJM | Código de Justiça Militar |
| COE | Companhia de Operações Especiais |
| CS | Conselho de Segurança |
| DMSPC | <i>Department of Management Strategy, Policy and Compliance</i> |
| DOS | <i>Department of Operational Support</i> |
| DPERI | Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais |
| DPO | <i>Department of Peace Operations</i> |
| DPPA | <i>Department of Political and Peacebuilding Affairs</i> |
| EGF | <i>European Gendarmerie Force</i> |
| EM | Estado Maior |
| EMGNR | Estatuto Militar da Guarda Nacional Republicana |
| ESI | Estudos de Segurança Internacional |
| EUA | Estados Unidos da América |
| EUBAM Rafah | <i>European Union Border Assistance Mission to Rafah</i> |
| EUCOPPS | <i>European Union Police Mission for the Palestinian Territories</i> |
| EULEX | <i>European Union Rule of Law Mission in Kosovo</i> |
| EUPM | <i>European Union Police Mission in Bosnia and Herzegovina</i> |
| FFAA | Forças Armadas |
| FIEP | <i>International Association of Gendarmeries and Police Forces with Military Status</i> |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FPU | <i>Formed Police Unit</i> |
| FSS | Forças e Serviços de Segurança |

| | |
|-------------|---|
| GNR | Guarda Nacional Republicana |
| HF | <i>High Frequency</i> |
| IPU | <i>Integrated Police Unit</i> |
| ITJTF | <i>Italian Joint Task Force</i> |
| KFOR | <i>Kosovo Force</i> |
| LBGECM | Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar |
| LDN | Lei da Defesa Nacional |
| LOGNR | Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana |
| MAI | Ministério da Administração Interna |
| MDN | Ministério da Defesa Nacional |
| MINUSTAH | Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti |
| MND-SE | <i>Multinational Division Southeast</i> |
| MNE | Ministério dos Negócios Estrangeiros |
| MNF | <i>Multinational Force</i> |
| MONUA | Missão de Observação das Nações Unidas em Angola |
| MONUC | Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo |
| MOP | Manutenção de Ordem Pública |
| MSU | <i>Multinational Specialized Unit</i> |
| NA5CRO | <i>Non-Article 5 Crisis Response Operations</i> |
| NATO / OTAN | <i>North Atlantic Treaty Organization /</i> Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| NBQ | Nuclear, Biológica e Química |
| NTM-A | <i>NATO Training Mission-Afghanistan</i> |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSCE | Organização para a Segurança e Cooperação na Europa |
| PCSD | Política Comum de Segurança e Defesa |
| PESC | Política Externa e de Segurança Comum |
| PESD | Política Europeia de Segurança e Defesa |
| PSO | <i>Peace Support Operations</i> |
| RC | Resolução de Conflitos |
| RDGNR | Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana |
| RI | Relações Internacionais |
| RMMMCA | Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas |
| ROC | <i>Radio On Call</i> |
| SFOR | <i>Stabilization Force</i> |
| SPU | <i>Stability Police Forces</i> |
| TO | Teatro de Operações |

| | |
|------------|--|
| UE | União Europeia |
| UEO | União da Europa Ocidental |
| UNAVEM II | <i>United Nations Angola Verification Mission II</i> |
| UNAVEM III | <i>United Nations Angola Verification Mission III</i> |
| UNESCO | <i>United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization</i> |
| UNMIL | <i>United Nations Mission in Liberia</i> |
| UNMIT | <i>United Nations Integrated Mission in East Timor</i> |
| UNMISET | <i>United Nations Mission of Support in East Timor</i> |
| UNOCI | <i>United Nations Operation in Côte d'Ivoire</i> |
| UNOTIL | <i>United Nations Office in Timor-Leste</i> |
| UNTAET | <i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i> |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| VHF | <i>Very High Frequency</i> |

Introdução

A presente investigação é realizada no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, pela Universidade de Évora, e centra-se na área dos Estudos sobre Segurança Internacional, especificamente sobre a resolução de conflitos.

A guerra e a paz continuam a dominar a abordagem sobre as dinâmicas humanas, e em particular no âmbito do domínio científico das Relações Internacionais. Na atualidade, esta orientação de estudos encontra-se reforçada pela crescente insegurança e conflitualidade dos nossos dias, assim como o aumento do número de guerras civis ativas. Constata-se o predomínio de conflitos intraestados e intraestados internacionalizados e que na sua maioria evoluem durante anos em baixa intensidade¹. Também é de realçar o crescente número de mortes em combate ocorrido em particular desde 2005. (Melander, Pettersson & Themnér, 2016). Os métodos e as técnicas que devem ser acionadas, quer pelas populações afetadas quer pela comunidade internacional, com vista à resolução de conflitos, exige cada vez mais um redobrar de atenção por parte dos decisores assim como o reconhecido contributo da academia na formulação de recomendações para a tomada de decisão (Branco, Sousa & Oliveira, 2017).

É com base na premissa de que a especificidade dos conflitos dos últimos anos tende a reforçar a ameaça sobre a estabilidade e paz, quer a nível internacional, nacional e até à escala regional, e na necessidade de reduzir o potencial de violência dos Estados assim como dos grupos não-estaduais, que de acordo com Branco, Sousa & Oliveira (2017), se tem assistido ao desenvolvimento de conhecimentos na área da “Resolução de Conflitos”, impulsionado por cientistas sociais e decisores responsáveis por assuntos de política internacional.

Justificamos esta investigação pelo facto de se considerar ser um tema de particular relevância dentro do espectro das missões internacionais levadas a cabo pela GNR, visto que a missão era classificada de elevada perigosidade e inserida num Teatro de Operações ainda muito instável. De acordo com o Coronel Barreto, 2º Comandante do 1º Contingente da GNR no Iraque: “(...) pelo menos uma ou duas mortes de militares da coligação por dia, dúzias de atentados e ataques às colunas dos mesmos” (Barreto, 2010: 56). Esta afirmação sustenta ainda mais a elevada perigosidade do conflito no Iraque, sendo essa uma das razões pela qual esta missão foi escolhida

¹ Considera-se baixa intensidade quando a ocorrência de mortes em combate por ano é de 25 a 999, e guerra civil com 1000 ou mais. (Branco, Sousa & Oliveira, 2017).

em detrimento de outras onde a GNR esteve empenhada, e também por ser uma missão onde o fator militar foi muito importante no decorrer da mesma. Para além disto, o contingente deu por terminada a missão em 2005, sem qualquer baixa, com um grande sentido de dever cumprido, e com um reconhecido desempenho, sendo esta mais uma razão, para o tema ser abordado com particular interesse, dando evidentemente ênfase à grande capacidade de bem servir, desta força de segurança portuguesa de cariz militar, que é a GNR.

Em comparação com outros estudos, neste trabalho, é dado ênfase, em particular, à característica militar da GNR, bem como à sua vertente policial. Também é dada importância à generalidade do equipamento utilizado pelos diversos contingentes a nível operacional, assim como às suas tarefas dentro de território Iraquiano, para assim compreender como decorreu a missão e o porquê de ter sido a GNR a ser empenhada num teatro tão perigoso e tão difícil como o do Iraque.

A questão principal serve como pilar e orientação do presente estudo, sendo ela, “De que forma, a característica militar da GNR como força *Gendarmerie*, contribuiu para o desempenho da missão *Operation Iraqi Freedom* e conseqüentemente para o reforço da política externa portuguesa?”.

O presente estudo tem então como objetivo central, analisar o papel da GNR, enquanto força de *Gendarmerie*, nas Operações de Apoio à Paz, nomeadamente o seu desempenho na missão *Operation Iraqi Freedom*, e o seu contributo para a política externa portuguesa.

Relativamente aos objetivos específicos, irão ser analisados os atributos desta força militar nas operações de apoio à paz, irá ser caracterizada a missão em concreto, tendo em conta a sua área operacional, capacidade e atividade, assim como as principais vulnerabilidades, fatores potenciadores no planeamento e execução da missão, no plano interno e externo, e por fim, irão ser apresentados os desafios para o futuro, não só a nível nacional como promotores da política externa portuguesa, mas também a nível internacional por parte das Organizações Internacionais, como é o caso da ONU. Para além destes objetivos, irão ser analisadas em concreto, as capacidades da GNR, a nível de eficácia, planeamento, interoperabilidade, capacidade, competência, polivalência, flexibilidade e equipamento, assim como as funções operacionais no terreno.

Para a consecução dos objetivos foi utilizada uma metodologia de carácter qualitativo, com base num estudo de caso, e foram analisados documentos oficiais de diversas organizações internacionais que permitiram justificar esta missão, assim como artigos científicos e trabalhos que abordem a temática em estudo, e em particular a missão no Iraque.

Em complemento, foi aplicada a técnica de entrevista, como forma de fortalecer e delimitar

a investigação, compreendendo aquilo que foi a missão no Iraque, através de testemunhos de quem esteve presente no Teatro de Operações. Para o efeito, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, junto de oficiais que exerceram funções de comando nos quatro contingentes da missão em análise. Foi entrevistado o Tenente Coronel Gonçalo Nuno Silva Gonçalves de Carvalho, Oficial de Ligação, de Operações e Informações do Subagrupamento Alfa, durante o Primeiro Contingente; o Coronel Paulo Jorge Alves Silvério, Comandante do Segundo Contingente; o Tenente-Coronel António Manuel da Silva Ramos, Comandante do Terceiro Contingente; o Coronel Pedro Emílio da Silva Oliveira, Comandante do Quarto Contingente.

Esta dissertação encontra-se estruturada em duas partes principais.

Na primeira parte, irá ser feito um enquadramento sobre a Resolução de Conflitos e a sua importância nas missões internacionais através da utilização de Forças *Gendarmerie*. Esta irá ser dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda os Estudos para a Paz, ou seja, a teoria que sustenta a presente investigação, através da perspetiva das Relações Internacionais, escrutinando os quatro grandes debates desta disciplina no que diz respeito à sua evolução teórica. Complementando este capítulo, apresenta-se a abordagem de Johan Galtung, considerada de extrema importância para o impulsionar dos Estudos para a Paz. Iremos enquadrar os estudos deste sociólogo com a evolução do papel da ONU, relativamente à paz.

No segundo capítulo irá ser dado ênfase às operações de paz e às organizações internacionais que pretendemos abordar na presente investigação, relativamente à sua doutrina. Por um lado, a ONU, visto ser uma organização fundamental e que contribuiu muito para os estudos da paz. A NATO, cuja missão da GNR no Iraque foi baseada na sua doutrina, apesar de ter sido constituída numa coligação *ad-hoc*, e por último, a doutrina da UE por ser de igual modo uma organização fundamental neste contexto e também por ter um papel ativo nas operações de apoio à paz, através dos seus Estados-Membros.

No terceiro capítulo, irão ser abordadas as Forças de *Gendarmerie* e a sua atuação em Missões Internacionais. Pretende-se com este capítulo, descrever e realçar a importância destas forças internacionalmente, visto que possuem um carácter de polícia e ao mesmo tempo, são forças consideradas militares e que possuem formação para atuar em ambientes hostis e em situações de conflito, tal como aconteceu na *Operation Iraqi Freedom*. Ainda neste capítulo, irá ser caracterizado o conceito de *Security Gap*, visto ser essencial para o enquadramento de uma Força *Gendarmerie* num conflito, assim como a *European Gendarmerie Force* (EGF), uma força de

gendarmerie europeia. Irá ser caracterizada a *Multinational Specialized Unit*, unidade em que o contingente português foi enquadrado no Iraque, e é baseada na doutrina da NATO, e por último, caracterizar a GNR como uma força de polícia com carácter militar, justificando assim, a sua presença em Operações de Apoio à Paz.

Na segunda parte, irá ser caracterizada em concreto, a missão no Iraque, denominada de *Operation Iraqi Freedom*.

No quarto capítulo, irá ser elaborado um enquadramento geral sobre a génese do conflito do Iraque, sobre as várias condenações a Saddam Hussein, por parte dos EUA, a partir de 2001, e de toda a tensão existente com o Iraque, sendo também neste capítulo que se irá justificar a invasão ao Iraque, assim como a presença portuguesa através do Subagrupamento Alfa da GNR.

No quinto capítulo, irá ser analisada concretamente a atuação da GNR no Teatro de Operações, no que diz respeito à estratégia de promoção da paz, capacidades, estrutura preparação, aprontamento, recursos humanos, recursos materiais e conseqüente enquadramento da doutrina NATO, na qual se desenrolou a missão. Irá também ser analisada a importância da coordenação militar e respetiva liderança numa missão de elevada perigosidade, assim como uma análise estratégica das vulnerabilidades, fatores potenciadores e desafios para o futuro. Ainda dentro deste capítulo, no que diz respeito concretamente aos quatro contingentes, irão ser analisadas as informações recolhidas com as entrevistas, para que possamos compreender o papel da GNR na missão, ressaltando mais uma vez, a importância da sua característica militar.

Parte I - A Resolução de Conflitos e as Forças *Gendarmerie* em Missões Internacionais

Capítulo I- Paz e Conflito na perspectiva das Relações Internacionais

As Relações Internacionais (RI), como disciplina científica, surgiram no início do século XX. Apesar de, desde meados de 1859 já se analisarem fenômenos internacionais com a criação da *Chichele Chair of International Law and Diplomacy em Oxford*, o primeiro departamento de Relações Internacionais, foi criado na Universidade de Gales em 1919. A partir desta altura começaram a surgir os primeiros centros de investigação e ensino das Relações Internacionais.

Contextualizando com a Primeira Guerra Mundial, foi a partir do fim da mesma que as RI começaram a ter mais relevância no plano internacional.

O estudo das Relações Internacionais está associado ao campo das ciências sociais, existindo uma grande inter-relação com as mesmas, tornando-se assim, multidisciplinar.

No início, o objeto de estudo das RI, baseava-se em análises militares. Depois da 2ª Guerra Mundial as Relações Internacionais foram-se tornando mais complexas. O Estado deixou de ser o único agente ativo na política externa de uma nação, para assim, surgirem outros atores e organizações no sistema internacional. Esta disciplina, desde o início, que está intimamente ligada às relações entre Estados, mas com o surgimento de outros atores internacionais, têm surgido novas matérias, que se materializam naquilo que são os objetos de estudo das Relações Internacionais. “(...) entre as diversas definições da realidade do estudo das Relações Internacionais, estas podem ser sintetizadas em dois grupos: O primeiro grupo é o que apresenta as relações internacionais como resultado das relações entre estados; O segundo grupo de definições é aquele que compreende os seguintes fenômenos: a) paz e guerra; b) armas nucleares e desarmamento; c) imperialismo e nacionalismo; d) as relações assimétricas entre sociedades ricas e sociedades pobres; e) preservação do meio ambiente; f) combate ao narcotráfico; g) combate ao terrorismo internacional; h) defesa dos direitos humanos; i) influência das instituições religiosas; j) organizações internacionais; l) processo de integração regional; m) formação e fragmentação dos Estados; n) comércio e ação das corporações multinacionais; o) raça e género em todo o mundo; p) desenvolvimento e transferência tecnológica; q) globalização.” (Gonçalves, 2005, citado por Marinho, 2008: 17).

Posto isto, e segundo Marinho (2008), os conflitos que levam à guerra, têm sido o grande tema do estudo das Relações Internacionais, que se evidenciou depois do fim da 1ª Grande Guerra.

O advento dos Estudos para a Paz, depois do fim do sistema bipolar, surgiu com o objetivo de acabar com a proliferação da Guerra, dos conflitos armados e da violência no interior dos

Estados. Nos dias de hoje, as Relações Internacionais preocupam-se cada vez mais com aspetos como as desigualdades económicas, sociais, políticas, culturais e históricas, pois a existência destas, favorece o aparecimento da violência.

“O campo das relações internacionais parece, portanto, ser caracterizado por três conjuntos distintos de perspectivas: conflito, segurança e guerra; cooperação e condições para a paz; equidade, justiça e fontes de desigualdade internacional.” (Rigueira, 2012: 30).

Face a este alargamento temático do campo de estudo das Relações Internacionais, importa focar a presente abordagem na “sub-disciplina de RI que lida exclusivamente com as questões da guerra e paz é identificada como Estudos de Segurança Internacional (ESI). Esta sub-disciplina desenvolve-se após a Segunda Guerra Mundial e muda o enfoque da investigação da guerra para a defesa e segurança, alargando o leque de ciências sociais relevantes para o estudo deste fenómeno. O seu enfoque inicial é sobre o uso da força nas relações internacionais sendo que desde o final dos anos sessenta considera também questões económicas, ambientais e sociais juntamente com o seu enfoque tradicional em questões políticas e militares.” (Sousa, 2017:51).

Iremos agora, e neste enquadramento abordar os chamados Grandes Debates das RI, que ocorreram ao longo do Século XX, para uma melhor compreensão da evolução teórica à volta desta disciplina, especificamente no que concerne à paz e resolução de conflitos (RC), com vista à necessária contextualização do tema em análise na presente dissertação. Iremos dividir temporalmente os mesmos para depois, os caracterizarmos devidamente.

O primeiro grande debate deu-se entre os anos 30 e 40, entre realistas e idealistas, pois com a impossibilidade de os idealistas-liberais conseguirem evitar uma Segunda Guerra Mundial, o realismo surge como uma teoria dominante das RI, gerando um grande debate, interligado à inquietação dos teóricos em relação ao conflito entre Estados.

O segundo grande debate ocorre nos anos 50 e 60, entre tradicionalistas e behavioristas, tendo este período ficado marcado pela emergência da negociação ao redor de um conflito. Aqui, behavioristas desafiaram as teorias tradicionais das RI, através de desenvolvimentos nas ciências exatas e o interesse em reforçar a “cientificidade” das ciências sociais com recurso a métodos de investigação válidos.

O terceiro, definido como debate inter-paradigmático nos anos 60 e 80, desenrola-se através do debate entre teorias clássicas (Realismo, Idealismo e Marxismo), apesar da existência de teorias pós-positivistas ainda sem impacto expressivo na abordagem da época.

Por último, o quarto debate a partir dos anos 90, foi marcado por um aumento da

importância de conflitos a nível intra-estatal, ou seja, dentro de um Estado. “As principais abordagens racionalistas e positivistas do Realismo e Liberalismo são desafiadas por novas abordagens refletivistas e pós-positivistas que se materializam no construtivismo, femininismo, pós-estruturalismo ou abordagens críticas inspiradas no Marxismo” (Sousa, 2017: 55).

De qualquer forma, e se reportarmos uma perspectiva mais generalista deste domínio, “as RI são caracterizadas por três abordagens clássicas teóricas que evoluíram até aos dias de hoje: Realismo, Liberalismo e Marxismo, ramificaram-se durante o século XX (...)” (Sousa, 2017: 56).

Em relação ao Realismo, esta teoria advém de uma visão do Estado como autoridade máxima no plano internacional, preocupado apenas com a sua sobrevivência e com os seus interesses, de modo a garantir a sua própria preservação como Estado. Nesta teoria, a propensão para um conflito militar é sempre uma possibilidade, pois tudo funciona à base do poder, podendo ser aplicado o chamado *hard power*, conceito este que designa a capacidade de um Estado em demonstrar o seu poderio militar a outros, ou seja, é um constante jogo de poderes. Esta linha de pensamento entende que enquanto perdurar a anarquia, irá sempre existir conflito, pois não existe uma autoridade soberana acima dos Estados, concebendo assim, um estado de constante luta pelo poder e por possíveis conflitos, sendo a paz apenas uma possível situação temporária, mas que acaba por ser dissolvida logo que os interesses dos Estados e o seu poder voltem a ser postos em causa. “(...) se o Estado se comportar racionalmente, perceberá os demais como possíveis rivais e buscará armar-se.” (Magalhães, 2012: 123).

O Liberalismo, é caracterizado por uma visão menos pessimista em comparação com o Realismo, onde o poder já não é visto de uma forma tão acentuada, e onde os Estados podem eventualmente, resolver quaisquer tipo de interesses e conflitos através da razão, cooperação e do interesse comum entre esses mesmos Estados, tendo em conta a sua segurança coletiva, passando o *hard power*, e toda a sua envolvente para uma abordagem mais inclinada para o *soft power*, conceito este que diz respeito à capacidade de influenciar o comportamento ou interesses de outros Estados, pondo de parte o iminente conflito e a confrontação militar, e surge como uma proposta de reduzir o risco de um conflito, de ambas as partes, surgindo assim caminho para a cooperação e posteriormente, para a paz. Segundo esta teoria é possível alcançar a paz nas RI, aplicando democracia, interdependência económica, fortalecimento do direito internacional e existência de comunidades de segurança.

O Marxismo envolve o conflito e a desigualdade económica entre Estados. Para os marxistas não pode haver uma dominação económica, sendo as suas acentuadas disparidades uma possível

causa de certos conflitos, pondo em causa a paz. Esta corrente defende que os regimes socialistas e as sociedades comunistas não lutam entre si, logo fazem parte do caminho para a paz, ao contrário da competição entre Estados capitalistas, que devido aos interesses económicos levam ao conflito.

Sem se perder de vista o pressuposto de que “existem três níveis de pensamento interligados relacionados com a paz e conflito: o nível mais geral das discussões em RI, o nível mais focado de programas de investigação sobre segurança nos ESI e a investigação e prática da RC” (Sousa, 2017: 52), irão ser de seguida abordados os quatro grandes debates das RI, através de um enquadramento histórico das Relações Internacionais, tal como se sistematiza na Tabela 1.

| Séculos XX e XXI | 1919 a 1940s | 1950s | 1960s | 1970s | 1980s | 1990s | Desde 2000 |
|---|--|--|--|---|--|---|--|
| Grandes debates em RI | Realismo versus Idealismo (1930s e 1940s) | Tradicionalismo versus Behaviorismo | | Debate inter-paradigmático entre Realismo, Liberalismo e Marxismo | | Racionalistas versus refletivistas | |
| Principal aspecto do ambiente securitário sistémico | Da liderança Britânica à liderança dos Estados Unidos | Guerra Fria (EUA versus União Soviética) | | | | EUA num mundo unipolar | |
| | Idealismo liberal desde a Primeira GM (1914-1918) até à segunda GM (1939-1945) | Dissuasão nuclear até 1962 | Desanuviamento até à invasão Soviética do Afeganistão, 1962-1979 | | Aumento das tensões, 1979-1985 Desanuviamento das tensões, 1985 -1991 | Multilateralismo assertivo dos EUA, 1991-1994 | Após 2001 “Guerra Global ao Terror” Poderes emergentes (em particular a China) |
| Principal focus securitário | Conflito inter-estado | Conflito (nuclear) inter-estado | | | | Conflito inter-estado e intra-estado e segurança humana | |

Tabela 1: Os grandes debates em Relações Internacionais e as preocupações de segurança

Fonte: Sousa, 2017: 55

1.1- Realismo e Idealismo

Esta teoria do Realismo tinha um papel fundamental no sistema internacional antes do início da Primeira Guerra Mundial, em grande medida devido ao *hard power* e a toda a sua envolvente. O poder e o interesse Estatal eram então, tidos como base para a sobrevivência de um Estado.

A partir do fim da Primeira Grande Guerra, em 1918, os estudos para a paz intensificaram-

se, e daí o advento das teorias do idealismo e do pensamento liberal, mais assentes então, na abordagem através do *soft power*. Os anos entre as duas grandes guerras, viram uma ascensão do idealismo com o objetivo de evitar a guerra, que tal como vimos atrás, assenta em pressupostos de segurança coletiva e até de diplomacia para a resolução de conflitos, o que não foi possível, em parte devido ao falhanço de tratados e acordos, pois em 1939 dá-se mais uma Grande Guerra. “Apesar da sua incapacidade de prevenir a Segunda Guerra Mundial, a Liga das Nações constitui uma importante tentativa de institucionalizar mecanismos para a paz, que conduziram ao estabelecimento em 1945 da Organização das Nações Unidas (ONU) constituída num espírito “Idealista mais realista”.” (Sousa, 2017: 58). Este período constituiu uma tentativa de aposta no princípio da segurança coletiva, suportada por instituições multilaterais, com o objetivo de garantir a paz entre Estados. Também o Pacto Kellogg-Briand², em 1928, apesar de fracassado, foi uma tentativa de renúncia à guerra como instrumento de política nacional, por parte dos Estados.

Depois do fim da Segunda Grande Guerra e do início do declínio do pensamento liberal, o realismo volta novamente a ascender. O primeiro grande debate nas relações internacionais, ocorreu no fim desta grande guerra, tendo resolvido o mesmo a favor do realismo. A partir desta altura, o realismo surge como uma teoria triunfante e dominante em relação ao idealismo devido a alguns fatores: “Em primeiro lugar, a centralidade do conceito de anarquia internacional: a orfandade de uma instância de poder superior aos Estados, simbolizada em Vestefália, condena-os alegadamente a esgotar-se numa luta sem tréguas pela sobrevivência. Em segundo lugar, o estatocentrismo: a paisagem política internacional é, para a matriz realista triunfante, apenas povoada por Estados, pois que todos os demais atores, ainda que aparentem autonomia, não passam de agentes das vontades estatais. Em terceiro lugar, o enfoque sobre o poder e a *powerpolitics*: enquanto actores racionais, os Estados buscam acumular poder para maximizarem a satisfação dos respectivos interesses nacionais. Por fim, a rejeição do normativo: a superioridade científica que o realismo se autoconfere ancora no repúdio da contaminação da observação da realidade “tal como ela é” por quaisquer subjetividades valorativas.” (Pureza, 2009: 3).

Estas duas correntes deram então origem à ONU, mas também à NATO, “ (...) baseadas em dois modelos, respetivamente: segurança coletiva, ONU-escola idealista; equilíbrio estratégico ou balança de poder, NATO-escola realista.” (Graça, 2012: 9).

² Pacto afirmava que as partes assinantes condenavam o recurso à guerra como forma de solucionar possíveis controvérsias internacionais ou como instrumento político nacional. Também se comprometiam a solucionar por meios pacíficos, quaisquer possíveis conflitos.

1.2- Behaviorismo e Tradicionalismo

No período do segundo grande debate, durante toda a Guerra Fria, começou-se a dar mais ênfase à segurança, e menos ao conflito, ou à guerra em si, onde a estabilidade assegurava-se maioritariamente através do poder nuclear, num mundo bipolar, opondo Estados capitalistas e socialistas.

Este debate deu-se entre estudiosos que defendiam uma perspetiva baseada na história e na interpretação (tradicionalistas), e aqueles que defendiam uma vertente mais científica das RI (behavioristas).

Aqui, os tradicionalistas estão associados à visão mais clássica/tradicional do realismo, e usam metodologias das ciências sociais. “Recorrem às técnicas de interpretação documental e de acordo com a intuição e experiência do investigador.” (Graça, 2012: 10).

Já os behavioristas baseiam-se na teoria para explicar racionalmente um objeto de estudo, e o comportamento dos Estados. Estes analisam ainda os conflitos tendo por base 3 modelos de decisão racional, sendo estes: o indivíduo, na sua essência humana e nos líderes políticos; o estado-nação, que diz respeito a fatores políticos, económicos, culturais, entre outros, dos Estados; o sistema internacional, como a relação entre Estados e fatores do seu ambiente externo. Os behavioristas rejeitam assim, as abordagens mais tradicionais das RI, pois já se preocupam por exemplo com aspetos culturais, e invocam uma maior convergência para assuntos que envolvam negociações entre Estados, e a sua relação com o exterior, e não só a vertente do poder.

“Mesmo que não concretizando as aspirações de segurança coletiva, no período após a Segunda Guerra Mundial várias instituições multilaterais são criadas reafirmando a perspetiva Liberal das RI. Os principais exemplos são a criação em 1946 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) e em particular a criação em 1952 da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, precursora da União Europeia. Esta comunidade europeia era a prova de que os países europeus, que haviam coexistido num paradigma realista de conflitos durante séculos, conseguiram encontrar os interesses comuns que conduzissem à estabilidade, revitalizando a tradição liberal das RI” (Sousa, 2017: 63).

As expectativas depositadas na ONU, como organização dotada de um mecanismo para travar a existência de confrontações e conflitos, eram elevadas, mas acabaram por ser deitadas abaixo com o surgimento da Guerra Fria. Mesmo assim, as tensões durante a Guerra, e a tentativa

constante da elaboração de tratados e de acordos, fizeram com que se criasse a ideia de que os conflitos não fossem o meio mais adequado para atingir os fins políticos dos Estados, e isso foi reduzindo o risco da guerra, embora as disputas políticas entre superpotências se mantivessem, até porque a negociação de conflitos, em termos académicos começou a atingir patamares superiores, e começou-se a dar mais importância ao fenómeno da paz.

Começa a surgir o interesse em temas como o ambiente, a justiça e a paz, por parte da sociedade, aliciando a investigação à volta destes temas, em concreto.

“No final deste debate assiste-se à continuidade da preponderância da corrente realista (...). O carácter mais científico das RI vai ser abalado pela possibilidade da existência de paradigmas, que vai dar origem ao próximo debate.” (Graça, 2012: 10).

1.3- Neorealismo, Neoliberalismo e Estruturalismo

Pelo que se constata, a teoria behaviorista, acaba por ser a mais válida na década de 70, tendo em conta a evolução do sistema internacional. Neste terceiro debate, já no final dos anos 70, chamado de inter-paradigmático, “dois desenvolvimentos são ilustrativos deste período. Um é o debate entre o Neoliberalismo e o Neorealismo e outro é o desenvolvimento da teoria da dependência influenciada pelo pensamento Marxista-Leninista” (Sousa, 2017: 66).

Em relação aos Neoliberais, estes defendem a cooperação com outros organismos e com novos atores no sistema internacional, ou seja, com relações transnacionais, em parte, devido à crescente globalização. Os mesmos afirmam que a existência de organizações, empresas, instituições com soberania são fundamentais para as relações entre Estados. Em relação aos Neorealistas, estes baseiam-se na sobrevivência do Estado, e na auto-ajuda. Neste seguimento os liberais e realistas, acabam por se converter em neoliberais e neorealistas, respetivamente, tendo nestas duas visões, já preocupações no âmbito da evolução da cooperação.

Relativamente à visão marxista-leninista, esta fazia subir o seu tom, do que era considerado a violência estrutural³ de Galtung, em que uma das razões para despoletar o conflito era a inexistência de estruturas, justiça e instituições adequadas à sobrevivência de um Estado, daí o termo estruturalismo, relativamente a esta visão.

“Estes paradigmas são representados por três metáforas, a mesa de bilhar, a teia de aranha

³ Segundo Galtung, violência estrutural diz respeito a injustiças sociais e de direitos humanos, oportunidades económicas, e também, injustiças relacionadas com a política.

e o polvo, respetivamente conforme as visões realistas, liberais e estruturalistas.” (Banks, 1985, citado por Graça, 2012: 11).

Depois dos anos 70 e ao longo dos anos 80, ainda durante a Guerra Fria, começa-se a perceber que a melhor estratégia para a resolução de conflitos é a cooperação e a interação entre os vários atores de um sistema, neste caso os Estados, e estes, em alguns casos no Ocidente acabam por proceder à utilização de políticas neoliberais.

Importa realçar um marco importante em 1985, com a eleição de Mikhail Gorbachev, último líder da União Soviética, e Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética até 1991. O mesmo defendia a ideia de que ninguém sairia vencedor de uma Guerra Nuclear, devido à grande interdependência mundial. Este pensamento diminuiu automaticamente as tensões da Guerra Fria, aumentando o interesse pela diplomacia, utilização de meios pacíficos para a transformação da sociedade, ações não violentas e mediação de conflitos, elencado o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, que iremos abordar em concreto no capítulo seguinte. Também a segurança, evolui em termos de pensamento, considerando que, “(...) a segurança não está só relacionada com o estado mas também com o indivíduo, nações (coletividades humanas) e o internacional; e que a segurança é mais que o setor militar (a estratégia), também é económica, política e ecológica” (Williams, 2008, citado por Sousa, 2017: 70).

Já nos anos 90, o Pós-estruturalismo, tido como uma superação da perspectiva estruturalista, critica as principais teorias das RI (positivismo), defendendo assim que os positivistas criaram e defendem uma teoria base que é a sua própria criação do mundo à sua maneira, e não a visão real do mesmo, negando assim, a ciência.

1.4- Racionalismo, Reflexivismo e Construtivismo

O fim da Guerra Fria, o rescaldo do fim da União Soviética, e a emergência dos Estados Unidos da América, deram origem a novas conceções, como por exemplo, o facto de esta potência, no fim da Guerra, adotar o realismo, no que diz respeito ao constante interesse pelo poder e pela supremacia, mas ao mesmo tempo, políticas mais liberais, no que diz respeito à democracia e à cooperação. Cada vez mais, o sistema internacional, encontrava-se aberto aos valores democráticos e ao fim da violência estrutural, tendo mais Estados, adotado uma democracia liberal.

Os ataques do 11 de Setembro colocaram o terrorismo como prioridade na agenda das Relações Internacionais, surgindo como uma nova guerra, posterior à Guerra Fria, mas mesmo

assim salientava-se um aumento da ideologia liberal por parte do sistema internacional, envolvendo também a economia, e um tema cada vez mais importante, a segurança.

Com estes desenvolvimentos, surge um acréscimo das ações das Nações Unidas, relativamente aos temas da paz, assim como à resolução de conflitos, visto que os mesmos também se foram tornando mais complexos.

Este novo debate em que incidimos o presente capítulo, surgiu como tentativa de explicar a natureza da realidade internacional, e “foi inicialmente conhecido por contrapor os racionalistas (realistas, neorealistas e neoliberais institucionalistas) e os reflexivistas (pós-modernistas, pós-estruturalistas, teorias críticas e feministas)” (Mendes, 2012: 107), mas posteriormente tornou-se claro que este debate se baseava no facto do construtivismo tentar desafiar o racionalismo, tendo conseguido adquirir uma posição de grande relevo entre as grandes teorias das RI, devido a movimentos de ordem epistemológica, ontológica e histórico-disciplinar. “(...) a viragem construtivista nas RI caracterizou-se, por um lado, pelo crescente diálogo argumentativo relativo ao posicionamento intermédio entre os polos do racionalismo e do reflexivismo e, por outro, pelo processo de construção de pontes inter e transdisciplinares que originou uma consequente intensificação da comunicação entre as várias abordagens das RI.” (Mendes, 2012: 110). A viragem do construtivismo, incidiu numa problemática metateórica que, diz respeito ao nível constitutivo e substantivo das RI, e permitiu uma posição entre as teorias racionalistas e reflexivistas, dando origem a uma tentativa de distanciamento de paradigmas do passado, para convergir numa nova abordagem às RI. “Assim, o movimento construtivista foi, por um lado, definindo uma posição de distanciamento mas nunca de isolamento face aos polos do racionalismo e do reflexivismo e, por outro, desenvolvendo não uma, mas várias posições de *middleground*”. (Mendes, 2012: 113).

A partir desta altura, o realismo político perdeu alguma da sua convicção no sistema mundial. As potências de ontem já não são as potências de hoje, e a supremacia passou a ser mais dominada pelo sistema político-económico, pondo um pouco de parte o militar, passando a Guerra a ser usada mais como um meio político para atingir algum fim.

Em suma, todas estas conceptualizações e teorias que foram sendo geradas ao longo dos anos têm vindo a evoluir, assim como a esfera internacional. Assistiu-se a uma mitigação das fronteiras entre Estados, o sistema internacional encontra-se globalizado, o papel das Organizações Mundiais tem vindo a ser cada vez maior, os problemas humanitários, culturais, sociais têm vindo a ter cada vez mais importância, o que faz com que hoje em dia a maior parte dos conflitos sejam internos, e não entre Estados. A violência organizada, adquiriu um carácter global, onde a

cooperação entre Estados tem surgido como uma grande vantagem a ter em consideração. “Uma cultura da paz exige o estudo do conflito e da violência, em geral, e da guerra, em especial, não evidentemente para a travar, mas para se poderem antecipar as medidas de profilaxia adequadas ou, no mínimo, para a controlar em intensidade e extensão.” (Couto, 2000: 30).

Depois da explicação destes grandes debates através da abordagem das Relações Internacionais, e no enquadramento da área de investigação denominada de Resolução de Conflitos, torna-se necessário fazer um enquadramento geral da evolução dos Estudos para a paz, através da abordagem de Johan Galtung, considerado o seu criador, assim como, perceber o papel da ONU nesta mesma perspetiva, descrevendo o sistema internacional e como é que este se organiza para abordar a questão da resolução de um conflito, que tem sido objeto de estudo por parte dos grandes académicos das relações internacionais, que é a manutenção da paz.

1.5- Os estudos para a paz e a conceção de Johan Galtung

Como vimos, os Estudos para a paz, concretamente através da abordagem das Relações Internacionais, viram um grande desenvolvimento e o seu debate cresceu, particularmente a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. O estudo do conflito foi sendo cada vez mais uma problemática a estudar pelos grandes académicos, como objetivo de estabelecer a base para uma paz duradoura e para o fim da Guerra.

Podemos caracterizar a investigação da paz em períodos distintos:

Em primeiro lugar, o final da década de 50 do século XX, caracterizou-se pelo foco no conflito violento entre Estados. A manifestação e a preocupação com o custo da guerra para as vidas humanas, levou a repensar as Relações Internacionais. Segundo Carvalho (2017), as causas da guerra e as condições para a paz começaram a ser amplamente estudadas, e daí também, as causas dos conflitos armados. Podemos definir conflito armado como, *“a political disagreement between one actor (a state) and another actor (which could be a state or an organization). That conflict must have arrived at a certain magnitude, and that we measure in terms of 25 people being killed during a year.”* (Wallensteen, 2009, citado por Carvalho, 2017: 8). Ora, tendo em conta esta definição, e segundo Couto (2000), a guerra e os conflitos eram perpetuados para atingir fins políticos, que tinham como objetivo final, atingir uma paz futura.

Num segundo período, no final dos anos 60, o conceito de paz deixa de ser visto como uma mera ausência de guerra (paz negativa), e passa a ter em conta outros aspetos como o fim da

violência estrutural e cultural (paz positiva), em parte devido aos contributos de Galtung, evidenciando assim a alteração da conceção da Guerra.

Por último, no final dos anos 80, a investigação da paz baseia-se no conflito intra-estado, e na emergência de uma paz liberal. “A solução do magno problema da guerra e da paz reside, pois, na superação da cultura política fragmentária por uma cultura de solidariedade humana transnacional. Correntes como a dos estudos sobre a paz, que tem em Johan Galtung o seu vulto de proa, vieram recuperar esta fundamentação e transformá-la em projeto de acção.” (Pureza, 2000: 38).

Galtung acolheu os Estudos para a Paz com o objetivo de transferir o sistema internacional e a sua funcionalidade, da filosofia para a razão científica, tentando elaborar um conceito mais exigente para a construção da paz. “É pioneiro nos estudos da paz e, seguramente, uma das pessoas que mais tempo lhe tem dedicado.” (Baltazar, 2007: 173).

Depois da fundação do *Journal of Conflict Resolution*, em 1957, e do *Center for Research on Conflict Resolution*, em 1959, por Kenneth Boulding, Herbert Herman e Anatol Rapoport, o realismo teve um importante desafio à sua influência, no que respeita aos estudos da paz e da guerra. O conceito de Paz era considerado somente como uma mera ausência de guerra, pelo que era necessário melhorar o seu conceito e estabelecer uma nova visão sobre os Estudos para a paz, de forma a focar o seu objeto de estudo. Esta viragem, foi feita por Galtung. O mesmo, ao criar em 1959, o *Peace Research Institute de Oslo*, e em 1964, o *Journal of Peace Research*, assume os Estudos para a paz, como uma disciplina importante no sistema internacional das sociedades, no que diz respeito à construção da paz e à resolução de conflitos.

Galtung faz então a distinção entre guerra e paz, evoluindo para três estágios: guerra, paz negativa e paz positiva. “A paz negativa, segundo esse ilustre professor, é a mera ausência da guerra, o que não elimina a pre-disposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, por outro lado, implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. Esta vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social.” (Silva, 2002: 37). Para ele, a paz deriva de boas condições socioeconómicas e de justiça social, podendo gerar o conflito se estas características não existirem, dentro de um Estado. “A paz negativa é, portanto, omissa em relação aos problemas mundiais, pois visa, quase exclusivamente, a solução dos problemas locais, ou seja, do Estado singular. A paz positiva, por outro lado, implica, além do abandono definitivo da ideia de guerras e de rivalidade, a ideia de cooperação entre povos e nações com vistas à interação da

sociedade humana. Essa verdadeira paz é consequência de ações contra a violência e a guerra, através da proteção dos direitos humanos, do combate às injustiças socioeconômicas, do desarmamento e da desmilitarização.” (Silva, 2002: 37).

O autor conceptualiza o triângulo da paz, ao qual faz corresponder o chamado, triângulo da violência.

Em relação aos três vértices da violência, o mesmo identifica: Violência direta, como danos físicos, materiais e também psicológicos, e assim sendo, um ato de agressão; Violência estrutural, no que diz respeito a injustiças sociais e de direitos humanos, oportunidades econômicas, e também, injustiças relacionadas com a política, e por fim, Violência cultural, como sustento e legitimação da violência direta e da violência estrutural, de forma invisível mas não menos importante. Esta baseia-se em aspectos culturais, dentro da esfera da nossa existência, como por exemplo, valores religiosos ou cosmológicos.

Daqui, podemos retirar que a paz não é meramente uma ausência de guerra, mas sim um conjunto de pressupostos tais como a lei, a ordem, a justiça que permitem que a violência direta não seja despoletada. “Tradicionalmente, o fulcro dos Estudos para a Paz tem sido a violência direta (óbvia e repentina) – que, eliminada, representa uma paz negativa – e não a violência estrutural ou cultural (estática e oculta) – que, eliminada, cria uma paz positiva. A paz no seu sentido mais amplo – paz direta + paz estrutural + paz cultural – corresponde, em última instância, à ambição de Galtung (...)” (Pureza & Cravo, 2005: 9). Importa referir que todo este conceito da paz, de Galtung, não diz respeito simplesmente a uma sociedade não violenta, mas sim à abordagem para a paz num conflito. “Tal pressupõe que a paz seja, também, a condição para que os conflitos possam ser transformados criativamente e de forma não violenta, isto é, cria-se a paz na medida em que é possível transformar os conflitos em cooperação, de forma positiva e criadora, reconhecendo os opositores e aplicando uma metodologia de diálogo” (Baltazar, 2007: 174).

Em suma, a paz é a conjugação de vários aspectos e só a redução de todos os tipos de violência é que, segundo Galtung conduziria à paz. Segundo Baltazar (2007), estudos de Centros de Investigação para a paz, reportam a estes aspectos como sendo os diversos “D”, ou seja, Direitos Humanos, Desenvolvimento, Democracia e Desarmamento.

Torna-se importante realçar o papel das organizações internacionais, que ao longo dos anos, foi adquirindo uma experiência vastíssima à volta deste tema, necessitando de se adequar permanentemente a novas e mais complexas ameaças. Através destes aspectos, o tema da resolução de conflitos e da paz adquiriu uma grande importância, particularmente a partir dos

inícios de 1990. “ (...) à medida que os conflitos duradouros da Guerra Fria chegavam ao fim e “novas guerras”, emergências complexas e conflitos intraestatais eram catapultados para o centro do palco no que respeita aos assuntos internacionais, verificou-se um aumento significativo na reivindicação de que as Nações Unidas e outros atores internacionais deveriam assumir um papel concertado no auxílio a países afetados por conflitos.” (Tschirgi, 2014: 23).

A evolução da paz liberal, culminada com o fim da Guerra Fria, determinou um ponto de viragem nos Estudos para a Paz, tendo a década de 90, sido fulcral para o advento destes estudos na resolução de conflitos. Neste contexto, e como ponto de viragem, a tentativa de mudança e a necessidade de fazer face a esta nova ordem mundial, a Organização das Nações Unidas, teve um papel importantíssimo, depois do fim da confrontação bipolar da Guerra Fria. “(...) o Secretário-Geral Boutros-Ghali propôs que a atuação das Nações Unidas (e da comunidade internacional em geral) se centrasse no fenómeno da proliferação de conflitos internos em Estados das periferias do sistema internacional, endemicamente frágeis, envolvendo a Organização na promoção ativa da respetiva resolução pacífica, acompanhando de perto as negociações dos acordos políticos e comprometendo-se a apoiar a implementação dos processos de paz resultantes desses acordos negociados.” (Pureza & Cravo, 2005: 10).

Capítulo II - Operações de apoio à paz na doutrina das Organizações Internacionais

Podemos definir Organização Internacional como, “uma associação de Estados, estabelecida por um acordo entre os seus membros e dotada de um aparelho permanente de órgãos, encarregados de prosseguir a realização de objetivos de interesse comum por uma cooperação entre eles.” (Nogueira, 2005, citado por Esteves, 2015: 173). Por serem dotadas de personalidade jurídica internacional, as organizações internacionais têm competência legislativa, financeira, de gestão e também para celebração de tratados e de resolução de conflitos.

No panorama internacional, estas organizações têm vindo a definir um conjunto de estratégias para a paz, que se têm vindo a revelar de extrema importância. “(...) nenhum Estado consegue isoladamente solucionar problemas globais, tais como a violação dos direitos humanos, a degradação ambiental, as ameaças à segurança coletiva, entre outros; pelo que a principal resposta tem de passar necessariamente pela criação de poliarquias (organização multilateral que permite alcançar objetivos comuns, mediante a partilha da governação).” (Baltazar & Rego, 2011: 40).

No caso das operações de apoio à paz, estas têm estado sujeitas a grandes mudanças ao longo dos anos, sendo cada vez mais aplicadas à escala *mundi*, em particular na contemporaneidade em que vivemos e de acordo com os desafios atuais com que nos confrontamos. Problemas que ultrapassam as fronteiras de soberania de cada Estado são potenciados pela globalização, tais como o terrorismo, a criminalidade organizada internacionalmente, as ameaças ao uso de armas de destruição maciça, e até o fundamentalismo religioso.

A resposta a estes desafios deve basear-se num quadro de segurança coletiva, que aprofunda aspetos como a cooperação, integração e também a segurança, incluindo a segurança humana. “Uma visão mais ampla da natureza da paz sustentável e das suas componentes, como o desenvolvimento económico, a boa governação e a democratização, o estado de direito e o respeito pelos direitos humanos, completa hoje o conceito tradicional de segurança coletiva.” (Baltazar & Rego, 2011: 47).

Exemplo de resposta efetiva e continuada a estes desafios é a ONU, uma organização fundamental na tentativa de promover a paz e a segurança, e que também tem servido de pilar a outras organizações internacionais.

Esta organização tem vindo a exercer um papel fundamental na promoção da democracia,

no respeito pelos direitos humanos, na cooperação, no estado de direito, e tem vindo a ser considerada também de extrema importância para a promoção da paz mundial. A ONU formulou a respetiva Carta das Nações Unidas, onde todos os Estados-Membros tomam responsabilidade pela repressão de conflitos que ponham em causa a paz do globo. Podemos aqui elencar a alínea 1 do 1º Artigo do Capítulo I da Carta da ONU, que expressa um dos seus objetivos, *“to maintain international peace and security, and to that end: to take effective collective measures for the prevention and removal of threats to the peace, and for the suppression of acts of aggression or other breaches of the peace, and to bring about by peaceful means, and in conformity with the principles of justice and international law, adjustment or settlement of international disputes or situations which might lead to a breach of peace”*. (MNE, 1991: 2747). Ora, de acordo com este artigo, a ONU, toma uma posição relativamente à manutenção da paz.

Com o fim da Guerra Fria, a ONU começou a apostar em missões multidimensionais com componentes civis, para além das forças militares e de polícia, com o objetivo de criar condições para a implementação de acordos de paz e contribuir para uma paz sustentável e duradoura, mas já depois da década de 90, a ideia de que o caminho para a paz seria a democracia, o progresso na economia e os direitos humanos, foi fortemente abalada pelos ataques às *Twin Towers* no dia 11 de Setembro de 2001. A partir daí, o fenómeno da Guerra adquiriu outras formas. A ameaça revelava-se cada vez mais difusa, e o mundo iniciava o combate a um inimigo sem rosto, que aliado ao desenvolvimento da tecnologia fez com que a ideia de segurança ficasse cada vez mais em risco. Estas novas ameaças materializam-se, “pela proliferação de armas de destruição massiva, pela existência dos intitulados Estados pária, pelo crime organizado, pela ação dos grupos terroristas e pelos Estados falhados, entre outros. Em consequência deste facto, é que ao contrário dos conflitos tradicionais, nos quais a vitória consistia em destruir ou retirar às forças inimigas a capacidade de combate, o inimigo atual rege-se por parâmetros distintos de sucesso.” (Zidane, 2011: 12).

Para garantir a segurança, os Estados começaram a apostar cada vez mais numa cooperação ampla e num esforço coletivo de segurança através de instituições como a ONU, a UE, a NATO, a OSCE e o Conselho da Europa, em vez de uma visão centrada na prevalência do setor da segurança em termos individuais. A vulnerabilidade por parte dos Estados, nesta matéria de insegurança, levou a uma maior preocupação das Organizações Internacionais, em matérias de cooperação e de integração, concluindo que a segurança tem muitos outros vetores sem ser o estritamente militar, apresentando as ameaças, um diversificado número de causas, desde diferenças económicas, sociais, culturais e até religiosas, aspeto que também tem sido observável pela ONU, de acordo com

a sua abordagem nas operações de paz, no terreno.

Num mundo cada vez mais globalizado, a segurança e o desenvolvimento já não são tidos como um processo individual. Estes são conceitos chave para as comunidades, ainda para mais com a globalização crescente a que assistimos. As ameaças que hoje existem possuem um carácter supranacional e interdependente, sendo fundamental a existência de acordos, de organizações internacionais para fazer face a estas ameaças, que se tornaram transnacionais, permitindo também um maior envolvimento entre países, organizações e instituições. O ambiente internacional exige, cada vez mais, cooperação, constituindo um desafio para os Estados, pois estas ameaças à segurança, não reconhecem fronteiras e são ameaças que podem ser provenientes de muitos tipos de atores, quer sejam estatais ou não estatais.

A ONU, relativamente a este tema, tem-se readequado constantemente, em virtude dos conflitos que hoje em dia deflagram, serem muito diferentes do antigamente e até mesmo do período entre as duas grandes guerras. Os problemas de hoje acabam por se tornar globais, e o processo de decisão, pressupõe uma capacidade de mobilização transnacional. Torna-se evidente que estes problemas por serem cada vez mais complexos também precisam de ser regulados por grandes sistemas diretores. Desta forma, a segurança coletiva também deixou de ser considerada na sua perspetiva estritamente militar, para passar a realçar as dimensões económicas, sociais, ambientais e culturais. Devido a estes factos, tem-se vindo a olhar para as missões internacionais com um carácter mais abrangente, que tem vindo a ficar implícito na doutrina de cada uma das organizações internacionais ao longo dos anos, no que diz respeito a operações de apoio à paz, incluindo a NATO, organização que é abordada na presente investigação em virtude de a sua doutrina estar presente na missão do Iraque em análise. Também o sistema de segurança coletiva desta organização foi sofrendo alterações ao longo dos anos, devido a toda a mudança de conjuntura das missões internacionais, decorrente das alterações do contexto internacional. Exemplo disso é a definição de estratégias de prevenção de conflitos, ajuda humanitária e de *Peacebuilding*. A redução do risco de conflitos tem sido cada vez mais salientada por parte da ONU como um grande objetivo. No mundo atual, é necessário ter diferentes abordagens nas missões de paz, pois a natureza dos conflitos também mudou. Estes conflitos passaram a ser dirigidos a conflitos intraestatais e a guerras civis. “As maiores ameaças à paz e à segurança iam muito para além de guerras entre Estados: estendiam-se à pobreza; às doenças infecciosas e à degradação ambiental; às guerras e violência dentro dos próprios Estados; à propagação e possível utilização de armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas; ao terrorismo; e ao crime organizado transnacional”.

(Santana, 2015: 6). Também aspetos como os direitos humanos, o combate ao genocídio, têm mudado o sistema de segurança coletiva das organizações, que concretamente em missões internacionais, através da aplicação de forças multinacionais, têm atingido resultados favoráveis.

Iremos agora abordar a doutrina da ONU, tendo em conta a evolução dos conflitos a nível internacional, que aliada à investigação académica relativamente aos Estudos para a paz, moldou as abordagens no que diz respeito à resolução de conflitos. Iremos também abordar a doutrina da Organização do Tratado do Atlântico Norte, devido ao facto de a missão no Iraque, por parte da GNR, ter sido enquadrada na sua doutrina, e a União Europeia, pois esta organização também apresenta relevantes contributos no âmbito da resolução de conflitos. A escolha destas três organizações, deve-se ao facto de as mesmas serem consideradas as mais importantes no que respeita à temática das operações de apoio à paz, no enquadramento geográfico da presente investigação, e cujos seus sistemas de segurança coletiva se têm vindo a adaptar à conjuntura internacional contemporânea.

2.1 – Organização das Nações Unidas

“Em 1945, com a assinatura da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), as nações mais poderosas do mundo criaram uma organização verdadeiramente autónoma, formada para desenvolver um papel determinante, eficaz e legítimo, desde a negociação à execução de ações e políticas.” (Lopes, 2015: 1).

A ONU é considerada uma estrutura coletiva baseada no princípio da igualdade soberana. De acordo com o Artigo 7º do Capítulo III da Carta das Nações Unidas, ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Económico e Social, Conselho de Tutela, Tribunal Internacional de Justiça e Secretariado. (MNE, 1991). Para além dos órgãos principais, existem departamentos, fundos, programas e comissões que são responsáveis pelos mais variados temas em que a ONU toma responsabilidade. Atualmente e dependente do Secretariado, com um papel muito importante no seio da ONU no âmbito da procura da paz, a qual se insere no âmbito da presente investigação, podemos referir dois departamentos: o *Department of Political and Peacebuilding Affairs* (DPPA) e o *Department of Peace Operations* (DPO). O DPPA desempenha um papel central nos esforços da ONU para prevenir conflitos mortais e construir uma paz sustentável no mundo, enquanto que o DPO, fornece orientação política e executiva para as operações de manutenção da paz da ONU em todo o mundo

e mantém contacto com o Conselho de Segurança (CS), com contribuintes financeiros e militares, e com as partes envolvidas num determinado conflito com o objetivo de implementar os mandatos do CS. Importa também referir o *Department of Management Strategy, Policy and Compliance* (DMSPC) e o *Department of Operational Support* (DOS). Estes dois últimos, criados com o objetivo de simplificar processos, aumentar a transparência e melhorar a execução dos mandatos, inclusive relativos a operações de paz.

Concretamente o Conselho de Segurança, visto ser o órgão que irá ser abordado mais exaustivamente nesta investigação, é o “principal órgão do dispositivo constitucional destinado a assegurar às grandes potências um direito de controlo sobre a evolução da organização, bem como a sua preponderância no domínio da paz e da segurança internacionais” (Ribeiro, 2001, citado por Lopes, 2015: 46). De acordo com o nº 1 do Artigo 24º do Capítulo V da Carta, com o objetivo de assegurar uma ação pronta e eficaz da ONU, os seus estados-membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e que este aja em nome deles. (MNE, 1991).

O Conselho de Segurança da ONU é o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional. “A necessidade de elaboração de um quadro de atuação para responder a este desafio abriu caminho à assimilação e posterior aplicação dos pressupostos teóricos que tinham sido avançados pela disciplina dos Estudos para a Paz.” (Pureza & Cravo, 2005: 11). Com isto, os Estudos para a paz, que foram sendo empregues pelas diversas instituições, passaram a ter uma grande importância científica, emergindo no panorama dos conflitos internacionais e da paz mundial. A constituição da ONU permitiu o surgimento de novas estratégias de promoção da paz e resolução de conflitos, tendo estas sido aceites pela comunidade, assimilando assim um grande protagonismo, não só em termos de organizações internacionais, mas também pelos Estados, tendo as estratégias sido amplamente utilizadas nas suas políticas. “A experiência da década de 90 parece, portanto, representar o expoente máximo da institucionalização da disciplina: os Estudos para a Paz oferecem os modelos hegemónicos e as instituições dominantes impõem-nos.” (Pureza & Cravo, 2005: 13).

“A carta constitutiva da ONU, criada em 1945, aquando da sua fundação, conduz-nos às formas de se resolverem os conflitos, quer de forma pacífica (no âmbito do capítulo VI), quer através do recurso à força (no âmbito do capítulo VII).” (Sousa, 2011: 7).

Iremos agora descrever as operações de apoio à paz, mais em concreto, segundo a doutrina da ONU.

Podemos começar por evidenciar o nº 1 do Artigo 33 da Carta da ONU, que nos diz que: *“The parties to any dispute, the continuance of which is likely to endanger the maintenance of international peace and security, shall, first of all, seek a solution by negotiation, enquiry, mediation, conciliation, arbitration, judicial settlement, resort to regional agencies or arrangements, or other peaceful means of their own choice.”* (MNE, 1991: 2752).

Ou seja, o primeiro patamar da resolução de conflitos situa-se ao nível da diplomacia com recurso a meios pacíficos e de prevenção da escalada crescente do conflito. Posto isto, o Artigo 40 refere que, *“in order to prevent an aggravation of the situation, the Security Council may, before making the recommendations or deciding upon measures provided for in Article 39, call upon the parties concerned to comply with such provisional measures as it deems necessary or desirable. Such provisional measures shall be without prejudice to the rights, claims, or position of the parties concerned. The Security Council shall duly take account of failure to comply with such provisional measures.”* (MNE, 1991: 2752-2753).

Portanto, em caso de incumprimento destas normas, a ONU revela-se legitimada para fazer uso do seu poder, e decidirá as medidas a adotar, para restabelecer a paz, concretamente sob competência do Conselho de Segurança, como podemos realçar no Artigo 39 da Carta: *“The Security Council shall determine the existence of any threat to the peace, breach of the peace, or act of aggression and shall make recommendations, or decide what measures shall be taken in accordance with Articles 41 and 42, to maintain or restore international peace and security.”* (MNE, 1991: 2752).

Podemos evidenciar também o Artigo 42 da Carta, que nos diz que, se o Conselho de Segurança considerar que as medidas ao abrigo do artigo 41 não são adequadas, pode levar a efeito, através de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para restabelecer a paz. *“Such action may include demonstrations, blockade, and other operations by air, sea, or land forces of members of United Nations”* (MNE, 1991: 2753).

Posto isto, será necessário criar as ditas forças de apoio à paz. As mesmas estão mencionadas no Capítulo VI e no Capítulo VII, ficando estas destinadas não só à resolução pacífica de conflitos, como também em relação a ameaças iminentes e atos de agressão, legitimando o uso da força, apenas em legítima defesa ou quando autorizado pelo Conselho de Segurança, como se constata no Artigo 51 do Capítulo VII. Segundo este, nada prejudicará o direito à legítima defesa, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança

internacionais. *“Measures taken by Members in the exercise of this right of self-defence shall be immediately reported to the Security Council and shall not in any way affect the authority and responsibility of the Security Council under the present Charter to take at any time such action as it deems necessary in order to maintain or restore international peace and security.”* (MNE, 1991: 2754).

Depois desta exposição sobre a Carta, com vista à contextualização e justificação das operações de paz, iremos agora traçar a evolução ideológica da ONU, desde 1992, um ano depois do fim da Guerra Fria, caracterizando concretamente os seus marcos importantes, e o que permitiu traçar as abordagens das ditas operações de paz e as correspondentes estratégias de intervenção.

O dia 31 de Janeiro de 1992 foi um marco importante para a ONU, pois o seu Conselho reuniu a nível de Chefes de Estado e de Governo, tendo sido abordado o tema da manutenção da paz e da segurança internacional. Esta reunião reconheceu novos desafios na procura da paz, onde os Estados se comprometeram a agir e a mover esforços para a sua manutenção, e para a prossecução dos objetivos da organização. Este relatório ficou denominado como, *An Agenda for Peace*, tendo sido escrito por Boutros Boutros-Ghali, Secretário-Geral da ONU de Janeiro de 1992 a Dezembro de 1996. Esta reunião foi ao encontro da teoria de J. Galtung, com a aplicação de estratégias para a promoção da paz. Segundo o relatório, os termos *Preventive Diplomacy*, *Peacemaking* e *Peacekeeping* estão integralmente relacionados. Este marco foi considerado como “o primeiro momento de aproximação entre a disciplina (Estudos para a paz) e a organização universal” (Pureza & Cravo, 2005: 11).

Segundo o relatório, *Preventive Diplomacy*, diz respeito à ação que tem como objetivo prevenir a ocorrência de uma disputa entre as partes, para impedir que essas mesmas disputas se transformem num conflito. *Peacemaking* é a ação para levar as partes hostis a um acordo, através de meios pacíficos, previstos no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, sendo que nesta estratégia já podem ser enquadradas ações militares. A ONU remete para a existência de unidades de *Peace enforcement*, dentro do seu Capítulo VII, que corresponde à estratégia de *Peacemaking*. Acerca destas unidades, e segundo o relatório, *“this task can on occasion exceed the mission of peace-keeping forces and the expectations of peace-keeping force contributors. I recommend that the Council consider the utilization of peace-enforcement units in clearly defined circumstances and with their terms of reference specified in advance. Such units from Member States would be available on call and would consist of troops that have volunteered for such service.”* (ONU, 1992: 12). *Peacekeeping* é aqui definido como, uma implantação de uma presença da ONU no terreno,

com o consentimento de todas as partes envolvidas, e normalmente envolvendo também militares da ONU, assim como forças de polícia e civis, atuando durante o processo de cessar-fogo, funcionando mais como ator político. Por último, o relatório caracteriza ainda o chamado *Post-conflict Peacebuilding*, que diz respeito à tentativa de criar aquilo que é necessário para que não volte a despoletar um conflito entre as partes. De salientar que a preocupação dada pela ONU, relativamente ao *Peacebuilding*, contrasta com a evolução do pensamento das RI no Pós-Guerra Fria. Neste relatório, já existe alguma vontade da ONU, relativamente ao uso da força, para cumprir objetivos traçados para as missões de paz.

Em 2000, surge uma nova publicação por parte da ONU, denominada *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*, também conhecido por *Brahimi Report*. Este relatório propôs-se a alterar as estratégias definidas na *An Agenda for Peace*. O objetivo era reformar e readequar as estratégias de intervenção e tomar medidas para que os conflitos violentos da atualidade fossem resolvidos com mais eficiência, apelando a uma maior cooperação por parte dos Estados Membros. Tendo isto em conta, as estratégias mudaram para: *Conflict prevention and Peacemaking*, *Peacekeeping* e *Peacebuilding*.

Segundo o *Brahimi Report*, a estratégia de *Conflict prevention*, aborda a estrutura da fonte do conflito, e de forma diplomática, a reconstrução de uma base sólida para a paz. Se esta estratégia não for suficiente, a estratégia de *Peacemaking* existe, para abordar o conflito já em progresso, ainda através da diplomacia e da mediação, para assim, o tentar conter. O *Peacekeeping* incorpora um conjunto de elementos, tais como, militares e civis no terreno, para trabalhar na restauração da paz, tal como acontecia em *An Agenda for Peace*. Podemos ainda evidenciar o surgimento do conceito de *Peacebuilding* como a estratégia de intervenção final, que surgiu com o objetivo de reconstruir um Estado no pós-conflito. Depois de um conflito, as instâncias jurídicas e as instituições não existem ou não funcionam. Esta estratégia também engloba o treino e o *mentoring* às polícias locais onde ocorre o conflito, o respeito pelos direitos humanos, apoiando ainda com assistência técnica e desenvolvimento da democracia, através de eleições livres e justas. A ONU consegue assim ter um papel fundamental na reconstrução dos Estados já depois de ter sido restabelecida a paz e já não haja um conflito grave no terreno, conseguindo ainda conter o ressurgimento de outro conflito ou o agravamento do atual. Comparando com o *Peacekeeping* mais tradicional, que se preocupava apenas com a contenção e controlo do conflito, as operações de segunda geração já se preocupam com a resolução do mesmo. Neste relatório é perceptível a preocupação das Nações Unidas para problemas económicos, políticos, e até relativos ao ambiente:

“Other variables that affect the difficulty of peace implementation include, first, the sources of the conflict. These can range from economics (e.g., issues of poverty, distribution, discrimination or corruption), politics (an unalloyed contest for power) and resource and other environmental issues (such as competition for scarce water) to issues of ethnicity, religion or gross violations of human rights.” (ONU, 2000: 4).

Comparativamente com *An Agenda for Peace*, “o Relatório Brahimi mantém a terminologia *peacekeeping*, mas usa os termos «operações complexas» ou «robustas» para eufemisticamente se referir ao *peace enforcement*.” (Pinto, 2005: 118). Segundo o relatório, um dos princípios fundamentais do *peacekeeping* é a imparcialidade e o uso da força apenas em legítima defesa. Dependendo da complexidade da missão, a ONU deve adequar as suas forças, tendo em conta o grau de perigosidade e de complexidade da missão, sendo que os mandatos deveriam especificar a autoridade de uma operação para usar a força, ao abrigo do Capítulo VII⁴ da Carta das Nações Unidas.

Relativamente à mudança da estratégia de *Peacekeeping*, a ONU refere, “(...) *United Nations military units must be capable of defending themselves, other mission components and the mission’s mandate. Rules of engagement should not limit contingents to stroke-for-stroke responses but should allow ripostes sufficient to silence a source of deadly fire that is directed at United Nations troops or at the people they are charged to protect and, in particularly dangerous situations, should not force United Nations contingents to cede the initiative to their attackers.*” (ONU, 2000: 9). Portanto, no relatório Brahimi, o próprio termo *Peacekeeping*, já engloba operações complexas e robustas, mas não as subordina ao termo *Peace enforcement*. “Também o relatório da ONU de Dezembro de 2004 – *A More Secure World: Our Shared Responsibility* – adota uma posição de aceitação do uso da força em defesa das operações de *Peacekeeping*. O Relatório diz que é agora prática corrente do CS dotar as missões de *Peacekeeping* de um mandato ao abrigo do Capítulo VII.” (Pinto, 2005: 120).

Em 2008, a ONU lança o documento: *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*, informalmente conhecido por *Capstone Doctrine*, abrangendo assim seis décadas de *Peacekeeping*. Neste documento, a ONU refere que apesar da estratégia de *peacekeeping* ser o o foco principal, é importante perceber a que correspondem os conceitos de *conflict prevention*, *peacemaking*, *peace enforcement* e *peacebuilding*. Segundo o documento, *conflict prevention*,

⁴ Ação em caso de ameaça à paz, rutura da paz e ato de agressão.

continua a abranger todo o espectro de medidas estruturais e diplomáticas para travar a eclosão de um conflito. O *peacemaking* inclui as medidas para resolver conflitos em progresso, e por norma, envolve ações diplomáticas para levar as partes hóstis a um acordo. O *peacekeeping* surge aqui como, “a technique designed to preserve the peace, however fragile, where fighting has been halted, and to assist in implementing agreements achieved by the peacemakers.” (ONU, 2008: 18). Esta estratégia, inclui um número complexo de forças militares e civis, ao contrário do *peacekeeping* tradicional. O documento refere a estratégia de *peace enforcement*, que, com autorização do CS, pode fazer uso de medidas coercivas e de força militar, sempre que haja ameaça à paz, violação da paz ou atos de agressão. O CS também pode utilizar outras organizações para fazer uso desta estratégia. Por último, faz referência ao *peacebuilding* como todo o conjunto de medidas para estabelecer uma paz sustentável e fortalecer o Estado onde ocorreu o conflito. O documento invoca também uma diferença entre aquilo que se define por *robust peacekeeping* e o *peace enforcement*. “While robust peacekeeping involves the use of force at the tactical level with the consent of the host authorities and/or the main parties to the conflict, peace enforcement may involve the use of force at the strategic or international level.” (ONU, 2008: 19). Portanto, *peace enforcement* diz respeito ao não consentimento entre as partes e é necessário o uso da força a nível estratégico, enquanto que o *peacekeeping* robusto, é usado quando existe consentimento a nível estratégico, mas a força pode ter que ser usada a nível tático⁵, ou seja, tem a ver com o contexto em que a força é usada.

O documento salienta que a experiência relativa às operações de paz, mostra que as estratégias de promoção de paz, mencionadas acima, devem ser vistas como um reforço mútuo. Usadas aos poucos ou isoladamente, não ajudam a eliminar as raízes de um conflito.

O *Capstone Doctrine* veio salientar os três princípios básicos do *Peacekeeping*: consentimento, imparcialidade e o não uso da força, exceto em legítima defesa ou em defesa do mandato, e apresenta três fatores de sucesso: legitimidade, através da posição da ONU no direito internacional; credibilidade, em grande medida junto das comunidades locais para corresponder às suas expectativas; propriedade local, ou seja, abrir caminho para que a nação anfitriã seja responsável pela sua própria governação, dentro do seu próprio território. O documento salienta ainda que o fundamental das operações é criar um ambiente seguro e sustentável, com total

⁵ O que diz respeito a ações militares contra criminosos que impeçam a execução do mandato ou representem um risco para os civis, trabalhadores humanitários ou pessoal da ONU.

respeito pelos direitos humanos e pelo estado de direito, facilitando sempre o diálogo e o estabelecimento de instituições eficientes, sendo que deve limitar-se a apoiar quando solicitado e dentro dos limites do seu mandato e da capacidade disponível.

Para além destes aspetos, o documento faz referência ao facto de ser consensual a necessidade de avaliação e acompanhamento das operações, não só para avaliar o seu impacto no terreno, mas também para avaliar possíveis consequências não intencionais que podem resultar da sua presença e das suas ações.

Por último, e de acordo com Coning, Detzel & Hojem (2008), o *Capstone Doctrine* não tratou a questão da presença de forças policiais de forma adequada, pois é necessário um foco mais robusto no uso destas forças, concretamente das *gendarmerie*, devendo estas também ser integradas dentro de um contexto mais amplo do Estado de Direito.

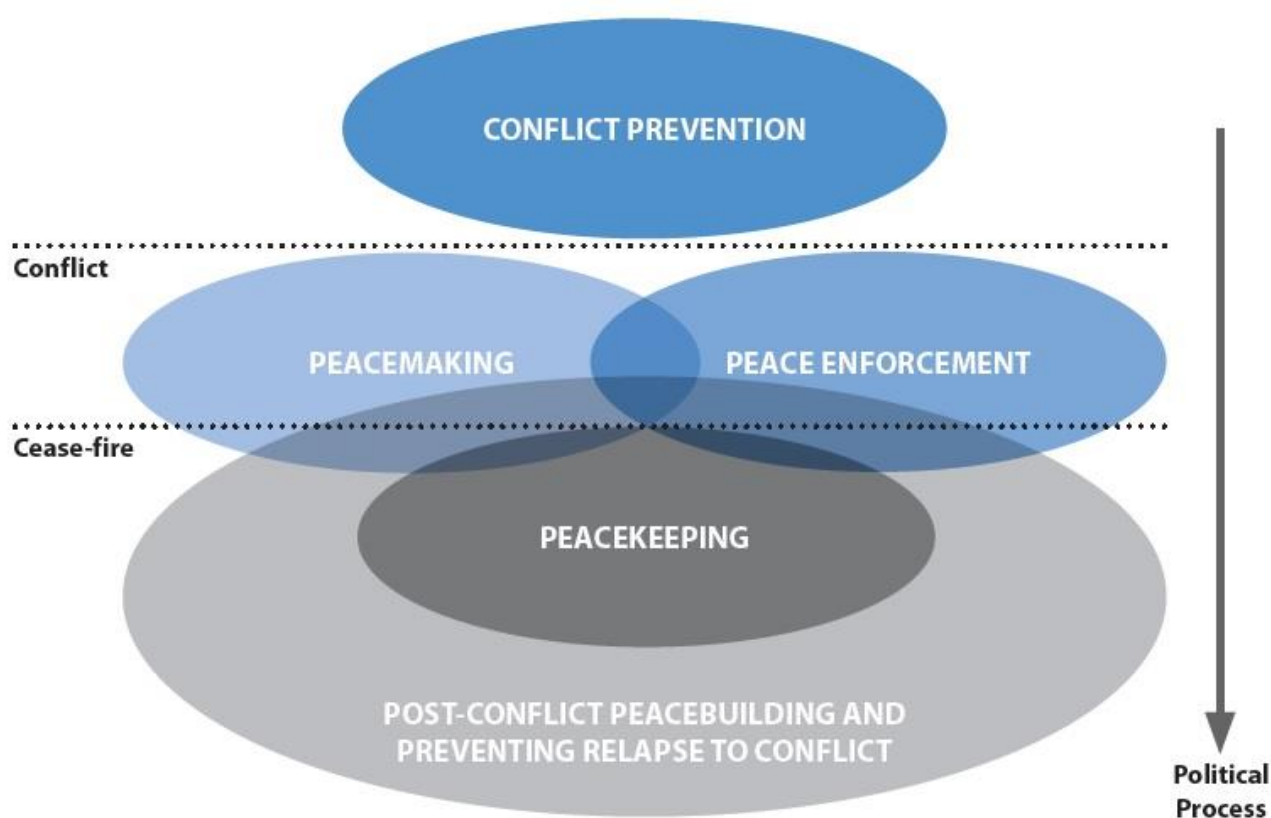


Figura 1: Estratégias de promoção da paz, segundo *Capstone Doctrine*

Fonte: ONU, 2008: 19

Em 2009, surge então, *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping*, que reforma um pouco o conceito de *Peacekeeping* da ONU, deixando as outras

estratégias, intactas. Esta publicação teve como objetivo, aprimorar o planeamento e a gestão da missão, mais rapidamente e de uma forma coesa para poder ser atingida o quanto antes, a estabilidade no território em conflito, e assim conseguir adquirir um maior reconhecimento. Também foram tidos em conta, aspetos financeiros, inovações e flexibilidade no que toca às forças no terreno, assim como a renovação de parcerias internas e externas com o objetivo de desenvolver operações de *Peacekeeping* cada vez mais eficazes.

“Peacekeeping in its current form requires more predictable, professional and adaptable capacities. It needs a global system to match the global enterprise it has become.” (ONU, 2009: iii). A necessidade de a ONU, se adequar constantemente à resolução de conflitos está implícito neste relatório, visto que as formas de violência estão constantemente a alterar, num mundo cada vez mais globalizado. Para a resolução desta dita vulnerabilidade, cabe à ONU, o papel de assumir e integrar os esforços necessários para fazer face às ameaças.

A ONU tem assim, um papel fulcral e cada vez mais interventivo no que diz respeito às questões da paz e da resolução de conflitos, tendo tido um aumento das suas intervenções nas operações a que é chamada (Branco, Sousa & Oliveira, 2017). O sistema internacional está em constante readequação, pelo que também foi necessário adequar as estratégias de *Peacekeeping*, ao longo dos anos e a constante dinâmica doutrinal da ONU é bem ilustrativa deste facto.

2.2 – Organização do Tratado do Atlântico Norte

Torna-se importante, no âmbito do objetivo da presente investigação, escrutinar a doutrina da NATO, no que diz respeito às operações de apoio à paz.

A NATO⁶, foi fundada em 1949. O Tratado do Atlântico Norte, no seu 1º Artigo, diz-nos que, “As Partes comprometem-se, de acordo com o estabelecido na Carta das Nações Unidas, a regular por meios pacíficos todas as divergências internacionais em que possam encontrar-se envolvidas, por forma que não façam perigar a paz e a segurança internacionais, assim como a justiça, e a não recorrer, nas relações internacionais, a ameaças ou ao emprego da força de qualquer forma incompatível com os fins das Nações Unidas.” (MNE, 1949: 688-689).

Depois da 2ª Guerra Mundial, os aliados começaram a discutir uma forma de manter uma aliança militar. Esta acabou por não suceder devido à expansão do bloco comunista. Em resposta, e

⁶ *North Atlantic Treaty Organization*, por vezes chamada de Aliança Atlântica, é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte.

juntamente com os Estados Unidos da América, os Ocidentais criaram a Aliança Atlântica. Desde o início da sua fundação que a NATO tem criado estratégias de atuação. Em 1950, o Conselho do Atlântico Norte aprovou o seu primeiro conceito estratégico, que diz respeito a orientações estratégicas, planos de orientação e defesa, para fazer face a possíveis ofensivas da URSS, devido ao facto de se encontrar em plena Guerra Fria, tendo as suas reformas posteriores, levado ao possível envolvimento de armas nucleares no caso de um conflito e para a sua autodefesa. Em resposta à criação da NATO, a União Soviética e os seus aliados uniram-se sob tutela de um tratado militar e criam o Pacto de Varsóvia, em 1955. A Guerra Fria, como ficou conhecido todo o período de 1947 até 1991, esmoreceu com a queda do Muro de Berlim em 1989, e o desmantelamento da União Soviética nos anos seguintes. O Pacto de Varsóvia acabou por ruir, enquanto que a NATO continuou ambiciosa relativamente ao seu conceito estratégico.

Ao longo dos anos, a NATO tem vindo a revelar capacidade de se adaptar ao novo contexto internacional, o que tem justificado a definição de novos conceitos estratégicos⁷. A primeira dessas adaptações, e sem dúvida uma das mais significativas, foi já depois do fim da Guerra Fria, ao adoptar-se a um novo paradigma mundial. A NATO, foi adquirindo uma postura não nuclear, uma adesão à capacidade de dissuasão, e certas visões menos bélicas foram sendo implementadas, com medidas que apelavam à democracia e aos direitos humanos, em prol da segurança. O uso de pessoal exclusivamente militar, por si só, não tem capacidade para a resolução de conflitos. Era necessária também uma abrangência política e civil, tendo a NATO, começado a apostar na cooperação e noutras reformas dos seus conceitos estratégicos, assim como uma maior preocupação com conflitos intraestatais. *“In contributing to the management of crises through military operations, the Alliance's forces will have to deal with a complex and diverse range of actors, risks, situations and demands, including humanitarian emergencies.”* (NATO, 1999b: 11). Face ao exposto, a NATO é considerada como a única organização de cariz político-militar que no período pós-Guerra fria, manteve um importante papel na definição das questões de segurança e defesa na Europa (Fernandes, 2005), em que o seu alargamento a leste, assim como a relação institucional que mantém com a Rússia se apresenta como paradigmático no campo da denominada “Segurança Cooperativa”.

O Conceito Estratégico da Aliança, na Cimeira de Lisboa, em 2010, devido à complexidade

⁷ De destacar as modificações do conceito estratégico NATO ocorridas em: Roma, Novembro de 1991; Washington, Abril de 1999; Lisboa, Novembro de 2010.

de desafios e à segurança, apresenta três tarefas: Defesa coletiva, Gestão de Crises e Segurança Cooperativa.

A Defesa Coletiva diz respeito ao Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, em que um ataque a um dos estados-membros é um ataque a todos. A Gestão de Crises, diz-nos que a NATO tem capacidade para lidar com o antes, durante e pós-conflito, utilizando os instrumentos políticos e militares de que dispõe. Em relação à Segurança Cooperativa, esta diz-nos que a Aliança irá envolver-se ativamente para melhorar a segurança internacional, podendo exercê-lo através de cooperação com outras organizações ou países. O documento, salienta ainda a noção de *Comprehensive Approach*, que está associado à cooperação militar e civil, e envolvendo também meios políticos de resolução de crises.

Iremos abordar de seguida, as *Allied Joint Publication (AJP)*, documentos da NATO que caracterizam as suas operações de paz, particularmente o AJP 3.4 (A) e o AJP 3.4.1. O primeiro, respetivamente é referido como *Non-Article 5 Crisis Response Operations (NA5CRO)*, enquanto que o segundo diz respeito às *Peace Support Operations (PSO)*.

De acordo com a AJP 3.4 (A), as NA5CRO são descritas como, “*multifunctional operations that encompass those political, military, and civil activities, initiated and executed in accordance with international law, including international humanitarian law, contributing to conflict prevention and resolution and crisis management, or serve humanitarian purposes, in the pursuit of declared Alliance objectives*”. (NATO, 2010b: xi).

Já conforme a AJP 3.4.1, as PSO são continuamente desenvolvidas no contexto das NA5CRO e não dependem obrigatoriamente do uso de pessoal dos Estados-membros da NATO, ao contrário das operações abrangidas pelo Artigo 5 do Tratado Atlântico Norte. Relativamente às PSO, e segundo a AJP 3.4.1: “*Such operations are designed to tackle the complex emergencies and robust challenges posed by collapsed or collapsing states in an uncertain and evolving strategic environment. PSO are conducted impartially, normally in support of an internationally recognized organisation, such as the UN or Organisation for Security and Co-operation in Europe (OSCE). They involve military forces, diplomatic and humanitarian agencies and are designed to achieve a long-term political settlement or other specified condition. They involve a spectrum of activities, which may include Peace Enforcement and Peacekeeping as well as Conflict Prevention, Peacemaking, Peace Building and Humanitarian Relief.*” (NATO, 2001, xi).

Iremos agora, debruçar-nos no que são as PSO, visto que as mesmas se enquadram no objeto de estudo da investigação, pois podem envolver todo o tipo de estratégias de promoção da

paz, assim como o empenho de forças militarizadas para fazer cessar um conflito, bem como ajuda humanitária e também toda a reconstrução estatal, com o objetivo de atingir uma paz duradoura. Estas PSO, por norma, são realizadas por forças multinacionais, desenvolvem-se a partir de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, e abrangem vários princípios, tais como, o consentimento, a imparcialidade e o uso da força.

De acordo com o AJP 3.4.1 da NATO, as ditas PSO, podem ser constituídas por: *Conflict Prevention; Peace enforcement and Peacekeeping; Peacemaking; Peacebuilding; Humanitarian Relief*.

As operações de *Conflict Prevention*, por norma, de acordo com o Capítulo VI da Carta da ONU, embora possa ser necessário fazer uso do Capítulo VII, dizem respeito a ações de prevenção, pela via diplomática, através de esforços para reformar o setor de segurança de um país e torná-lo mais responsável perante o controlo democrático, como também ao envio de forças preventivas para evitar o despoletar de um conflito, para os conter de forma a não se tornarem conflitos armados e violentos, ou simplesmente para monitorização. O *Peacekeeping*, também através do Capítulo VI da Carta da ONU, tem como objetivo, facilitar a aplicação de um acordo de paz num determinado território, pois caso o mesmo acabe por falhar, pode existir abertura para um conflito e deitar por terra toda a missão, daí o surgimento da estratégia de *Peace enforcement* e da sua presença nas PSO. O limite do uso da força e a imparcialidade são cruciais para que esta estratégia seja concluída com sucesso. Torna-se importante aliar o *Peacekeeping* com o *Peace enforcement*, que já atua segundo o Capítulo VII da Carta da ONU, quando os meios para atingir a paz e o consentimento não conseguiram ser alcançados. O objetivo é persuadir e obrigar partes conflituosas a retrair, adequando o uso da força para reter ou acabar com um conflito, sendo necessário adequar com exatidão os meios militares em cooperação com os meios políticos. A transição de uma missão de *Peacekeeping* para *Peace enforcement*, naturalmente vai apresentar mais robustez e uma decisão política adequada. O contrário também se verifica. Em relação ao *Peacemaking*, este diz respeito a toda a atividade diplomática para pôr fim a um conflito ou a um cessar-fogo rápido, através de certas medidas de pressão ou sanções. Apesar de esta estratégia ser abrangida pela diplomacia, também pode ser apoiada através de meios militares. O *Peacebuilding* apresenta uma abordagem muito diferente. Tem como objetivo o desenvolvimento de estruturas e instituições para fazer face à evolução do Estado, devastado pelo conflito, ou sem condições para simplesmente conseguir fazer face a um novo desenvolvimento económico e social. É um reforço da resolução pacífica de um conflito, através de medidas económicas, sociais, militares e políticas,

munidas de mecanismos para o fortalecimento de uma paz duradoura. Relativamente à estratégia de *Humanitarian Relief*, esta é composta pelas atividades que têm como objetivo aliviar todo o espectro humano do flagelo de um conflito e das condições com que este deixa as populações em causa. Este é desenvolvido principalmente através da responsabilidade de organizações e agências especializadas civis, nacionais, internacionais, governamentais ou não governamentais, aliadas com os meios militares que também cooperam com esta vertente humanitária.

A evolução da NATO, no Pós-Guerra Fria, foi muito influenciada com os acontecimentos nos Balcãs. O despoletar da intervenção por parte da NATO em 1999 neste território, deveu-se ao facto de no Kosovo, que fazia parte da Jugoslávia, a sua maioria étnica albanesa iniciar um movimento para a separação dos sérvios e para a autonomia da região. Estes, criaram o Exército da Libertação do Kosovo e imediatamente iniciaram atos de hostilidade. Os sérvios, por seu lado, pretendiam manter o Kosovo como província. Com a chegada ao poder na Jugoslávia, por parte de Milosev, a 23 de Julho de 1997, os albaneses são severamente reprimidos e as tensões acabam por se intensificar. Depois da pressão para o fim do conflito por parte dos EUA e de alguns países Europeus o terem ignorada, a NATO decidiu então intervir na região, sem autorização da ONU ou de qualquer outro organismo internacional, e tinha como objetivo acabar com a violência e impedir uma possível catástrofe humanitária. Depois do uso da força por parte da NATO, Milosevic acabou por retirar as tropas da província, mas não admitiu a derrota. A ONU envia então uma força de paz para o Kosovo e o território começa a ser dirigido por esta organização com o objetivo de dar os primeiros passos para a democracia, em coordenação com a NATO. Depois de aceite o plano de paz por parte dos sérvios, e para garantir a estabilização e reconstrução do Kosovo, a ONU aprovou uma força de paz internacional liderada pela NATO. Esta aproximação e cooperação entre NATO e ONU constitui um foco importante de reflexão sobre as intervenções humanitárias, que devem ser munidas de mais instrumentos, sem ser somente o uso da força, pois neste caso, a intervenção da NATO provocou a morte a muitos civis.

2.3 – União Europeia

Tal como anteriormente referido, a organização transnacional que iremos, ainda, abordar relativamente à sua doutrina é a União Europeia (UE), devido à sua alargada expressão em Operações de Apoio à Paz e ligação com as demais organizações referidas nesta investigação.

O embrião que mais tarde veio dar origem à UE, nasceu em 1944, com um grupo económico

chamado Benelux, formado pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo, que funcionava com a redução de tarifas entre os estados-membros e a adoção de uma tarifa externa comum.

Em 1952, através do Tratado de Paris, a França, a Alemanha e a Itália juntaram-se ao grupo, dando origem à CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), criada para estabelecer um mercado siderúrgico comum e dotar a Europa de uma autonomia na produção.

Com o objetivo de ampliar acordos referentes à CECA, os seis países membros reuniram-se em 1957 e assinaram o Tratado de Roma, que deu origem à CEE (Comunidade Económica Europeia). A partir daqui, a cooperação e os acordos económicos foram ampliados. Aqui, a Europa agrupava num mercado comum, as suas principais potências.

No ano de 1992, em Maastricht, com o Tratado da União Europeia, foram estabelecidas as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma união económica e monetária. Através deste Tratado, a União Europeia foi estabelecida com o seu nome atual.

Ainda como marco importante em 1992, podemos referir que, através da União Europeia Ocidental⁸ (UEO), foi adotada a Declaração de Petersberg que instituiu as chamadas missões de Petersberg. Nesta declaração, os países membros da UEO colocam à disposição da própria, como também da UE e da NATO, unidades militares provenientes dos diversos ramos das suas forças convencionais. Estas missões incluíam: missões humanitárias e de evacuação; missões de manutenção da paz; missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões para o restabelecimento da paz.

Segundo o Tratado da União Europeia, a UE era constituída por três pilares fundamentais: Comunidades Europeias; Política Externa e de Segurança Comum; Cooperação policial e judiciária em matéria penal.

O segundo pilar relativo à Política Externa e de Segurança Comum (PESC), foi criado com o objetivo de preservar a paz, reforçar a segurança internacional e promover a cooperação, a

⁸ Organização de cooperação e defesa criada pelo Reino Unido, França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda em 1948 através do Tratado de Bruxelas. Foi desenvolvida no âmbito do mesmo quadro jurídico da NATO e encarregue de assegurar a defesa dos países europeus. Em 1993, com a entrada em vigor do Tratado da UE, e consequente criação da União Europeia e da estrutura de pilares (da qual a Política Externa e Segurança Comum constituía o 2º) a UEO constituiu-se como a componente de defesa da UE e como a coluna europeia da NATO. Em 1998, na sequência do Tratado de Amsterdão, a UE herdou o património político-militar da UEO, incluindo os acordos com a NATO, condição imprescindível para missões militares europeias.

democracia e os direitos humanos.

Segundo o nº 2 do Artigo J.1 do Tratado da União Europeia, a PESC tem como objetivos: “a salvaguarda dos valores comuns, dos interesses fundamentais e da independência da União; o reforço da segurança da União e dos seus Estados-membros, sob todas as formas; a manutenção da paz e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas e da Acta Final de Helsínquia e com os objetivos da Carta de Paris; o fomento da cooperação internacional; o desenvolvimento e o reforço da democracia e do Estado de direito, bem como o respeito dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.” (UE, 1992: 58). As missões de Petersberg também ficaram incluídas neste Tratado.

Seguidamente, o Tratado de Amesterdão em 1997 tinha como objetivo o reforço da segurança, passando esta a estar integrada na PESD (Política Europeia de Segurança e Defesa), que por sua vez faz parte da PESC. A criação da PESD foi um grande avanço em termos de capacidades civis e militares na gestão de crises e na prevenção de conflitos.

Em 1999, no Conselho Europeu de Helsinquia, podemos realçar o que ficou definido no ponto 26: “A União contribuirá para a paz e a segurança internacionais, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas. A União reconhece o primado da responsabilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais.” (UE, 1999). Ainda no ponto 27: “O Conselho Europeu sublinha a sua determinação em desenvolver uma capacidade autónoma para tomar decisões e, sempre que não exista uma participação da NATO no seu conjunto, lançar e conduzir operações militares lideradas pela UE em resposta a crises internacionais. Este processo evitará a duplicação de esforços e não implica a criação de um exército europeu.” (UE, 1999).

Em 2001, o Tratado de Nice, implementa um reforço da cooperação da PESC, e em 2007 surge o Tratado de Lisboa, que entre outras matérias também atualizou a Política Europeia de Segurança Comum.

“À PESD, agora alterada para a designação Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), pelo Tratado de Lisboa, no seu art.º 27º, n.º 1, prevê que a PCSD faz parte da PESC e que esta garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares”. (Hermenegildo, 2009, citado por Bessa, 2010: 16). A alteração semântica de PESD para PCSD, assume um carácter que abrange mais cooperação e ajuda entre os Estados-Membros, relativamente aos interesses comuns de segurança e defesa. O Tratado permitiu incentivar os Estados em capacidades de projeção e sustentação de forças a nível internacional, assim como em assuntos de defesa e

segurança.

De acordo com o Tratado de Lisboa, o nº 7 do Artigo 28-Aº refere que, caso um Estado-Membro seja alvo de agressão, os outros Estados-Membros devem prestar auxílio, conforme o Artigo 51º da Carta das Nações Unidas.

Em paralelo com este artigo, podemos referir o Princípio da Solidariedade, que se encontra no Artigo 188-Rº também do Tratado de Lisboa. O nº1 deste Artigo refere que a União e os seus Estados-Membros atuam, caso algum seja alvo de um ataque terrorista, catástrofe natural ou catástrofe de origem humana. Segundo a alínea a) e a alínea b), a União mobiliza todos os instrumentos ao seu dispor para: “ a) – Prevenir a ameaça terrorista no território dos Estados-Membros; – proteger as instituições democráticas e a população civil de um eventual ataque terrorista; – prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de ataque terrorista; b) Prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de catástrofe natural ou de origem humana.” (UE, 2007: 100).

Segundo o nº 1 do Artigo 28-Aº do Tratado de Lisboa, a PCSD garante capacidade operacional para missões no exterior, no que diz respeito à manutenção da paz, prevenção de conflitos e reforço da segurança internacional.

Por fim, segundo o nº 1 do Artigo 28-Bº: “As missões referidas no nº 1 do artigo 28-Aº, nas quais a União pode utilizar meios civis e militares, incluem as ações conjuntas em matéria de desarmamento, as missões humanitárias e de evacuação, as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar, as missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, as missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz e as operações de estabilização no termo dos conflitos. Todas estas missões podem contribuir para a luta contra o terrorismo, inclusive mediante o apoio prestado a países terceiros para combater o terrorismo no respetivo território”. (UE, 2007: 35-36).

Por último, é importante dar relevância ao facto de este Tratado referir o uso de forças multinacionais que podem ser usadas em operações de apoio à paz. Segundo o nº 3 do Artigo 28-Aº: “Com vista à execução da política comum de segurança e defesa, os Estados-Membros colocam à disposição da União capacidades civis e militares de modo a contribuir para os objetivos definidos pelo Conselho. Os Estados-Membros que constituam entre si forças multinacionais podem também colocá-las à disposição da política comum de segurança e defesa.”(UE, 2007: 34).

Segundo o Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança, de 2008, “no

espaço da última década, a Política Europeia de Segurança e Defesa, que é parte integrante da nossa Política Externa e de Segurança Comum, tem vindo a adquirir experiência e capacidade, tendo sido destacadas mais de vinte missões em resposta à eclosão de crises (...). (UE, 2008: 2).

Em 2013, e pela primeira vez depois da assinatura do Tratado de Lisboa, o Conselho Europeu realizou um debate sobre a defesa. Segundo o documento, que sintetiza as conclusões do debate, a Política Comum de Segurança e Defesa irá continuar a desenvolver parcerias com a NATO assim como estratégias de cooperação entre esta e a UE. Também os Estados-Membros devem aprofundar a cooperação de defesa, melhorar a capacidade de conduzir missões e operações, e melhorar a disponibilidade das capacidades civis e militares. *“European Council has identified a number of priority actions built around three axes: increasing the effectiveness, visibility and impact of CSDP; enhancing the development of capabilities and strengthening Europe's defence industry.”* (UE, 2013: 2). Portanto, o documento salienta que a *Common Security and Defence Policy*⁹ tem tido um progresso notável, sendo que é necessário continuar a apostar na resolução de crises como uma prioridade, pois a UE continua completamente disponível para cooperar com outras organizações transnacionais nesta matéria e fazer uso da sua capacidade orçamental no que respeita à segurança e defesa. O documento também salienta que a cooperação na área da capacidade militar e do desenvolvimento por parte dos Estados-Membros é crucial. Por último, *“Europe needs a more integrated, sustainable, innovative and competitive defence technological and industrial base (EDTIB)¹⁰ to develop and sustain defence capabilities.”* (UE, 2013: 7).

Caracterizadas as doutrinas da ONU, NATO e UE, iremos agora debruçar a presente investigação, enquadrando as Forças *Gendarmerie* e a sua atuação em operações de apoio à paz, assim como um pouco da sua história, para podermos justificar a sua atuação em missões internacionais e a sua presença como forças multinacionais.

⁹ Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)

¹⁰ *European Defence Technological and Industrial Base* é a organização de infraestruturas, instituições e ideias que convertem recursos do estado em meios de guerra.

Capítulo III - Forças *Gendarmerie* e a sua atuação em Missões Internacionais

Iremos enquadrar agora a presente investigação, através do empenhamento de forças de polícia de natureza militar nas missões internacionais.

As Forças *Gendarmerie* remontam a muitos anos atrás, na era napoleónica. “Terminada a Guerra dos Cem Anos, grupos de cavaleiros começaram a percorrer o reino detetando infrações e punindo os infratores – as *Marechaussees*. Estas tropas dos marechais tinham uma dupla função, de julgar os criminosos e manter o equilíbrio interno” (Graça, 2012: 45). Tropas, que mais tarde passaram a ser denominadas de *Gendarmeries*.

Estas forças têm vindo a adquirir uma grande importância ao longo dos anos, pois para além da sua característica militar, também têm formação de âmbito policial. O número de conflitos em que estas forças são empenhadas tem vindo a crescer, particularmente desde os anos 90 do século XX.

Constituiu-se em 1994, a FIEP (Associação Internacional de Gendarmerias e Forças Policiais com Status Militar), pelas mãos da França, Itália e Espanha. Alguns países da Europa seguiram a sua criação e começaram então a surgir outras forças policiais de carácter militar noutros países. Para além da *Guardia Civil* de Espanha, dos *Carabinieri* Italianos e da *Gendarmerie Nationale* em França, juntou-se Portugal através da Guarda Nacional Republicana em 1996, e mais tarde, a *Koninklijke Marechaussee* da Holanda, e também as Forças *Gendarmerie* da Turquia, Marrocos e Roménia.

Outro marco importante, para além da criação da FIEP, remonta à criação em 2004, da *European Gendarmerie Force*, organização que tem tido uma forte e importante intervenção nas operações de paz, tendo como seus fundadores, Portugal, França, Itália, Holanda e Espanha. Em 2008, a Roménia adquiriu o estatuto de membro da organização. A Polónia e a Lituânia, adquiriram o estatuto de parceiro, e a Turquia, o de país observador.

Definimos *European Gendarmerie Force* (EGF), através do nº 1 do Artigo 1º do Tratado da Criação da Força de *Gendarmerie* Europeia, como “operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projetável, constituída exclusivamente por elementos das forças policiais com estatuto militar das partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das operações de gestão de crises.” (Assembleia da República, 2008: 6921).

Em relação à sua estrutura, esta organização, possui sede permanente em Vicenza, Itália, e as suas forças são compostas pelos militares dos diferentes estados-membros. De acordo com o

nº1 do Artigo 4º, “em conformidade com o mandato de cada operação, atuando independentemente ou em conjunto com outras forças, a EGF deverá ter capacidade para assegurar todo o espectro de missões policiais, por via da substituição ou do reforço, durante todas as fases de uma operação de gestão de crise.” (Assembleia da República, 2008: 6922), podendo ser empenhadas sobre uma autoridade civil ou comando militar. Esta organização pode ser solicitada não só pela NATO, como pela ONU, UE, OSCE ou por uma coligação *ad-hoc*.

A EGF pode assegurar um número elevado de tarefas, entre as quais: “Execução de missões de manutenção da ordem e segurança públicas; Monitorização e assistência à polícia local na sua atividade quotidiana, incluindo a investigação criminal; Condução de operações de vigilância, controlo de tráfico, de ilícitos, polícia de fronteiras e informações; Execução de ações de investigação criminal, nomeadamente deteção de atos de delinquência, seus vestígios e entrega de delinquentes às autoridades judiciais competentes; Proteção das populações e dos bens e manutenção da ordem em caso de manifestações públicas; Formação de oficiais de polícia de acordo com padrões internacionais; Formação de instrutores, em particular através de programas de cooperação” (Carreira, 2005: 14). O seu empenhamento e mobilização é decidido pelo Alto Comité de Ministros (CIMIN), de acordo com o Artigo 6º do Tratado da EGF.

As Forças *Gendarmerie* representam-se como forças de polícia de carácter militar, o que lhes dá uma diferenciação das restantes forças de polícia e também das forças armadas. Em termos de manutenção da ordem pública, a sua formação militar possui grandes vantagens, não só pela coordenação, interoperabilidade, e sem esquecer, a sua robustez, daí a capacidade de cooperação com as forças armadas, dentro do Teatro de Operações. Estas forças, para além da sua vertente militar, ainda conseguem fazer face a uma panóplia de tarefas de polícia, que são essenciais para atuar nas causas dos conflitos.

“Essas forças possuem capacidades para, de acordo com as conclusões do Conselho Europeu de Nice, efetuar missões de substituição ou de reforço das forças de polícia locais, pelo que propuseram oferecer uma estrutura operacional multinacional de forma a dotar a Europa com uma maior capacidade para conduzir missões de polícia em operações de gestão de crises.” (Carreira, 2005: 13).

3.1 Security Gap

Importa realçar o conceito de *Security Gap* no âmbito das Operações de Apoio à Paz, visto

que é através do mesmo que as forças *Gendarmerie*, que são objeto de estudo desta investigação, se inserem no âmbito destas operações, e onde se compreende a sua elevada importância.

Neste tipo de missões torna-se necessário preencher um vazio que corresponde a tarefas como a investigação criminal, a manutenção da ordem pública, proteger refugiados ou instalações, e até a formação das polícias locais. Estas tarefas são essencialmente de polícia, pelo que não podem ser desempenhadas pelas forças armadas, visto que não são missões de combate, ou inseridas no seu meio de atuação. É este vazio que se denomina de *Security Gap*.

Definimos *Security Gap*, como “ausência de capacidade para exercer a mais básica das funções do Estado, proteger os seus cidadãos. A força multinacional, que tenha a responsabilidade de restaurar a ordem e a lei com justiça, depara-se objetivamente com três *security gaps*: *deployment gap*, *enforcement gap* e *institutional gap*”. (Oakley, Dziedzic, & Goldberg, 1998, citado por Araújo, 2017: 10).

Num cenário pós-Guerra Fria, foi necessário formular estratégias para a execução de operações de paz, e ao longo dos anos, foi-se tornando evidente que a utilização apenas de forças militares era insuficiente, visto que era necessário fazer face a um número alargado de situações para as quais faltava uma abordagem diferente, incluindo as preocupações com os direitos humanos. Num cenário de conflito, as forças de polícia locais, não conseguem fazer face à reposição da lei e da ordem. É necessário recorrer a forças internacionais. Visto que a sua mobilização para uma missão é sempre um pouco morosa, devido ao tempo de mobilização e instalação, as forças militares internacionais acabam por ser a única força com disponibilidade, reação rápida e imediata para impor a ordem até à chegada do instrumento policial. É este tempo que preenche o primeiro *gap*, ou seja, é o espaço temporal desde a chegada da força estritamente militar, já estando a ordem reposta, até à chegada de uma força de polícia militar, que através dos seus instrumentos e formação, conseguem continuar a exercer a ordem no local e executar as funções policiais que lhe competem. Este *gap* de segurança até à chegada de uma Força *Gendarmerie* é denominado por *Deployment Gap*. Estas forças desempenham aqui um papel crucial, pois as Forças Armadas, acabam por ter um papel muito mais robusto e poderia originar o uso excessivo da força em algumas situações. De uma forma genérica, podemos considerar que, “para incrementar a ordem, é necessária uma Força Internacional com capacidade militar. Restabelecida a ordem, subsequentemente deve passar a coabitar a ordem e a lei, sendo necessário uma Força com capacidade de Funções de Polícia” (Graça, 2012: 44).

Depois disto, passamos a caracterizar o *Enforcement Gap*, que ao contrário do *Deployment*

Gap, não funciona à base do espectro temporal, mas sim do funcionamento. Após a força de polícia internacional se encontrar no terreno, a lei e a ordem vão sendo repostas e os distúrbios civis vão sendo minimizados, assegurando-se assim a segurança e qualquer nova tentativa de despoletar de um conflito, pois num território instável, ainda enraizado pelo crime, e por muitas forças criminosas, apresenta ainda um elevado grau de insegurança e instabilidade. Estabelecida a segurança da área pelas forças militares e a ordem pelas forças policiais, é necessário construir todo um instrumento legal, para o processo de construção da paz, para que o Estado consiga seguir o seu rumo, em termos de cumprimento da lei, ou seja, procede-se à construção de um aparelho legal para a construção de uma paz duradoura. A existência deste instrumento legal diz então respeito à existência de polícias locais, as quais acabam por receber formação das forças policiais internacionais. Também é muito importante a existência de juizes, e outras instâncias que assegurem todo o espectro relacionado com a lei, pois a ordem já foi ou vai sendo repostada, estando o pilar da segurança, sempre salvaguardado com as forças militares e de polícia. Este *gap* constitui assim o chamado *Enforcement Gap*, ou seja, a necessidade de executar funções que as forças militares ou puramente policiais já não conseguem fazer face, sendo assim necessário manter a lei e a ordem e cumprir o tratado de paz, pelas forças de polícia de cariz militar.

Por fim, evidenciamos o *Institutional Gap*. Este último *gap* surge depois de todos os outros estarem ultrapassados, com todas as condições de segurança. Este diz respeito à necessidade de construção do sistema judiciário, e de todo o processo relacionado com direitos humanos, reconstrução de estruturas locais, para a criação de condições de desenvolvimento da sociedade, com o objectivo de construir uma paz duradoura, visto que o governo do território em conflito não tem capacidade nem condições para o fazer. É então necessário construir estruturas que possam garantir que esse Estado passe a ser construído com um modelo de justiça adequado, pois certamente grande parte da população ainda está ligada ao crime. A opção por este método tem vindo a assumir particular importância, visto que é uma forma de prestar auxílio na reconstrução, e não apenas na resolução de um conflito. Depois deste último *gap* estar ultrapassado, estão assim criadas as condições para o desenvolvimento do Estado, destruído por um conflito.

“Para promover a Paz é necessário garantir a ordem, a lei e a justiça. A (i) ordem atua ao nível violência direta, de agressão física, verbal ou psicológica, afastando os efeitos rápidos e dramáticos; (ii) a lei e a justiça ao nível da violência estrutural (indireta) auxiliando na consolidação de uma estrutura social justa, esbatendo a assimetria entre o real e o potencial; (iii) atuando também ao nível da violência cultural, promovendo valores, normas e comportamentos que não

estimulem ou legitimem socialmente a violência estrutural e a direta” (Graça, 2012: 44). Aqui, podemos associar a visão de J. Galtung. Segundo o mesmo, só com a ausência destes três tipos de violência, é possível alcançar o triângulo da paz: paz direta, estrutural e cultural.

Em todos estes *gaps* as forças de polícia de natureza militar têm um papel ativo.

Através do conceito de *Security Gap*, conseguimos perceber o papel importantíssimo que o instrumental policial assume nas operações de apoio à paz, que aliado a ser uma força de carácter militar, possui uma mais-valia fundamental, não só porque é uma força robusta, mas porque também possui uma grande capacidade de reação e interoperabilidade, podendo inclusive cooperar em algumas matérias com as forças exclusivamente militares, ou seja complementam-se, apesar de terem papéis distintos. O facto de executarem tarefas de *mentoring*, de ajuda humanitária e até de apoio à construção de infra estruturas, garantindo a segurança, faz com que estas forças sejam fundamentais no Teatro de Operações, e é algo que a ONU tem vindo a apostar cada vez mais.

Não menos importante é a visão de Galtung em relação ao aspeto militar na resolução dos conflitos, onde o mesmo diz que o treino militar é indispensável para conter a violência. Concretamente para a manutenção da ordem pública e distúrbios civis, será necessário uma força de polícia. As forças de polícia são as mais indicadas a atuar no terreno, pois para além de saberem usar a força de forma proporcional, podem ainda dar inclusive, *mentoring* às polícias locais, e isso constitui um aspeto muito importante para a conservação da paz, a longo prazo. *“Military training is indispensable: to contain violence. Knowledge of the means of violence and the mentality behind their use is needed. But, for 'crowd control' police training may be better, more based on a show of authority and minimum use of violence. And in addition would come active nonviolence training, also training to train the local population, and training in conflict mediation techniques, knowing what to say, what to do when suddenly in a room with the conflict parties present, filled with mutual and well-justified hatred.”* (Galtung, 1996: 270). Em suma e de acordo com a figura que se segue, o *Security Gap* é “o período compreendido entre o nível máximo de proficiência das Forças tipicamente militares e o posterior início da eficácia das polícias civis”. (Silvério, 2018: 3). À medida que as forças militares vão atingindo o seu ponto máximo de eficiência, as forças de polícia de cariz militar vão preenchendo os três *Security Gaps* (*deployment, enforcement e institutional gap*), através de manutenção da ordem e da criação de condições de segurança para o estabelecimento da paz.



Figura 2: Security Gap

Fonte: NATO, 2001, citado por Silvério, 2018: 3

3.2 – Multinational Specialized Unit

Como nos deparámos ao longo da presente investigação, uma força de polícia de carácter militar, ou seja, as Forças *Gendarmerie*, não só devido ao seu rigor militar, interoperabilidade e coordenação, mas também em relação a todas as suas valências desde a manutenção da ordem pública, até ao nível do contacto e da ajuda humanitária às populações atingidas pelo flagelo dos conflitos, assumem um papel vantajoso nas operações de paz. “A vertente militar, tem vantagens em todas as situações, desde comando, controlo, coordenação, interoperabilidade (...)”¹¹

No contexto destas operações de apoio à paz, surgiu a denominada SPU (*Stability Police Forces*). Definimos SPU como, “(...) *any robust, armed policing element that performs roles and missions associated with bringing stability to a war-torn society (...) [who] require disciplined action by well-trained units with a formal command structure and the capacity for graduated use of force, including less-than-lethal and lethal force.*” (CoESPU, 2005, citado por Graça, 2012: 67).

Dentro da SPU, podemos enquadrar as *Multinational Specialized Unit* (MSU) no seio da NATO, as *Integrated Police Unit* (IPU) no seio da UE, e as *Formed Police Unit* (FPU) no seio da ONU, adotando assim diferentes designações. Apesar de serem definidas de forma diferente por países e organizações individuais, possuem as mesmas capacidades e competências, desde o combate ao

¹¹ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Oliveira, Comandante do 4º Contingente da GNR no Iraque.

crime organizado, segurança de altas entidades, patrulhamento de alto risco e manutenção da ordem pública. Importa referir, inclusive, o *Center of Excellence for Stability Police Units (CoESPU)*, é um centro situado em Itália, onde se promovem programas de treino, princípios de interoperabilidade, doutrinas e procedimentos operacionais comuns, com o objetivo de uniformizar atuações em missões de paz.

Iremos abordar na presente investigação, apenas as MSU no contexto NATO, dado que a sua doutrina foi utilizada na missão da GNR no Iraque.

A primeira missão em que a MSU esteve envolvida foi na *Stabilization Force (SFOR)* da NATO, na missão da Bósnia-Herzegovina, em 1998. A SFOR dispunha de uma força militar bem treinada e armada mas, naturalmente, não estava apta a desempenhar certas funções de segurança e ordem públicas, assim como a polícia local. Por último, a força de polícia da ONU, encontrava-se desarmada, o que dificultava ainda mais a resolução das questões de segurança pública. Neste contexto a MSU foi formada com o objetivo de preencher lacunas entre as forças militares tradicionais da SFOR e unidades de polícia civil. Foi neste momento que a NATO identificou um gap nas operações de paz, onde por si só, a existência de forças puramente militares não eram suficientes, isto é, existia uma zona cinzenta, onde era necessário uma força de polícia militar que conseguisse desempenhar todas as funções de polícia, ou seja, forças *Gendarmerie*. Visto ter-se revelado uma mais-valia para as missões de paz, no ano de 1999, a MSU foi de novo utilizada no âmbito da operação *“Allied Harbour”*, na Albânia e um pouco mais tarde na *Kosovo Force (KFOR)*.

“Podemos identificar de forma objetiva os vários vocábulos que constituem a designação *Multinational Specialized Unit. Unit* – unidades constituídas de forma temporária, para cumprir uma missão determinada pelo poder público bélico, integrada numa Força militar, para atuar no âmbito de uma Operação para a Paz; *Multinational* – em virtude da sua composição ter por base Corpos Militares com Funções de Polícia (...); *Specialized* – enquanto ferramenta especializada dentro do instrumento militar que permite ao *Joint Force Commander* atuar perante o *Security Gap*.” (Graça, 2012: 69).

Esta unidade, pode fazer face a situações de manutenção de ordem pública, investigação criminal e equipas de instrução e forças especiais, podendo ser empenhada como polícia executiva em detrimento da polícia local, ou simplesmente, em reforço da mesma.

Podemos realçar aqui, o conceito de *Comprehensive Approach*, tido como um conceito estratégico por parte da NATO, que diz respeito à abordagem militar e civil nas operações de paz. O

AJP-01 (D)¹², salienta: *“Today’s challenges demand a comprehensive approach by the international community, including the coordinated action from an appropriate range of civil and military actors (...). NATO’s engagement in a comprehensive approach to crisis management is focused at three levels:*

a. At the political and strategic level, NATO concentrates on building confidence and mutual understanding between international actors.

b. At the operational level, the priority is to cooperate with other international actors in the overall planning for complex operations in which a large degree of civil-military interaction will be required.

c. At the theatre level, NATO force commanders must be empowered to conduct effective cooperation and coordination with indigenous local authorities and other international actors in the execution of operations.

All 3 levels must function in a complementary manner to achieve success.” (NATO, 2010c: 2-11).

A MSU constitui portanto, uma força de extrema importância, como se pode relatar na generalidade das missões em que é empenhada, devido não só ao seu elevado profissionalismo e organização, mas também por ser composta por forças de polícia que possuem simultaneamente um estatuto militar, e são portanto, muito robustas e aptas a desempenhar missões com um elevado grau de perigosidade.

O facto de existirem forças de polícia de carácter militar constitui uma grande vantagem, cuja função, em regra, é a manutenção da ordem pública, de uma forma musculada, com o objetivo de garantir uma situação estável no âmbito da segurança pública. Estas forças trouxeram grandes contributos para as missões de apoio à paz, e devem ser aplicadas somente na área em que são especializadas para as suas funções de polícia, e não devem ser usadas como uma força puramente militar.

A ação destas forças é particularmente vantajosa, quando as forças policiais locais não conseguem fazer face, ou não estão suficientemente organizadas para conseguir travar os tipos de violência ou instabilidade. “As características destas Forças podem resumir-se no seguinte: robustez, flexibilidade, alto nível de prontidão (30 dias), interoperabilidade, multinacionalidade, eficaz comando e controlo (C2) e proteção da Força. Em tudo idênticas às operações tipicamente

¹²*Allied Joint Publication*, documento publicado pela NATO em Dezembro de 2010.

militares.” (Silvério, 2012: 12).

No contexto de interoperabilidade com as Forças Armadas é importante realçar o princípio da *Green Box* e do *Blue Box*, conceitos criados pela MSU. O *Green Box*, diz respeito à segurança local levada a cabo pelas Forças Armadas através de um perímetro, sendo a *Blue Box*, a área onde as Forças de Polícia Militares atuam, e fazem uso das suas valências para restabelecer a ordem e a lei, que se situa dentro da *Green Box*, como se demonstra na Figura 3. Esta complementariedade entre as Forças Armadas e as Forças *Gendarmerie*, apresenta vantagens a nível do planeamento da missão, pois a força mais robusta acaba por assegurar um perímetro dentro do Teatro de Operações, para que as forças de polícia, consigam executar as suas tarefas em segurança.

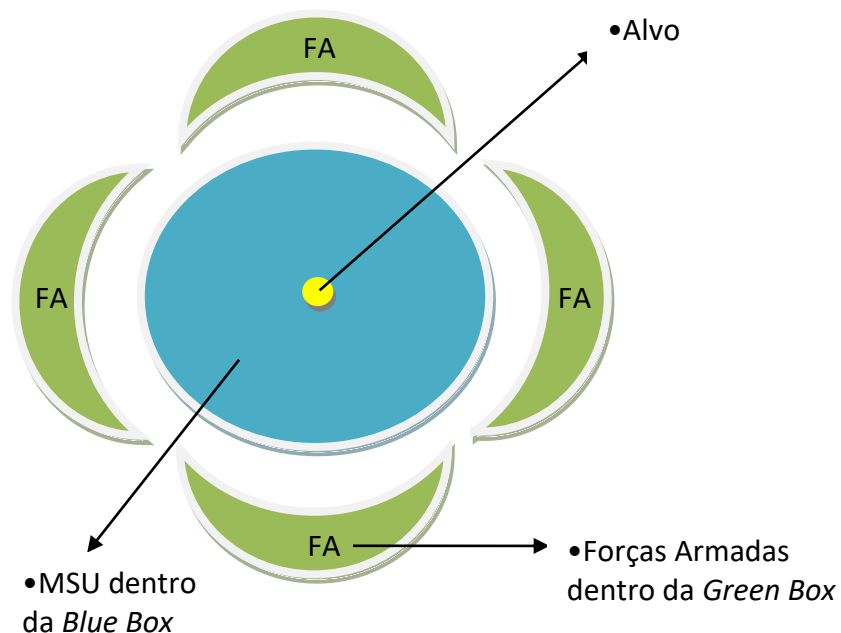


Figura 3: *Green Box e Blue Box*

Fonte: Elaboração própria

As PSO, segundo a NATO, são caracterizadas por diferentes fases:

“Fase 0 - pré-fase onde evolui o ambiente que predispõe para o conflito, podendo incluir, convoluções sócioeconómicas, étnicas, religiosas e mesmo violência; Fase 1- Após um período estável, ocorrem eventos precipitantes que geram conflitualidade, suscitando a preocupação internacional. Governos e agências humanitárias podem mobilizar recursos para mitigar o sofrimento e promover o desenvolvimento. Caso a situação se deteriore mais, podem entrar em ação agências humanitárias de emergência, numa tentativa que a ajuda e o desenvolvimento de

longo prazo produzam efeitos; Fase 2 - após decisão da comunidade internacional que a crise não se resolve sem intervenção militar, é emitido um mandato e, através de uma projecção rápida, os militares edificam forças para estabilizar a situação de segurança. Apesar da missão militar ter prioridade, o planeamento e a condução das operações devem ser coordenados com as atividades de atores civis. Nesta fase podem ser projectadas Unidades Multinacionais Especializadas (MSU) e unidades da polícia civil (CIVPOL). Quando a situação de segurança estabiliza, existindo condições para que os atores civis façam progredir a operação no sentido do end-state e de uma paz auto-sustentável, os militares podem começar a retirar; Fase 3 - Quando houver suficiente estabilidade e a CIVPOL puder lidar com a manutenção da lei e da ordem, a *Peace Support Force* principal pode retirar. Algumas MSU podem permanecer até ao final desta fase. Os atores civis continuam as suas atividades; Fase 4 - A ajuda de emergência deixa de ser necessária e o end-state final da PSO é uma paz auto-sustentável que não requer qualquer esforço internacional especial para além da ajuda e assistência ao desenvolvimento normais.” (Marques, 2011: 21-22).

No que concerne às capacidades de uma MSU, podemos realçar que na doutrina da NATO, esta força, assume função administrativa e judiciária. Estas unidades estão aptas a: executar missões de polícia executiva, em apoio ou substituição da polícia local, para o restabelecimento da ordem pública e posterior transferência da autoridade militar para a civil; monitorizar e assistir a polícia local e apoiar o retorno de refugiados. Para isto, a MSU, cumpre: atividades de patrulhamento; recolha de informação, incluindo de âmbito criminal; manutenção da ordem pública; monitorização e assistência à polícia local; imposição da lei; investigação de crimes de guerra, e ligação com a Autoridade civil e organizações internacionais. (GNR, 2010: 41-42).

É organizada por norma em escalão Regimento¹³, articulando-se em Estado-maior, Módulo operativo, Módulo de manobra e Módulo de suporte logístico.

O Estado-Maior é um órgão que apoia o Comandante, podendo exercer e funcionar com a autoridade delegada pelo mesmo. O Módulo operativo, é uma unidade de Batalhão¹⁴ e que realiza a maior parte do serviço operacional da MSU. O Módulo de manobra, sendo uma subunidade de escalão Batalhão, é utilizada em situações mais delicadas, sendo constituído por um grupo de intervenção especial, uma subunidade de paraquedistas, uma subunidade de investigação especial, e uma equipa de instrução. Por fim, o Módulo de suporte logístico, de escalão companhia, é

¹³ Unidade militar comandada por um coronel. Composta por um número variável de batalhões ou subunidades equivalentes da mesma arma.

¹⁴ Unidade militar comandada por um coronel, tenente-coronel ou major. Constituída por duas ou mais companhias.

responsável por todo o apoio logístico da MSU, sendo de forma geral constituída por, comando, alimentação, manutenção, reabastecimento, transportes, uma oficina de auto e uma de transmissões. Importa realçar que todo o suporte logístico no que concerne ao conceito MSU, pertence à Itália. “Tendo sido atribuído pela NATO e pela UE o papel de “*nation leader*” da MSU à Itália, este país é responsável por todo o suporte logístico. Como tal, serão efetuados acordos técnicos com os países que contribuam com forças para a componente MSU.” (GNR, 2010: 43).

Os elementos da MSU, nas missões da NATO, estão identificados através de um braçal vermelho, com as letras MSU escritas em branco e com o símbolo da NATO. Os veículos são azuis ou pretos e identificados com um fundo vermelho e letras MSU em branco. Também os uniformes são azuis ou pretos.

Em termos de material, possuem equipamento e armamento de uma força ligeira de infantaria e de uma força de polícia.

Relativamente ao comando militar, a MSU é enquadrada através de oficiais de cada país. Em relação ao pessoal, a MSU é “composta por forças de polícia com estatuto militar, que dispõem de treino, experiência e capacidade operacional para satisfazer as exigências de segurança e ordem pública (...)” (GNR, 2010: 41).

As infra-estruturas correspondem a quartéis militares da própria MSU. Em termos de interoperabilidade, como já referido, a MSU possui uma uniformização em relação à doutrina militar com as Forças Armadas, o que lhe permite uma eficácia muito vantajosa no âmbito da cooperação.

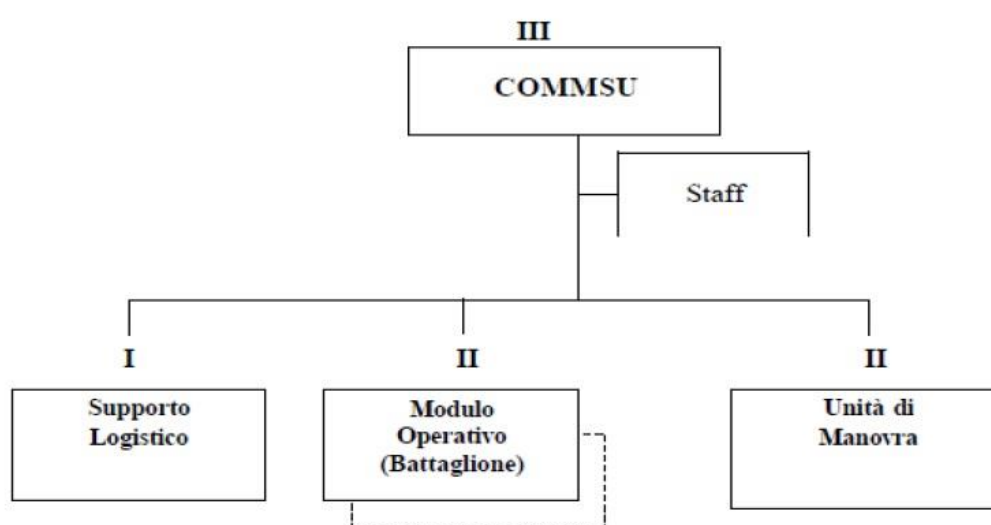


Figura 4: Organograma MSU tipo

Fonte: Carabinieri, 2003, citado por Graça, 2012: 113

3.3- O Caso Português – GNR

No quadro das missões internacionais, Portugal participa em missões que contribuam para a paz e para a segurança internacional, através de organizações a que esteja vinculado.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2003, faz referência à necessidade de garantir capacidades para fazer face a novos desafios no âmbito da segurança e defesa devido ao aumento de fatores de instabilidade e ameaça, no que diz respeito ao terrorismo transnacional. O Conceito Estratégico salienta o importante papel das Organizações Internacionais e a importância da segurança cooperativa, relativamente a ações humanitárias e de paz, assim como a preocupação em garantir capacidade operacional das Forças Armadas. Este enquadramento externo acaba por afetar direta e indiretamente, Portugal, no que diz respeito à sua revisão estratégica. É dada crescente importância à presença de Portugal no quadro de intervenções multinacionais, de âmbito militar e à disponibilização da “estrutura militar de defesa como um dos meios através dos quais o Estado pode revelar a vontade colectiva de soberania e facilitar a gestão, resolução ou negociação de conflitos.” (Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003 de 20 de Janeiro, 2003: 284).

O documento também refere que é vantajoso para Portugal, manter uma relação estreita com os seus parceiros a nível Europeu, bem como com os EUA. “Portugal tem toda a vantagem na preservação do vínculo transatlântico e no bom relacionamento entre a Europa e os Estados Unidos da América. Partilhamos uma visão de complementaridade e articulação entre as políticas de defesa e segurança que se desenvolvem na NATO e na UE e acreditamos no reforço do pilar europeu da NATO.” (Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003 de 20 de Janeiro, 2003: 285-286).

Contrariamente ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2003, o de 2013 já salienta a presença de forças e serviços de segurança em missões internacionais. Segundo este, o Estado deve “aprofundar a cooperação entre as Forças Armadas e as forças e serviços de segurança em missões no combate a agressões e às ameaças transnacionais, através de um Plano de Articulação Operacional que contemple não só as medidas de coordenação, mas também a vertente de interoperabilidade dos sistemas e equipamentos.” (Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013 de 21 de Março, 2013: 1990).

O Conceito Estratégico de 2013, também faz referência à importância da participação do país na resposta a crises internacionais, conflitos armados, apoio à paz e auxílio humanitário, no quadro da ONU, NATO e UE. Deste modo, Portugal valoriza a sua política externa, o que é essencial

para a prossecução dos objetivos da estratégia nacional nas relações internacionais. O documento salienta que o ambiente de segurança global, enfrenta várias ameaças e riscos, pelo que considera fundamental, o empenho de Portugal na cooperação com as diversas organizações no que respeita aos temas relacionados com a paz. “Portugal assume as transformações requeridas pela nova agenda de segurança para continuar a ser um parceiro responsável no quadro de segurança cooperativa para a defesa permanente dos nossos valores e interesses fundamentais.” (Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013 de 21 de Março, 2013: 1986).

Importa ainda, segundo este Conceito Estratégico, realçar o seguinte: “São os seguintes os princípios fundamentais em que assentam as políticas de segurança e de defesa nacional: o princípio da independência nacional, o princípio da igualdade entre os Estados, o princípio da proteção dos direitos humanos, o princípio do respeito pelo direito internacional, o princípio da resolução pacífica dos conflitos internacionais e o princípio da contribuição para a segurança, a estabilidade e a paz internacionais.” (Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013 de 21 de Março, 2013: 1987-1988). O documento também revela como fundamental a existência de meios militares como componente da segurança do Estado, estando aqui incluída a GNR, e refere como objetivo nacional permanente, “a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais” (Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013 de 21 de Março, 2013: 1988).

No âmbito de uma Força *Gendarmerie*, e de forma a caracterizar a GNR enquanto corpo militar presente nas missões de paz, torna-se necessário recorrer em primeira mão e numa primeira abordagem à Constituição da República Portuguesa de 1976. Tendo em conta a última revisão constitucional, podemos referir o nº 1 do artigo 7º, que nos diz: “Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.” O nº2 do mesmo artigo refere que “Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.” Importa ainda referir o artigo 8º, que refere que as normas do direito internacional fazem parte do direito português. O nº2 do artigo

273º, diz que, “a defesa nacional tem por objetivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas”. Por fim, o artigo 275º diz que compete às Forças Armadas, a defesa da pátria, e a satisfação dos compromissos internacionais do Estado Português.

Segundo a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, Lei nº 29/82, de 11 de Dezembro, o nº 1 do seu 2º artigo, diz-nos que: “O Estado português preconiza a solução dos problemas e conflitos internacionais pela via da arbitragem e da negociação, considerando seu dever contribuir para a preservação da paz e segurança internacionais, nos termos da Constituição”. O Artigo 3º salienta a participação portuguesa em compromissos internacionais, assim como o seu artigo 5º, que concretamente na alínea f), assume a manutenção ou restabelecimento da paz, no que respeita aos interesses nacionais.

Podemos elencar ainda, e no âmbito das missões, o Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, que define o estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidos em missões humanitárias e de paz fora do território nacional, no quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal. No seu preâmbulo, podemos destacar o seguinte: “Desta forma, uma vez que no âmbito dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, militares portugueses ou forças militares constituídas podem, em tempo de paz, ser chamados a desempenhar missões de carácter militar com objetivos humanitários ou destinadas ao estabelecimento, consolidação ou manutenção da paz, importa proceder à definição do estatuto dos militares que nelas participam”. O Decreto-Lei nº 17/2000 de 29 de Fevereiro vem aplicar este estatuto dos militares das forças armadas aos elementos dos serviços e das forças de segurança dependentes do Ministério da Administração Interna envolvidos em missões humanitárias e de paz fora do território nacional.

Seguimos agora, mais em concreto, para a caracterização da condição militar portuguesa, para posteriormente podermos enquadrar a mesma na vertente da GNR.

Segundo o Art. 2º da Lei nº 11/89, de 1 de Julho, Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (LBGECM), este refere a caracterização da condição militar em alguns pontos, tais como: “a) Pela subordinação ao interesse nacional; b) Pela permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida; c) Pela sujeição aos riscos inerentes ao cumprimento das missões militares, bem como à formação, instrução e treino que as mesmas exigem, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra; d) Pela subordinação à hierarquia militar, nos termos da lei; e) Pela aplicação de um regime disciplinar próprio; f) Pela

permanente disponibilidade para o serviço, ainda que com sacrifício dos interesses pessoais; g) Pela restrição, constitucionalmente prevista, do exercício de alguns direitos e liberdades; h) Pela adoção, em todas as situações, de uma conduta conforme com a ética militar, por forma a contribuir para o prestígio e valorização moral das forças armadas; i) Pela consagração de especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação.” Através desta lei, podemos realçar a subordinação a que os militares portugueses estão sujeitos. Uma das suas condições militares e que importa invocar é a que diz respeito ao sacrifício da própria vida.

A Lei de Segurança Interna, Lei nº 53/2008, de 29 de Agosto, no nº 1 do seu artigo 25º, diz-nos que, “as forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apatidários e concorrem para garantir a segurança interna.”

Na Lei Orgânica da GNR (LOGNR), Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, podemos evidenciar o Art.º 1.º, n. 1. Verificamos aqui que a GNR é uma “Força de Segurança, de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas”. O n.º 2 deste mesmo artigo indica que, “a instituição no âmbito dos Sistemas Nacionais de Segurança e Proteção, entre outras tarefas, colabora na execução da Política de Defesa Nacional, de acordo com o regime legal”. O Art. 3º, nº 1, alínea o) também da LOGNR, diz-nos que constituem atribuições da GNR, “participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais”. Este aspeto da participação da GNR em operações de paz, não está implícito na Lei Orgânica aplicável à altura da missão no Iraque em 2003 (Decreto-Lei nº 231/93, de 26 de Junho com as devidas alterações do Decreto-Lei nº 15/2002 de 29 de Janeiro).

Neste contexto, importa ainda reter o Capítulo VII, do Regulamento Geral de Serviço da GNR, Despacho n.º 10393/2010, concretamente o Art. 146º que nos diz que: “Na execução da política de defesa nacional a Guarda, em cooperação com as Forças Armadas, cumpre as missões militares que lhe forem cometidas”. Ainda o nº 1 do seu Art. 150º, refere que “a Guarda cumpre as missões militares que lhe forem cometidas, em função da sua natureza, instrução e capacidades, nomeadamente: a) Missões de vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis; b) Missões no âmbito da segurança de áreas da retaguarda; c) Missões de contra-guerrilha, como força de

quadrícula; d) Missões de ocupação e defesa de infra-estruturas críticas e pontos sensíveis; e) Missões de combate de ruas; f) Missões de operações especiais; g) Missões de polícia militar; h) Missões de inativação e supressão de engenhos explosivos.” O nº 2 revela que, “atuando, independente ou integrada, em operações militares de âmbito mais vasto, a Guarda está apta a cumprir as missões seguintes: a) Guarda, ocupação e segurança de infra-estruturas críticas; b) Patrulhas de reconhecimento, ligação e contra-infiltração; c) Controlo de danos; d) Controlo da população, de refugiados e de transviados; e) Fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto; f) Pesquisa, recolha e tratamento de informações.”

A grande evidência da GNR está situada nesta sua característica militar, podendo ser empenhada em missões com elevado grau de perigosidade, depois de um conflito armado, conseguindo ter meios suficientes para repor a ordem em cenários onde existe criminalidade organizada e focos de violência planeadas.

Como fundamento, aplicamos o Estatuto Militar da GNR (EMGNR), Decreto-Lei 30/2017, de 22 de Março, em que o seu Art. 10º, nº1 refere que, “ao militar da Guarda são aplicáveis a Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, a Lei de Defesa Nacional (LDN), a Lei de Segurança Interna, o Código de Justiça Militar (CJM), o Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana (RDGNR), o Regulamento de Disciplina Militar, o Regulamento de Continências e Honras Militares, o Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas (RMMMMCFA), o Regulamento das Medalhas de Segurança Pública e o Código Deontológico do Serviço Policial, com os ajustamentos adequados às características estruturais deste corpo especial de tropas e constantes dos respetivos diplomas legais ou em outros regulamentos.” Este estatuto torna os militares da GNR permanentemente disponíveis, disciplinados e treinados, características estas que têm sido vantajosas a nível internacional. Comparativamente com o Estatuto Militar da GNR vigente à altura da missão no Iraque (Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho com as devidas alterações do Decreto-Lei nº 15/2002 de 29 de Janeiro) o nº 1 do Artigo 5 apenas refere que, “ao militar da Guarda são aplicáveis o Código de Justiça Militar (CJM), o Regulamento de Disciplina Militar (RDM), o Regulamento de Continências e Honras Militares (RCHM) e o Regulamento da Medalha Militar (RMM), com os ajustamentos adequados às características estruturais deste corpo militar e constantes dos respectivos diplomas legais.”

“Por outro lado, a Guarda está indissociavelmente ligada ao estabelecimento e manutenção de um poder central soberano, afirmando, através da sua dispersão territorial, que constitui malha

sistemática de ocupação do terreno, a presença soberana do poder central por todo o país (...). (Carreira, 2005: 17).

A GNR atua sob dependência de vários órgãos. Depende do Ministério da Administração Interna, em relação a toda a envolvente geral da instituição e do seu funcionamento interno, depende do Ministério da Defesa Nacional, no que diz respeito à doutrina militar, ou por último, depende do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas através do Comandante-Geral da GNR, relativamente a tempos de guerra ou a uma situação de crise. “Deste modo considerando que o enquadramento da GNR na organização do Estado se faz através de tripla dependência: em tempo de paz, do Ministro da Administração Interna, relativamente ao recrutamento, administração, disciplina e execução dos serviços decorrentes da sua missão geral; do Ministro da Defesa Nacional, no que respeita à uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento e em tempo de guerra ou situação de crise, as Forças da Guarda podem ser colocadas, nos termos da lei, na dependência operacional do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas através do seu Comandante-Geral.” (Carreira, 2005: 18).

Em termos de estrutura geral, e de acordo com o Artigo 20º da LOGNR (2007), a GNR compreende a estrutura de comando, as unidades e o estabelecimento de ensino.



Figura 5: Organograma da estrutura geral da GNR

Fonte: GNR, 2019: 35

A estrutura de comando compreende o Comando da Guarda¹⁵ e os órgãos superiores de comando e direção¹⁶. As unidades compreendem o Comando-Geral, as unidades/comandos territoriais, as unidades especializadas¹⁷, a unidade de representação¹⁸ e a unidade de intervenção e reserva¹⁹. Relativamente ao estabelecimento de ensino, este está inserido na Escola da Guarda.

Os militares agrupam-se nas categorias de oficiais, sargentos e guardas, antigamente denominados de Soldados, pertencendo as funções de comando aos oficiais e sargentos, e de natureza executiva, maioritariamente aos guardas, apesar de também poderem executar excecionalmente, funções de comando ou chefia. Estas três categorias são distribuídas por armas e serviços, tendo todos, sem exceção, formação militar adequada ao desempenho das suas funções, daí a sua grande interoperabilidade com as Forças Armadas, pois existem áreas de estudo semelhantes, concretamente no que diz respeito ao plano doutrinário e científico das ciências militares. Através de instrução teórica e prática, ambas as forças possuem formação ao nível de técnica individual de combate, armamento e tiro, ordem unida, topografia e toda uma panóplia de legislação e técnicas militares que são essenciais num teatro de operações.

Em termos de comando, o “comandante-geral é um tenente-general nomeado por despacho conjunto do Primeiro-Ministro, do ministro da tutela e do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior se a nomeação recair em oficial general das Forças Armadas.” (Lei nº 63/2007 de 6 de Novembro, 2007: 8046).

Desde 1995, que a GNR tem participado ativamente em operações de apoio à paz, até aos dias de hoje no formato de monitores de polícia civil²⁰ e no formato de força constituída²¹, as chamadas *Stability Police Unit*.

Irão agora ser apresentadas duas tabelas relativas à presença da GNR em missões internacionais nestes dois formatos.

¹⁵ O comando da Guarda compreende o comandante-geral, o 2.º comandante-geral, o órgão de inspeção, os órgãos de conselho e a Secretaria-Geral.

¹⁶ São órgãos superiores de comando e direção, o Comando Operacional (CO), o Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI) e o Comando da Doutrina e Formação (CDF).

¹⁷ Unidade de Controlo Costeiro (UCC), Unidade de Ação Fiscal (UAF) e Unidade Nacional de Trânsito (UNT).

¹⁸ Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE).

¹⁹ Unidade de Intervenção (UI).

²⁰ Elaboração de descrições gerais do ambiente vivido em vários territórios envolvidos em missões de paz.

²¹ Força mais musculada, com uma capacidade de adaptação a vários cenários, ou seja como *Stability Police Unit (SPU)*.

| Organização | País | Operação | Data | Efetivos militares |
|-------------|--------------------------------|------------------|------------------|--------------------|
| UEO | Roménia | Danúbio | 1995 | 1 |
| ONU | Angola | UNAVEM | 1995-1996 | 31 |
| | | MONUA | 1997-1999 | 93 |
| | Timor | UNTAET | 13 – 29 JAN 2000 | 2 |
| | | UNMISSET | 2002-2003 | 11 |
| | | UNOTIL | 2003-2006 | 1 |
| | Libéria | UNMIL | 2004-2005 | 2 |
| | Haiti | MINUSTAH | 2004-2005 | 4 |
| | Costa do Marfim | UNOCI | 2004-2005 | 2 |
| | República Democrática do Congo | MONUC | 2003 | 2 |
| OSCE | Macedónia | SKOPJE | 2002-2003 | 2 |
| EUPOL | República Democrática do Congo | KINSHASA | 2005-2006 | 2 |
| | Macedónia | PRÓXIMA | 2005 | 1 |
| | Faixa de Gaza | (EUBAM) RAFAH | 2005-2007 | 3 |
| | | | | 157 |

Tabela 2: GNR em missões no formato de monitores de polícia civil

Fonte: Cruz, 2009, citado por Brito, 2009: 9

| Organização | País | Operação | Data | Efetivos militares |
|------------------|-------------|--------------------------------|---------------------|--------------------|
| ONU | Timor-Leste | UNTAET | 2000 - 2002 | 300 |
| Coligação Ad-hoc | Iraque | <i>Operation Iraqi Freedom</i> | 2003-2005 | 404 |
| Acordo Bilateral | Timor-Leste | LAFSAEK | JUN 2006 - AGO 2006 | 768 |
| ONU | | UNMIT | 2006 - 2009 | |
| União Europeia | Bósnia | Missão Althea | 2007 – 2010 | 273 |
| NATO | Afganistão | NTM-A | 2010 - 2014 | 60 |
| | | | | 1805 |

Tabela 3: GNR em missões no formato de força constituída

Fonte: Cruz, 2009, citado por Brito, 2009: 11 & DPERI GNR, 2020

As missões de polícia na área da manutenção e restabelecimento da ordem pública, o policiamento, o patrulhamento intensivo e segurança de itinerários, as buscas, o controlo das milícias, pessoas, veículos, habitações, a deteção de armas e explosivos, a segurança pessoal, o apoio humanitário e as atividades culturais perpetuadas pela GNR, fizeram uma grande diferença nas operações com forças constituídas. Todo o processo de restauração ou imposição da paz nestas missões, de realçar a missão que abordamos neste projeto onde, devido ao facto de ser baseada no sistema de segurança coletiva e enquadrada numa força multinacional da NATO, algo que aconteceu pela primeira vez em 2003, envolveu uma grande capacidade muscular e a sua estrutura militar permitiu que esta missão fosse concluída com sucesso.

“No seio das Forças e Serviços de Segurança (FSS) a GNR é a Instituição de eleição para ser empenhada em qualquer TO, mesmo nos países de classe “C”, assegurando a interoperabilidade com as FFAA” (Silvério, 2012: vi). Entende-se por países de classe “C”, “países ou territórios em situação de guerra, conflito armado interno ou insegurança generalizada e ainda aqueles em que se verifiquem graves condições de salubridade.” (Portaria nº 87/99 de 28 de Janeiro, 1999: 1112).

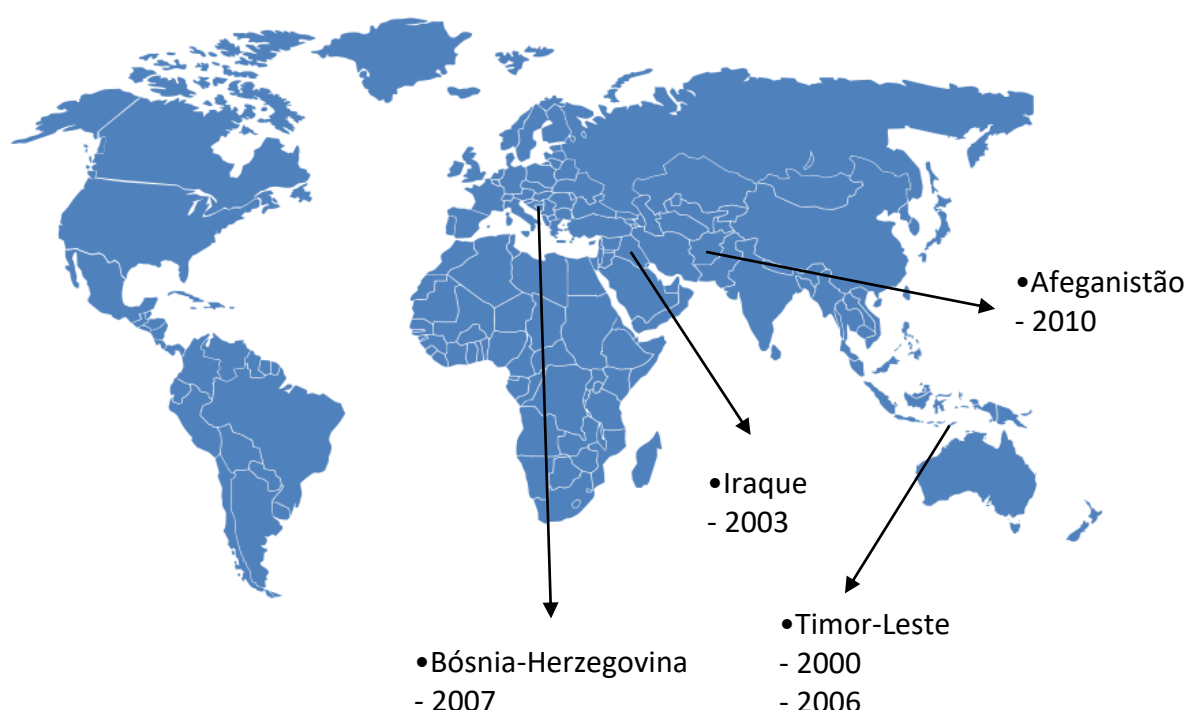


Figura 6: GNR presente como força constituída

Fonte: Adaptado de <https://www.123freevectors.com/free-vector-world-map/>

Parte II – A participação da GNR na *Operation Iraqi Freedom* (2003-2005)

Capítulo IV – O conflito no Iraque e a missão *Operation Iraqi Freedom*

Depois de enquadrada a GNR nas operações de paz, enquanto Força *Gendarmerie*, iremos agora analisar particularmente a missão no Iraque, denominada como *Operation Iraqi Freedom*, que teve início em Novembro de 2003, com o objetivo de estabilizar as condições de segurança no Iraque, para a construção de um Estado Democrático.

O início das tensões no Iraque, surgiram com várias condenações a Saddam Hussein, Presidente Iraquiano (de 1979 a 2003), por parte dos EUA devido ao desenvolvimento de armas proibidas e de uma incrementação do terrorismo transnacional, ligando o mesmo ao ataque às Torres Gémeas²² em 2001, sendo que foi a partir desta altura que a ONU começou a adotar diversas medidas legislativas relativamente ao terrorismo. Os EUA sempre condenaram tais atos e defendiam uma intervenção militar no território Iraquiano. Estes defendiam que Saddam partilhava armas de destruição maciça com grupos terroristas de Al-Qaeda, classificando o seu regime como uma ameaça grave e crescente à segurança do globo. George W. Bush, presidente dos EUA (de 2001 a 2009), realçava ainda que Saddam construía e escondia armas que poderiam permitir o domínio do Médio Oriente e a intimidação do mundo civilizado, declarando oficialmente uma guerra ao terrorismo. O mesmo defendia a intervenção pela força no território Iraquiano para a criação de um Estado estável e democrático.

Apenas se pode fazer uso da força em caso de legítima defesa ou quando haja autorização por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. De realçar que a legítima defesa só pode ser invocada quando existe um ataque concreto a um membro da ONU.

A justificação por parte dos EUA para a invasão seria a da legítima defesa preventiva, devido ao facto de o Iraque poder usar armas de destruição maciça que tivesse à disposição. Os Americanos argumentaram também várias resoluções do CS relativamente a divergências no Iraque: “A Resolução 660 foi adotada em 1990 e solicitava que o Iraque retirasse suas tropas de ocupação do Kuwait. Por sua vez, a resolução 678, do mesmo ano, autorizou a todos os Estados membros a cooperarem com o governo do Kuwait, utilizando todos os meios necessários para implementar a Resolução 660 e as resoluções subsequentes, a fim de restaurar a paz e a segurança na região. A resolução 687, de 1991, dizia que o Iraque deveria destruir sua armas nucleares,

²² Série de ataques suicidas contra os Estados Unidos da América, coordenados pela organização fundamentalista islâmica al-Qaeda a 11 de setembro de 2001.

químicas e biológicas e limitar em 150 km o alcance de seus mísseis balísticos. A fim de se verificar de forma efetiva o cumprimento da resolução, decidiu-se instalar um regime de inspeção, por meio da UNSCOM (Comissão Especial das Nações Unidas), porém tais inspetores foram acusados pelo governo iraquiano de serem espiões americanos, alegação esta que fundamentou a decisão do Iraque de não permitir as inspeções.” (Júnior, 2012: 157).

Através da Resolução 1441/2002, de 8 de Novembro, o Conselho de Segurança da ONU advertiu Saddam para consequências graves caso não aceitasse as condições para as inspeções de desarmamento. Segundo esta Resolução, “ (...) *to afford Iraq, by this resolution, a final opportunity to comply with its disarmament obligations under relevant resolutions of the Council; and accordingly decides to set up an enhanced inspection regime with the aim of bringing to full and verified completion the disarmament process established by resolution 687 (1991) and subsequent resolutions of the Council.*” (ONU, 2002: 3).

“O ano de 2002 terminava, então, desta forma: por um lado, o Conselho de Segurança e a UE coincidiam numa posição de firmeza perante o comportamento do Iraque; por outro, Bagdade mantinha a falta de transparência exigida pelo exterior, não dando sinais de acompanhar com vigor a pressão internacional.” (Lima, 2013: 50).

Inspetores da ONU enviados para o Iraque, nunca conseguiram encontrar armas proibidas. “O relatório da inspeção citava que apesar de não haver indícios, as autoridades iraquianas não colaboraram muito na busca, e pedia mais tempo. Bush, impaciente, pressionava a ONU para iniciar uma Guerra.” (Val, 2007: 44).

EUA e Reino Unido acabam por enviar uma proposta ao CS, que não foi aprovada. Esta defendia que o conjunto das resoluções relativas ao Iraque (660, 678, 687, 1441), conferiam autorização legal para a invasão e uso da força. “(...) a resolução 1441 não se tratava de uma autorização automática para a invasão do Iraque, caso este não permitisse a entrada de inspetores, uma vez que tal resolução não especificava as consequências legais da violação material nem autorizava expressamente qualquer emprego de força no país. A resolução visava apenas conceder uma última oportunidade para que o Iraque respeitasse as antigas resoluções.” (Júnior, 2012: 159-160).

No dia 30 de Janeiro de 2003, “oito países europeus assinam uma carta manifestando o seu apoio aos EUA na questão iraquiana.” (GNR, 2010: 10). Sem consenso da opinião pública e sem o apoio da ONU, Bush faz uma comunicação onde dá 48 horas para Saddam e os seus filhos, abandonarem o país. (GNR, 2010).

A *Operation Iraqi Freedom*, começou então a 20 de Março de 2003, através de uma invasão militar multinacional liderada pelos Estados Unidos da América. Kofi Annan acabou por afirmar mais tarde, que a invasão foi ilegal. (The Guardian, 2004).

Depois da invasão, o Conselho de Segurança, segundo a Resolução 1483/03, de 22 de Maio, e *“reaffirming also the importance of the disarmament of Iraqi weapons of mass destruction and of eventual confirmation of the disarmament of Iraq”* (ONU, 2003a: 1), autoriza os Estados-Membros a proceder para reafirmar a soberania e a integridade territorial do Iraque, de modo a construir uma sociedade com instituições próprias e estáveis, assim como a prestar ajuda humanitária às populações. Segundo o nº1 desta resolução: *“Appeals to Member States and concerned organizations to assist the people of Iraq in their efforts to reform their institutions and rebuild their country and to contribute to conditions of stability and security in Iraq in accordance with this resolution”*. O nº2 diz-nos o seguinte: *“Calls upon all Member States in a position to do so to respond immediately to the humanitarian appeals of the United Nations and other international organizations for Iraq and to help meet the humanitarian and other needs of the Iraqi people by providing food, medical supplies, and resources necessary for reconstruction and rehabilitation of Iraq’s economic infrastructure”*. (ONU, 2003a: 2). Um aspeto importante a ter em conta é que esta resolução determina a existência de potências ocupantes no Iraque, neste caso os EUA e o Reino Unido, sendo que outros Estados que não sejam potências ocupantes trabalham sob a égide destes dois. *“(…) recognizing the specific authorities, responsibilities, and obligations under applicable international law of these states as occupying powers under unified command (the “Authority”).”* (ONU, 2003a: 2).

A ONU refere às potências ocupantes, *“consistent with the Charter of the United Nations and other relevant international law, to promote the welfare of the Iraqi people through the effective administration of the territory, including in particular working towards the restoration of conditions of security and stability and the creation of conditions in which the Iraqi people can freely determine their own political future.”* (ONU, 2003a: 2).

De salientar ainda que o projeto desta resolução, foi discutido apenas entre EUA e os outros quatro membros permanentes do Conselho de Segurança (Rússia, França, Reino Unido e China), submetendo-o de seguida a votação, segundo Wolfgang Trautwein, embaixador alemão na ONU em 2003. A resolução acabou por ser aprovada com 14 votos a favor e nenhum contra.

Tendo em conta estes aspetos, a ONU acabou por não ratificar as ações dos EUA. Contudo, teve de fazer o possível para que depois da invasão, a soberania do Iraque e o bem do seu povo fossem restabelecidos.

Posteriormente, a Resolução 1511/03, de 16 de Outubro, autoriza que uma força multinacional sob comando unificado tomasse as medidas necessárias para contribuir para a segurança e a estabilidade no território iraquiano. Através do nº 13 desta resolução, a ONU: *“Determines that the provision of security and stability is essential to the successful completion of the political process as outlined in paragraph 7 above and to the ability of the United Nations to contribute effectively to that process and the implementation of resolution 1483 (2003), and authorizes a multinational force under unified command to take all necessary measures to contribute to the maintenance of security and stability in Iraq, including for the purpose of ensuring necessary conditions for the implementation of the timetable and programme as well as to contribute to the security of the United Nations Assistance Mission for Iraq, the Governing Council of Iraq and other institutions of the Iraqi interim administration, and key humanitarian and economic infrastructure”*. (ONU, 2003b: 3). Através destas resoluções, importa realçar que esta força multinacional está autorizada a utilizar as medidas necessárias para estabilizar e promover a segurança do território Iraquiano, mas também para apoiar a construção das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do país e da sua economia, bem como o apoio à ajuda humanitária.

Estas resoluções vieram dar origem à Portaria 1164/2003 (2ª série): “No âmbito dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado, o Governo Português decidiu prestar apoio às forças da coligação em manutenção da paz e ordem no Iraque, no sentido de colaborar nas medidas de restabelecimento e manutenção da ordem pública, de desenvolvimento da administração civil e de promoção da estabilidade naquela região”. Segundo esta Portaria, o Ministério da Administração Interna ordena ao Governo: “1º Autorizar o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana a aprontar, sustentar e empregar o efectivo que constituirá a força da Guarda Nacional Republicana para o Iraque, e que, no âmbito da Divisão Multinacional Sudeste (MND-SE), participará nas operações de manutenção da paz e segurança no território do Iraque. 2º A força da Guarda Nacional Republicana, denominada Subagrupamento ALFA, será constituída por um total máximo de 140 efectivos.” (Portaria 1164/2003 de 10 de Setembro, 2003: 13875). Importa

também realçar no âmbito desta portaria, que o Iraque, é um país de Classe C.²³

“O destacamento de um contingente da GNR para o território do Iraque não foi uma decisão fácil não só pelas suas implicações na política interna, mas também porque eram conhecidas e temidas as ameaças, os riscos e as contingências inerentes ao teatro de operações.” (GNR, 2010: II).

Apesar da grande visibilidade que esta decisão política obteve na altura, concretamente com a Portaria 1164/2003 (2ª série), devido ao facto de poderem ter sido as Forças Armadas Portuguesas a serem empenhadas no Iraque e pelo facto de o CEDN de 2003 não legitimar a presença de forças de segurança em missões internacionais, a realidade é que no teatro de operações Iraquiano, era necessário executar determinadas tarefas de polícia fundamentais e isso só seria possível com a GNR, devido à sua dupla valência. A presença de uma força deste tipo justifica-se na resposta a conflitos com certo grau de profundidade onde é necessário fazer face a organizações criminosas que atuam com elevado grau de violência, irrupção de focos de agitação, entre outras tarefas, como o apoio ao *peacebuilding* e até a formação de polícias, que é essencial dentro de uma estratégia de paz duradoura. “O sentido de serviço, a devoção à causa pública, a rapidez de mobilização, a firme determinação no cumprimento das missões e, sobretudo, a disponibilidade total e um inigualável espírito de sacrifício, qualidades geralmente reconhecidas às estruturas militares, fazem da Guarda, pelo menos no plano teórico, a reserva ideal com que o Estado pode contar, aquando da verificação de situações de ruptura social ou de emergência, em momentos de crise.” (Carreira, 2005: 18). De realçar também o *Comprehensive Approach*²⁴, conceito este que torna fundamental o empenho destas forças nos Teatro de Operações.

À altura da missão, e apesar da falta de enquadramento legal que legitimasse a presença da GNR no Iraque, a questão acabou por ficar resolvida através de promulgação de legislação adequada, tendo em conta a Portaria 1164/2003, de 10 de Setembro.

No dia 12 de Novembro de 2003, “partida do 1º contingente do Subagrupamento Alfa” da GNR (GNR, 2010: 10).

De referir que o Conselho de Segurança da ONU aprovou ainda a Resolução 1546/04, onde aprova a presença continuada de uma Força Multinacional no Iraque: “*Recognizing the request of the government of Iraq for the continued presence of the Multi-National Force (MNF) in Iraq, and*

²³ Entende-se por países de classe “C”, “países ou territórios em situação de guerra, conflito armado interno ou insegurança generalizada e ainda aqueles em que se verifiquem graves condições de salubridade” (Portaria nº 87/99 de 28 de Janeiro, 1999: 1112).

²⁴ Conceito abordado na página 55.

following consultations with Prime Minister Ayad Allawi of the Iraqi Interim Government, I am writing to confirm that the MNF under unified command is prepared to continue to contribute to the maintenance of security in Iraq, including by preventing and deterring terrorism and protecting the territory of Iraq. The goal of the MNF will be to help the Iraqi people to complete the political transition and will permit the United Nations and the international community to work to facilitate Iraq's reconstruction." (ONU, 2004: 10), ou seja, a pedido do governo do Iraque, a ONU decidiu, em Junho de 2004, a continuação da presença de forças multinacionais para a reconstrução do território. Nesta altura, o Iraque preparava-se para iniciar uma nova fase de transição para um governo eleito democraticamente²⁵. Sem esquecer a vertente de segurança que era necessário manter no Teatro de Operações, podemos realçar que no terreno, e segundo Daniel Speckhard²⁶, a NATO procedeu à formação das polícias iraquianas. "Esta decisão seguiu-se à adopção duma Resolução do Conselho de Segurança da ONU pedindo aos Estados membros bem como às organizações internacionais e regionais que contribuíssem com ajuda, e a um pedido formal do governo transitório do Iraque. (...) o Conselho do Atlântico Norte decidiu criar uma Missão de Treino da OTAN no Iraque." (NATO, 2004.) Aqui, a NATO assume o papel importante de reconstrução de um Estado no pós-conflito, com o objetivo de construir uma paz duradoura e sustentável, em cooperação com a ONU. Aliado ao seu conceito estratégico, a NATO tem vindo assim a assumir uma posição que envolve não só as suas vertentes militares mas também o aumento de capacidades para fazer face a aspetos civis e humanitários, nas fases de estabilização.

²⁵ *"holding of direct democratic elections by 31 December 2004 if possible, and in no case later than 31 January 2005, to a Transitional National Assembly, which will, inter alia, have responsibility for forming a Transitional Government of Iraq and drafting a permanent constitution for Iraq leading to a constitutionally elected government by 31 December 2005."* (ONU, 2004: 3)

²⁶ *Deputy Assistant Secretary General at NATO and Deputy Chief of Mission in Iraq.*

Capítulo V - Atuação da GNR no Teatro de Operações

A missão no Iraque, foi sem dúvida uma oportunidade soberana para afirmar a natureza militar da Guarda Nacional Republicana, que por si só já constitui uma vantagem a nível operacional, pois consegue cooperar mais facilmente com as forças armadas e ao mesmo tempo, exercer as respetivas funções de polícia. O facto de ser uma missão enquadrada no âmbito da doutrina NATO, evidenciou ainda mais a característica militar dentro do Teatro de Operações. “Se não fosse a nossa característica militar dificilmente integrávamos o Iraque.”²⁷

Todo o processo para o aprontamento da força, de realçar aspetos como a seleção, preparação de recursos humanos e materiais, tornaram esta missão um pouco diferente daquilo que a GNR tem abordado no terreno em missões passadas, “visto existir um ambiente de violência generalizada e elevada perigosidade, com a ocorrência de conflitos armados internos e a realização de atentados terroristas, estando ameaçada diariamente a segurança da população e das próprias forças internacionais.”²⁸ Foi inclusive, antes do empenhamento dos contingentes, efetuada uma missão de reconhecimento ao Iraque. Nesta missão, os contingentes encontraram cenários de guerra e um ambiente hostil muito perigoso. As circunstâncias da missão levaram a que fosse utilizada um nível de força superior à generalidade das missões que a GNR aprontou.

“No dia do embarque do Subagrupamento Alfa, a Força Italiana, na qual o Subagrupamento seria integrado foi alvo de um grande ataque que provocou 28 mortos, 19 italianos e 9 iraquianos e ainda 140 feridos, tendo a força portuguesa partido em condições psicológicas muito adversas.” (GNR, 2010: 50). O nível de ameaça também subia em algumas situações, ao longo da missão, revelando uma grande instabilidade dentro do TO²⁹.

“A província de Dhi Qar com uma área que ronda os 26700 Km², tem uma população de cerca de 1,8 milhões de habitantes, localiza-se no interior sul do Iraque (...)” (GNR, 2010: 101). Esta província correspondia à área de responsabilidade da GNR. Tem como capital, a cidade de Nassíria, sendo a mesma a que tem mais população, atividade religiosa, política e comercial.

A província chega a atingir temperaturas de 50°C, com possíveis ocorrências de

²⁷ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Oliveira, Comandante do 4º Contingente.

²⁸ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Tenente-Coronel Carvalho, Oficial de Ligação, de Operações e Informações do Subagrupamento Alfa, durante o 1º Contingente.

²⁹ Teatro de Operações.

tempestades de areia. “À semelhança do resto do país, tem uma elevada taxa de desemprego, e a ausência de perspetivas quanto ao futuro, deixam muitos jovens na ociosidade, proporcionando um campo fértil de recrutamento de elementos destabilizadores que ciclicamente se insurgiam contra as forças da coligação ou da própria polícia iraquiana.” (GNR, 2010: 101). A missão primária dos contingentes das forças *Gendarmerie*, à chegada ao Iraque, era fazer face a esta insurgência diária e a uma posterior reconstrução do território, o que sucedeu já depois dos ataques de grande envergadura por parte dos EUA, que tiveram início em Março de 2003, com o objetivo de derrubar o regime de Saddam Hussein, através de combate convencional³⁰ e ocupação do Iraque. “Os EUA obtiveram uma esmagadora vitória sobre o Iraque; a operação militar durou 21 dias, iniciou em 20 de março e terminou em 9 de abril de 2003.” (Bonfim, 2014: 95). Esta ofensiva internacional, acabou por preparar o terreno para que as forças multinacionais, neste caso *Gendarmeries*, conseguissem efetuar as tarefas para a estabilização do território, apesar da perigosidade em que se encontrava o TO. Concretamente, o primeiro contingente da GNR, entrou em território iraquiano em Novembro de 2003, já depois dos Italianos, que chegaram em Julho de 2003, na mesma altura que os romenos, constituindo assim o regimento MSU.

Inicialmente, o primeiro contingente português ficou colocado em Shaiba, numa base logística inglesa. Só depois de os Italianos criarem as condições mínimas de segurança na base de Libecchio, em Nassíria, onde ocorreu o ataque³¹, é que o contingente se deslocou para lá, onde teve um período de adaptação ao Teatro de Operações. Apesar de ter sido feito um esforço acrescido relativamente à segurança dos militares nesta base, o comando italiano decidiu que a mesma não tinha as condições mínimas de segurança e posteriormente, o contingente seguiu para o quartel de Camp Mittica, antiga base da Força Aérea Iraquiana.

³⁰ Forma de guerra que usa armas convencionais e táticas de campo de batalha.

³¹ Ataque mencionado anteriormente na altura da partida do Subagrupamento Alfa para o Iraque. Um camião-bomba contra a base militar italiana fez 28 mortos e 140 feridos.

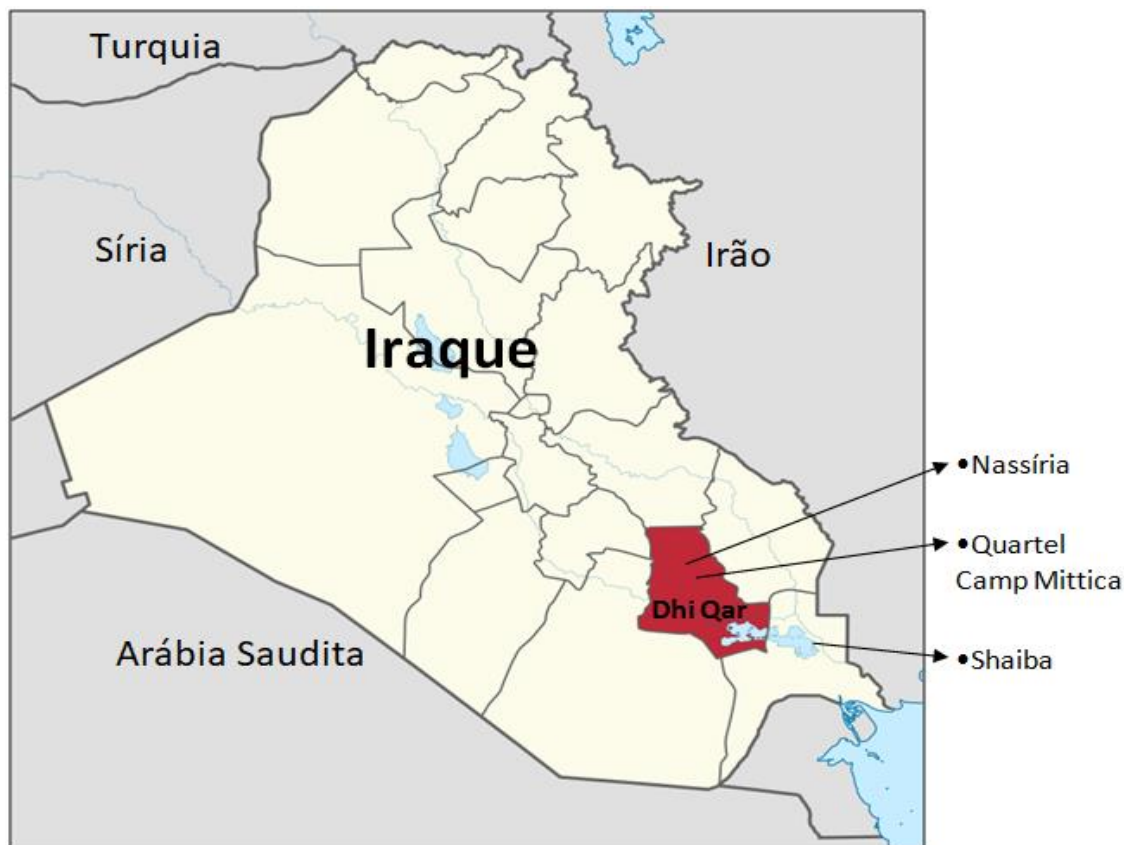


Figura 7: Província de Dhi Qar no Iraque

Fonte: Adaptado de

https://en.wikipedia.org/wiki/Dhi_Qar_Governorate#/media/File:Dhi_Qar_in_Iraq.

[SVG](#)

5.1- Estratégia de promoção para a paz

Esta missão foi inserida numa coligação *ad-hoc*, fora da NATO, mas baseada na sua doutrina. (Graça, 2012). Ou seja, foi formada uma coligação para a missão em concreto, seguindo a doutrina da NATO pois a missão assim o exigia, mas autorizada e supervisionada pela ONU.

Em relação ao comando, a GNR dependia no topo pelo Secretário de Defesa dos EUA³², pelo Comandante do *Central Command*³³ (CENTCOM) e pelo Comandante do *Combined Joint Task Force*³⁴, que por sua vez supervisionava as divisões multinacionais.

³² Chefe e diretor executivo do Departamento de Defesa dos EUA.

³³ Comando responsável pelas operações e relações militares dos EUA.

³⁴ "(...) a deployable multinational, multiservice task force generated and tailored primarily, but not exclusively, for military operations not involving the defence of the Alliance territory, such as humanitarian relief and peacekeeping."

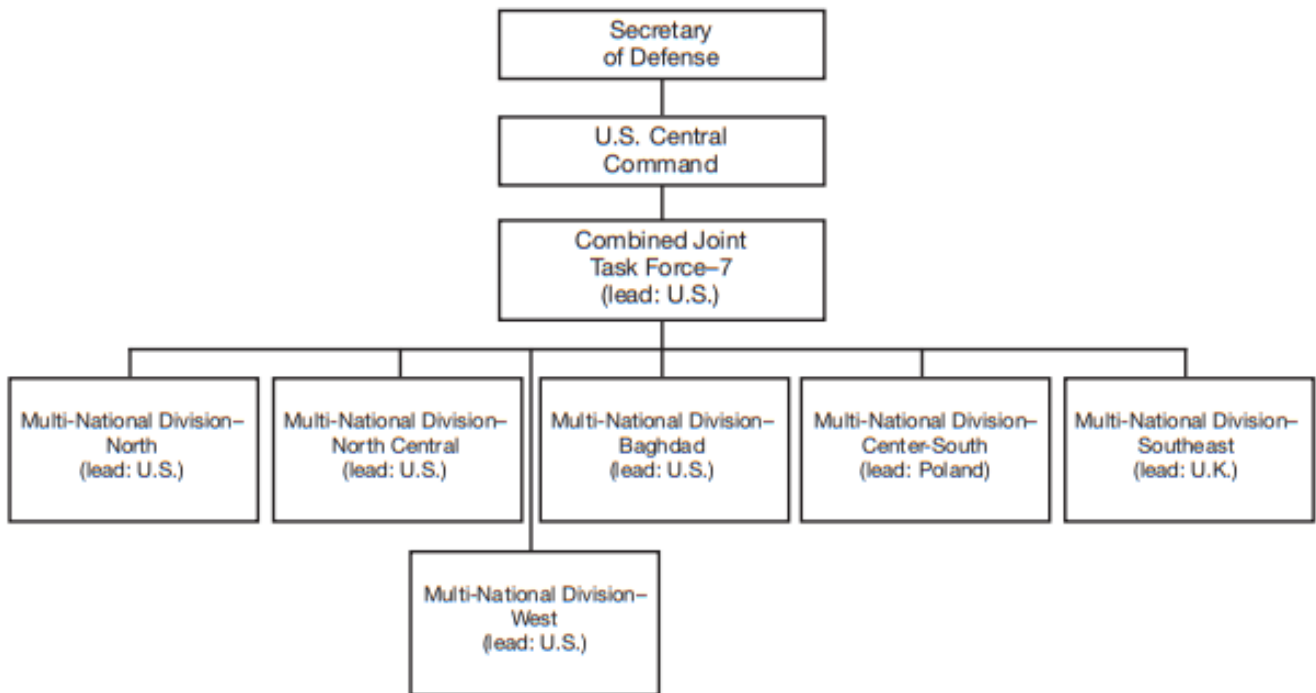


Figura 8: Organograma de Comando da *Operation Iraqi Freedom*, em Junho de 2003

Fonte: Carney, 2011: 15

“O controlo Operacional era exercido pela *Multinational Division South-East* — MND (SE)³⁵ (...)” (Graça, 2012: 76). Esta divisão britânica, supervisionava a Brigada Italiana, que por sua vez era constituída por várias “*task forces*”.³⁶ Uma delas era então o regimento MSU, de comando Italiano.

No organograma abaixo, demonstra-se a MSU em que a GNR foi integrada. No topo, o Comando Italiano da MSU, está subdividido em dois ramos. O primeiro corresponde ao EM (Estado Maior)³⁷, e o segundo corresponde: à CCS (Companhia de Comando e Serviços)³⁸, à Unidade de Manobra³⁹ e ao Batalhão de MOP (Manutenção de Ordem Pública), onde estava integrado o Subagrupamento Alfa Português.

(NATO, 1999a: 1).

³⁵ Divisão militar britânica, responsável pela segurança do sudoeste do Iraque de 2003 a 2009.

³⁶ Unidades estabelecidas para trabalharem numa única tarefa ou atividade definida.

³⁷ Órgão responsável pela informação, estudo, conceção e planeamento para apoio à decisão do Comandante.

³⁸ Companhia para apoio logístico (Graça, 2012).

³⁹ Integra “(...) uma Secção de Operações Especiais (SOE), uma Equipa de Inativação de Engenheiros Explosivos Improvisados (EIEEI) e uma equipa de instrutores.” (Graça, 2012: 76).

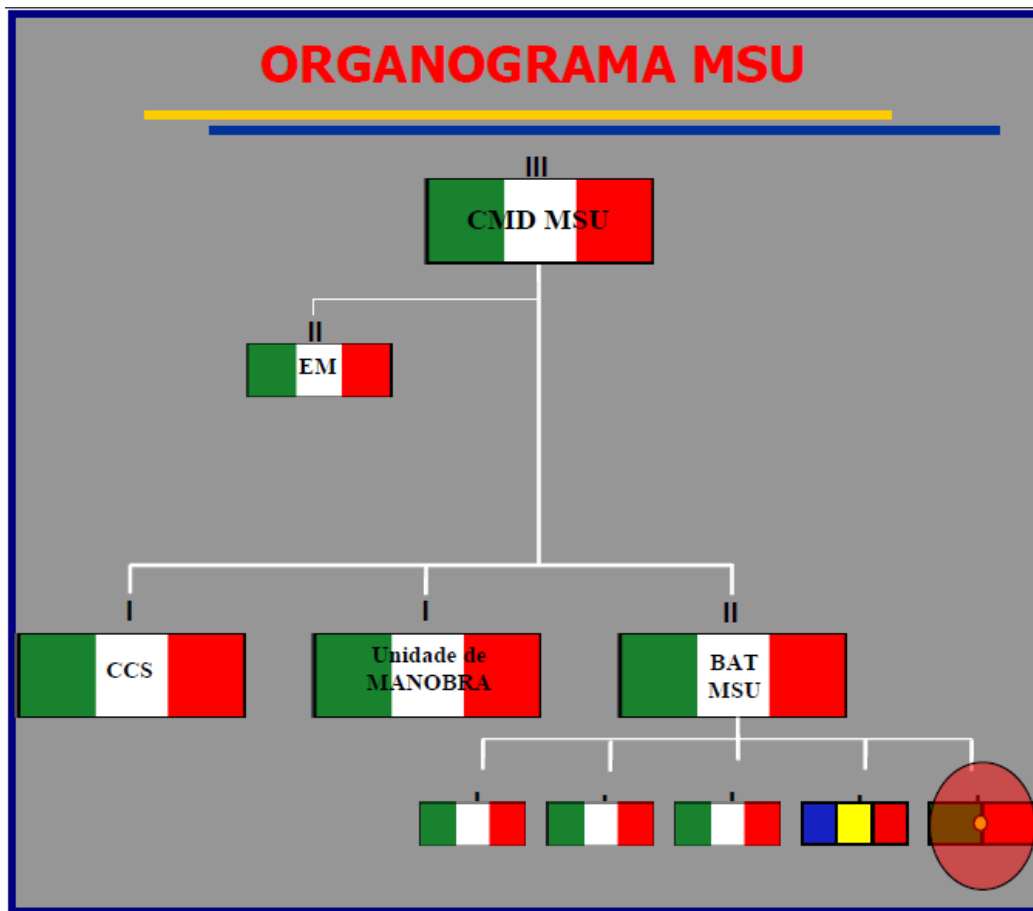


Figura 9: Organograma MSU no Iraque

Fonte: Graça, 2012: 114

Importa realçar que em qualquer “*task force*”, “integrada no seu estado-maior, paralelamente com as outras secções, existe uma célula que é responsável pelos assuntos civis-militares e pela ajuda humanitária. No regimento MSU, a chefia da célula G5 tem vindo a ser desempenhada por um Oficial Superior da Guarda.” (GNR, 2010: 101). Competia à Célula G5 desenvolver ligações entre diferentes entidades e organizações, propor medidas a tomar, coordenar operações e ações a nível de estado-maior e de “*task forces*” e apresentar os *briefings* da célula.

Para garantir a ligação entre estes escalões de comando, existia um Sistema de Comunicações, que funcionou como uma peça chave para o sucesso da missão. Em concreto, na missão no Iraque, este sistema garantiu também as comunicações ao Subagrupamento Alfa e às suas respetivas famílias. De realçar que a responsabilidade de assegurar as comunicações no Teatro de Operações, pertencia à Chefia do Serviço de Transmissões da Guarda Nacional Republicana, pelo que foram adotados os procedimentos e reuniões necessárias com outros países contribuintes na

missão do Iraque, para que tudo corresse da melhor forma, assim como a decisão de utilização de certos equipamentos, a nível de rádios, telefones, e ligações satélite.

Também a presença de oficiais da GNR integrados no Estado-Maior da Brigada Italiana e da Divisão Inglesa, foi importante para a recolha de informação e enquadramento com o teatro de operações e também com a logística da missão, tendo os mesmos um papel ativo no conhecimento das características dos equipamentos de comunicação e das frequências que o Subagrupamento Alfa iria utilizar. A secção de transmissões foi portadora de um sistema rede rádio VHF, que assegurava as comunicações em fonia do Subagrupamento Alfa, e uma rede rádio HF, que assegurava a comunicação operacional em áreas distantes e com dificuldades de cobertura. Através de Satélite, foi instalada uma antena parabólica destinada à comunicação de dados, voz e imagem. Para além desta, foi ainda instalada outra para receção de canais TV.

Para além da elevada interoperabilidade com outras forças de polícia e forças armadas, uniformização, material, treinos com outras forças, partilha de informações, o Subagrupamento, cumpriu um leque de tarefas de patrulha, segurança e outras operações no terreno, entre as quais:

- Patrulhas, em forma de policiamento de proximidade, apeadas ou em viatura;

- Escoltas, realizadas sempre que a Unidade de Manobra, instrutores ou entidades se ausentavam da Unidade;

- Segurança Física, concretamente às instalações onde se encontravam os militares, concretamente em Camp Mittica ou em instalações na província de DhiQar;

- Operações de risco elevado, cumpridas pela Secção de Operações Especiais, e diziam respeito a entradas em residências e auxílio na exfiltração de certas unidades, que se encontravam debaixo de fogo;

- Inativação de Engenhos Explosivos, considerado uma mais-valia para a destruição de munições ou suspeitas de engenhos explosivos;

O Subagrupamento exercia também tarefas de inspeção, instrução e revista:

- Auto GRILL*, destinado a inspecionar o preço e a organização do serviço de todos os postos de abastecimento de combustível da cidade;

- Mentoring*, consistia na verificação de condições de trabalho, efetivos e de armamento existente em esquadras policiais, nomeadamente nas localidades de Al Islah, Sayyid Dakhil e Al Fuhood;

- Instrução, aplicada às polícias locais, baseada em técnicas policiais, direitos humanos, ética, entre outras;

-Revista feminina, composta por militares exclusivamente femininas, para passar revistas de segurança a mulheres civis, sempre que necessário.

Para além destas, os militares do Subagrupamento exerciam prevenção, com prontidão máxima de zero minutos no quartel de Camp Militia, para fazer face às ocorrências em Nassíria. Tarefa denominada por *Radio On Call* (ROC). (Graça, 2012).

De salientar, que a equipa sanitária da GNR, também se destacou em várias missões e operações:

-Segurança a altas entidades, através de visitas de Generais e Ministros;

-Ajuda Humanitária, através da visita a hospitais ou a orfanatos, onde por norma existia falta de medicamentos;

-Operações da COE⁴⁰, através do apoio aos militares que realizavam ações de elevada perigosidade, assim como nas Operações da Unidade de Manobra da MSU.

Em todas estas, a assistência médica da GNR teve um papel fundamental a nível da ajuda e da assistência, não só aos militares bem como à população civil.

A assistência religiosa também esteve presente no Iraque, não só de forma simbólica, como também no acompanhamento espiritual e humano por parte do Capelão-Chefe da GNR, particularmente em épocas de Páscoa e no Natal.

O primeiro contingente, deparou-se com uma missão onde foi necessário impor a paz, visto existir um ambiente de violência generalizada e de elevada perigosidade, com a ocorrência de conflitos armados internos e a realização de atentados terroristas, estando ameaçada diariamente a segurança da população e das próprias forças internacionais. A estratégia passava pela prevenção de um eventual conflito regional que pudesse ser desencadeado pelo governo iraquiano, através do uso de armas de destruição maciça contra o seu povo ou países vizinhos. Este contingente integrou a vertente de segurança interna da missão que tinha como objetivo restabelecer e manter a ordem pública no país. Para além desta função, o contingente possuía o poder de missão executiva na sua atuação e de formação/acessoria da polícia local, na sua zona de ação.

O segundo contingente, de acordo com o Coronel Silvério, adotou uma estratégia muito militarizada onde “foi necessário impor a paz, devido à falta de segurança no teatro de operações.”⁴¹ Os militares da GNR, adequam-se assim, aos diversos cenários que existem, mesmo em missões com um grau de perigosidade elevado, e a missão no Iraque foi exemplo disso. Numa

⁴⁰ Companhia de Operações Especiais.

⁴¹ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Silvério, Comandante do 2º Contingente.

primeira fase, o contingente podia fazer serviço sem viaturas blindadas, pois o serviço era muito policial, mas como o nível de ameaça subiu, houve necessidade de uma maior proteção, e através de viaturas blindadas emprestadas pelo contingente Italiano, e mais tarde fornecidas pela GNR, os militares conseguiram cumprir o seu dever e diminuir a insurgência, apesar de continuar a haver ataques e bombardeamentos às forças da coligação. Também este contingente estava inserido na vertente de segurança interna com o objetivo de restabelecer e manter a ordem, sem esquecer, que também cumpria as suas funções de polícia.

O terceiro contingente, também enfrentou um cenário em que, mais uma vez foi necessário impor a paz durante toda a sua atuação, segundo o seu Comandante, Tenente-Coronel Ramos. Este contingente também estava inserido num cenário de perigosidade muito elevada, muito próximo da guerra. Segundo o Tenente-Coronel, a GNR foi caracterizada por ser uma Força de intervenção rápida motorizada, que esteve sempre pronta a responder e a impor-se de uma forma proficiente às ameaças e ataques sofridos, no âmbito das missões que lhe estavam atribuídas, mostrando-se como um instrumento credível e fiável, no apoio e condução da política externa do estado Português. Os ataques às forças da coligação eram constantes, por parte das milícias. Com o cenário de guerra que se vivia, era proibido fazer patrulhas apeadas, sendo que o contingente utilizava viaturas blindadas já fornecidas pela GNR, “tendo estas feito um trabalho excepcional a nível de proteção, pois durante toda a atuação do contingente houve ataques e explosões com o objetivo de atingir a coligação.”⁴²

Por último, o quarto contingente, também esteve presente num cenário muito perigoso, onde, segundo o Coronel Oliveira, os militares foram obrigados a impor a paz. A sua atividade era de cariz muito militar e muito musculada tal como nos restantes contingentes. Apesar de ter sido o último a desempenhar funções, ainda viveu um clima de guerra devido aos insurgentes presentes no Iraque. Os militares iniciavam todas as tarefas muito bem equipados, e com equipamento para fazer face a um teatro de guerra, para cumprirem o restabelecimento da ordem e as suas tarefas de polícia.

Em suma, todos os contingentes se depararam com um cenário hostil, de guerra, onde diariamente existiam ataques à coligação e bombardeamentos. O ambiente que se vivia era muito instável, em grande parte devido à quantidade de milícias existentes no terreno, pelo que foi necessária uma abordagem muito robusta, musculada e militarizada. Segundo os entrevistados, a

⁴² Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Tenente-Coronel Ramos, Comandante do 3º Contingente.

estratégia adotada foi de imposição de paz. Porém, tendo em conta a doutrina da ONU, em 2003, esta missão insere-se nas operações complexas de manutenção da paz (*peacekeeping*), que incluem forças robustas presentes no terreno, legitimadas para fazer uso da força. Segundo Pinto (2005), a ONU citava “operações complexas” ou “robustas” para eufemisticamente mencionar a imposição de paz (*peace enforcement*).

5.2- Preparação, Recursos e Sistema de Segurança Coletiva NATO

5.2.1- Aprontamento

O aprontamento e formação, foi composto por parte teórica e prática. Para além da preparação física e da preparação militar também trabalhada de forma muito intensiva devido às características da missão, os militares também participaram em palestras onde se abordaram temas relacionados com o território e com o conflito. Foram convidados repórteres de guerra, docentes de língua árabe, de estudos árabes, de estudos islâmicos, de relações internacionais, assim como médicos com experiência na ação humanitária, nas doenças tropicais, ou seja, uma panóplia de temas que ajudariam os militares a enquadrarem-se no terreno e a estarem preparados para o que iriam enfrentar.

Em termos de treino, todos os militares, incluindo Guardas, Sargentos e Oficiais empenhados tinham formação militar, o que permitiu uma grande interoperabilidade com as Forças Armadas no terreno, que deram origem a uma harmonização tático-operacional, de doutrina militar e de troca de informações. O aprontamento para cada contingente teve a duração aproximada de um mês, ao contrário do 1º contingente, que teve uma maior duração.

O aprontamento do primeiro contingente, durou cerca de cinco meses e segundo o Tenente-Coronel Carvalho, incidiu nas áreas de manutenção da ordem pública, operações policiais, proteção individual e coletiva, língua, cultura local e religiosa do Iraque. Também envolveu a adaptação a equipamento, armamento e a veículos militares, cedidos pelo Exército e pelos Carabinieri Italianos, pois a GNR ainda não possuía recursos materiais suficientes. “Esta preparação foi única na história da instituição, pois visava uma atuação num ambiente muito perigoso e intensivo, pois envolvia todo o espectro de conflitos armados e sociais.”⁴³ A preparação foi enquadrada no âmbito da doutrina NATO, pois o contingente seria enquadrado numa *Multinational*

⁴³ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Tenente-Coronel Carvalho, Oficial de Ligação, de Operações e Informações do Subagrupamento Alfa, durante o 1º Contingente.

Specialized Unit, ou seja, os militares tiveram uma preparação muito rigorosa a nível militar pois iam estar inseridos num comando e numa força militar com funções de polícia, fazendo uso dos três princípios básicos das operações de paz: consentimento, imparcialidade e uso da força.

Os militares do segundo contingente, tiveram todo o apoio do primeiro contingente através de informação e reformulação do que se vivia no Iraque, concretamente no Teatro de Operações. “O comando da Guarda também mostrou todo o apoio necessário e acompanhou tudo em detalhe, desde a preparação, apoio logístico e manutenção da força.”⁴⁴ Segundo o Coronel Silvério, houve uma boa preparação a nível da formação técnico-tática e assim, a GNR conseguiu apresentar-se muito bem equipada, tendo o equipamento sido muito bem ajustado à missão. Também a preparação através de oradores conhecedores da cultura e da religião Iraquiana, assim como, através de académicos com estudos na área, permitiu aos militares ter o conhecimento do que iriam enfrentar, e assim, já no terreno, poderem reajustar-se às populações e ao teatro de operações.

A nível do aprontamento do terceiro contingente, este durou cerca de mês e meio, tendo sido ministrada formação de âmbito policial e militar. A nível de treino, este foi feito em cenários⁴⁵ que tentariam corresponder aos que os militares encontrassem no Iraque, tendo em conta a zona bastante arenosa e o clima quente. Devido ao enquadramento NATO, e segundo o Tenente-Coronel Ramos, foi ministrada formação militar a todos os militares da GNR, suportada na formação inicial dos oficiais da Academia Militar a nível dos conhecimentos operacionais e táticos, necessários ao cumprimento das missões militares, e a nível da formação obtida em cooperação com o Exército e com a Marinha Portuguesa, por cedência de instalações ou por terem recebido formação específica, nomeadamente de tiro, topografia e também de proteção NBQ⁴⁶. À semelhança dos contingentes anteriores, foram organizadas várias conferências para instrução da cultura, religião e costumes do Iraque, através de oradores da Liga Árabe e académicos que estivessem relacionados com tal área de estudo. Também os comandantes dos contingentes anteriores, procediam à passagem de informação e adequação do treino, para que os militares fossem sempre bem preparados.

O aprontamento do quarto contingente durou cerca de 5 semanas, e tal como nos restantes

⁴⁴ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Silvério, Comandante do 2º Contingente.

⁴⁵ Devido ao Iraque ser uma zona muito quente e arenosa, os militares tiveram treino militar em zonas/localidades do território português que fossem o mais idênticas possível ao clima e ao terreno do TO.

⁴⁶ Nuclear, Biológica e Química.

contingentes, toda a formação foi reajustada e adequada ao teatro de operações e ao clima que se vivia no Iraque. Houve sempre reconhecimento ao terreno por parte dos comandantes de contingentes antes do aprontamento começar, pois era importante sentir o que se vivia e perceber o local onde os militares iam cumprir a missão, e assim poderem ser preparados da melhor forma possível. A formação teve grande componente militar e de tiro. “Apesar de já todos terem formação nestas áreas, foi dado ênfase a esta formação pois o teatro que iriam enfrentar era de uma perigosidade muito elevada.”⁴⁷ O contacto com entidades religiosas, com académicos, médicos, entidades com conhecimentos da cultura do Iraque foi muito importante neste aprontamento, assim como, com o gabinete de psicologia da GNR. Um aspeto muito importante, realçado pelo Coronel Oliveira, foi a “rendição” de contingentes. Houve sempre uma passagem de informação importante e nunca houve saída total ou entrada total dos contingentes, ou seja, havia militares que ficavam, e como já tinham a experiência de ter estado no Teatro de Operações, acabavam por ajudar e partilhar conhecimentos e estratégias que seriam uma mais-valia para aqueles militares que acabavam de chegar ao terreno. Esta “passagem de testemunho” foi muito importante, pois os militares conseguiam adequar-se mais facilmente à missão.

5.2.2- Recursos Humanos e Materiais

Em termos de seleção e recrutamento voluntário para o Subagrupamento Alfa, relativamente à Chefia de Serviço Pessoal, foi difundido convite para o desempenho de funções na Secção de Transmissões, Equipa de Saúde, Secção de Administração Financeira e Secção de Manutenção, Equipa de Inativação de Engenheiros Explosivos Improvisados, Secção de Alimentação e Equipa de Apoio. Relativamente ao Regimento de Infantaria, os comandantes foram nomeados por escolha, e foram difundidos convites a oficiais, sargentos e praças da Unidade, para o desempenho de funções na Secção de Comando, Pelotões de Infantaria e Secção de Operações Especiais. Todas as seleções obedeceram a critérios mais específicos de seleção. Dependendo de cada secção, os militares tinham que ter diversos cursos específicos e aptidões obrigatórios. Podemos dar como exemplo, a seleção para a secção de operações especiais, onde os militares tinham que possuir o curso de Manutenção de Ordem Pública (MOP). Sem esquecer o facto de antes de serem nomeados, todos os militares foram submetidos a exames médicos.

Em termos de materiais e equipamento, destacam-se as viaturas blindadas, lança granadas

⁴⁷ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Oliveira, Comandante do 4º contingente.

de 40mm, e armas ligeiras de 5,56mm, 7,62mm e 9mm, para além de todo o equipamento de segurança policial. Os mesmos tiveram de ser adequados a um Teatro de Operações extremamente inseguro. Também o facto de haver pouco tempo disponível dificultou o fornecimento, e havia materiais que estavam indisponíveis no mercado nacional, tendo sido necessário recorrer ao mercado internacional. Concretamente, e mais uma vez tendo em conta o risco crescente que era a missão no Iraque, foi necessário adquirir materiais com maior potencial de defesa. Destacam-se os seguintes: ⁴⁸

-Pistola “USP Compact 9mmX19”;

-Pistola Metralhadora “MP5A5 Cal 9mmX19”, ao serviço das forças militares e de segurança em mais de 50 países, adaptável a todos os tipos de missões de combate e segurança;

-Pistola Metralhadora “MP5 KA Cal 9mmX19”, facilmente dissimulada, transportada e utilizada, destinada principalmente à proteção de entidades importantes;

-Pistola Metralhadora “MP5 KA Cal 9mmX19 C/MALA”, sendo a mesma que a anterior, mas esta encontra-se alojada numa pequena mala própria, que permite a sua utilização quando a mesma está fechada, através de um gatilho localizado na pega, funcionando assim como um discreto sistema para proteção de VIP’s;

-Espingarda Automática “G36 KV 5,56mmX45”, concebida para combate de rua e a curtas e médias distâncias, sendo dirigida a forças aerotransportadas e de reação rápida, permitindo acoplagem de sistema de visão noturna e lançador de granadas;

-Espingarda Sniper “MSG 90A1 Calibre 7,62X51”, para tiro preciso e eficaz a grandes distâncias;

-Lançador de Granadas “GMG Cal 40mmX53”, com elevada cadência de tiro e possível empenhamento direto sobre o objetivo, e associa munições de fragmentação e perfurantes;

-Binóculo Visão Noturna/Diurna “N/CROS MK III”, com capacidade telemétrica até 2000 metros;

-Monóculo de Visão Noturna “AN/PVS-14”, constituído pelo monóculo propriamente dito, por um arnês de cabeça e capacete, e um adaptador de ligação à arma;

-Robot Vanguard, funcionando como veículo de controlo remoto, para inspeções e remoção de engenhos explosivos, sendo as operações comandadas através de um computador portátil;

-Equipamento Anti-Estelhaço, para a proteção contra a fragmentação em caso de explosões,

⁴⁸ GNR, 2010.

constituído por fato e capacete;

-Equipamento de Proteção Anti-Traumática V-TOP, com sistema de proteção para intervenção tática e controlo de multidões, com o objetivo de proteger os militares em situações de manutenção de ordem pública, com adaptação a temperaturas altas ou baixas, grande capacidade de secagem, e proteção contra grandes impactos de determinados objetos;

-Apoio cedido pelo exército, na cedência de metralhadoras, espingardas automáticas, lança granadas, fatos NBQ, capacetes e coletes anti-bala.

Relativamente às viaturas, os militares adquiriram formação da Nissan e da Iveco para conseguirem operar completamente e conhecerem as viaturas de forma a tirar o rendimento máximo das mesmas. Para esta missão, a GNR foi equipada com algumas viaturas, entre elas:

-Uma Pick-Up Nissan Navara;

-Uma Nissan Patrol GR;

-Uma Iveco M40.12 WM/P, de salientar que esta viatura tinha proteção balística e estava equipada com tubos lançadores de granadas de fumos e metralhadora ligeira MG42;

-Uma Toyota Hilux, para funcionar como posto de comando;

-Uma Toyota HIACE, modificada para transporte de alimentos.

Exerceram funções de Estado Maior no Iraque, 25 oficiais da Guarda Nacional Republicana, dentro dos quais 20 com o posto de Capitão e 5 com o posto de Major. Para exercer funções de Oficial de Ligação, foram enviados para o Iraque, um total de 5 oficiais da GNR, todos pertencentes ao posto de Capitão, segundo dados da DPERI (Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais) da GNR.

O primeiro contingente, foi enviado para a missão em Novembro de 2003, composto por 128 militares, tendo sido comandado por um major. Relativamente aos recursos materiais, “um dos maiores desafios foi a aquisição de equipamentos, armamento e veículos adequados ao Teatro de Operações, visto a missão ser principalmente de características puramente militares.”⁴⁹ No início do empenhamento no Iraque e durante dois meses, o contingente português fez uso de viaturas e armamento emprestados pelo contingente Italiano e pelo Exército Português, até à entrega final das aquisições realizadas. Após dois meses de missão, a GNR estava então, completamente equipada, armada e guarnecida com “o melhor equipamento existente no mercado, à altura, o que

⁴⁹ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Tenente-Coronel Carvalho, Oficial de Ligação, de Operações e Informações do Subagrupamento Alfa, durante o 1º Contingente.

despertou muita curiosidade por parte de outras forças internacionais presentes no Iraque.”⁵⁰ A nível de recursos humanos, estes foram adequados.

O segundo contingente, foi enviado em Março de 2004, composto por 120 militares, comandados por um capitão. Segundo o Coronel Silvério, este contingente obteve os recursos humanos e materiais suficientes, necessários e adequados à missão, tendo a GNR, sido das forças que estavam melhor equipadas, em termos de armamento e viaturas. O Coronel salientou que o seu contingente ainda efetuou serviço com viaturas blindadas italianas até à chegada das cedidas pela GNR, devido ao facto de o nível de ameaça ter subido muito. Por fim, destacou ainda que a instituição foi uma referência internacional a nível de equipamento. Os militares portugueses eram visitados por outros contingentes internacionais e estes ficavam surpreendidos pela proficiência do serviço, devido ao facto de os militares estarem muito bem preparados e bem equipados.

O terceiro contingente, foi enviado em Julho de 2004, e era composto por 127 militares, comandados por um capitão. Neste contingente e de acordo com o Tenente-Coronel Ramos, os recursos humanos e materiais também foram adequados e suficientes, tanto a nível de armamento como de viaturas, à semelhança do segundo contingente.

Por último, o quarto contingente, foi enviado em Novembro de 2004, composto por 129 militares, comandados por um capitão. Segundo o Coronel Oliveira, os recursos humanos e materiais foram suficientes para desempenharem a missão. Segundo este, as missões eram sempre atribuídas de acordo com o efetivo que o contingente dispunha, e tudo o que era solicitado, era cumprido. Para as tarefas que eram dadas, havia uma estruturação adequada e os militares eram em número suficiente, tendo o efetivo sido bem rentabilizado. Em relação aos recursos materiais, o quarto contingente usava as viaturas blindadas da GNR, sendo estas das melhores que existiam no Teatro de Operações. Também a nível de equipamentos e materiais, como armas, coletes, óculos de proteção, a GNR possuía “dos melhores, senão os melhores equipamentos que existiam no terreno.”⁵¹

⁵⁰ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Tenente-Coronel Carvalho, Oficial de Ligação, de Operações e Informações do Subagrupamento Alfa, durante o 1º Contingente.

⁵¹ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Oliveira, Comandante do 4º Contingente.

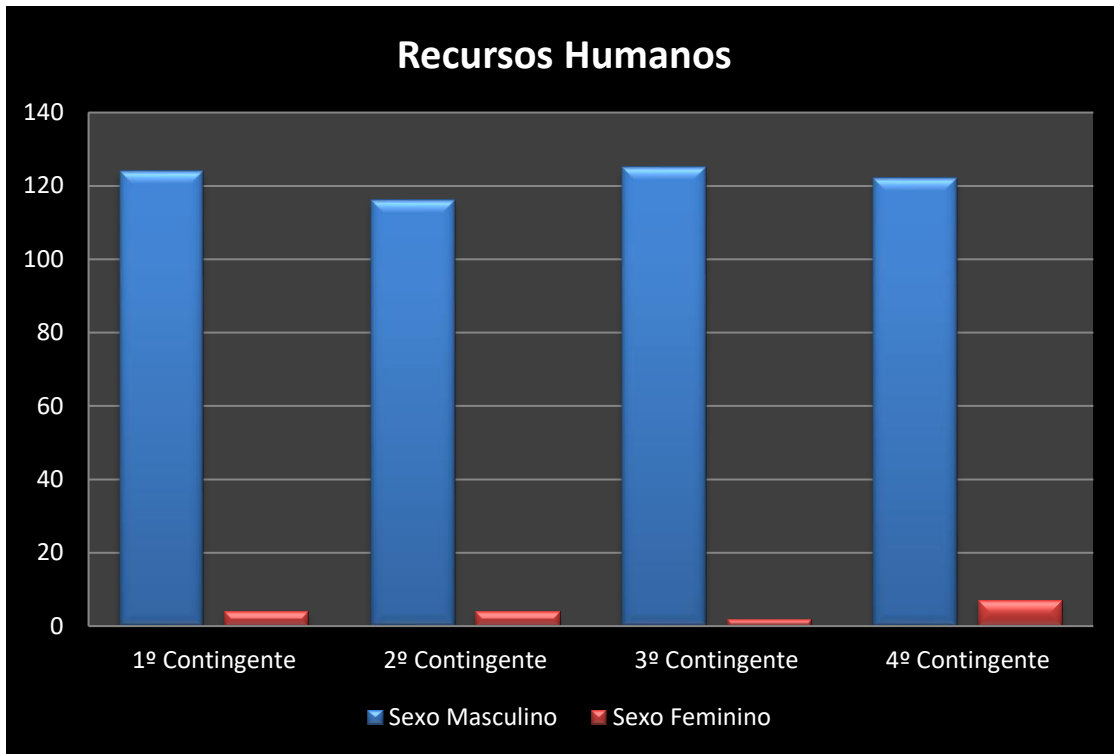


Gráfico 1: Relação de recursos humanos por contingente

Fonte: DPERI GNR, 2020

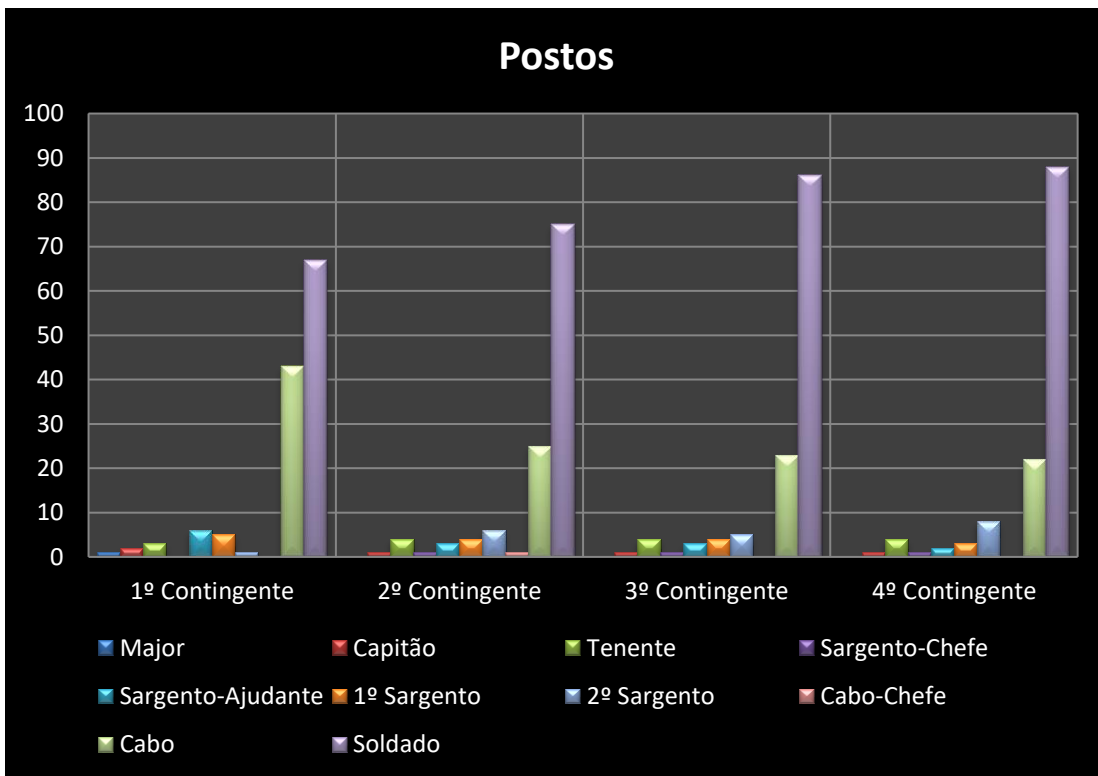


Gráfico 2: Relação de postos por contingente

Fonte: DPERI GNR, 2020

De acordo com os Gráficos 1 e 2, o 4º contingente foi o que mais militares do sexo feminino enviou para o Iraque, tendo este, também enviado o maior número de Soldados, totalizando 88, mais 2 que o 3º contingente.

O 1º contingente foi o que enviou menos Soldados, perfazendo um total de 67. No entanto, este contingente foi o que enviou mais Cabos, perfazendo um total de 43, ao contrário do último contingente, que apenas enviou 22.

Em suma, o número de militares do sexo feminino, foi sendo cada vez maior, assim como o número de soldados, ao contrário dos postos superiores que foram tendo uma diminuição ligeira, exceto no posto de 2º Sargento que aumentou para 8 militares no último contingente.

5.2.3- Sistema de Segurança Coletiva NATO

O facto de a missão no Iraque, devido ao seu elevado grau de perigosidade, ter sido baseada no sistema de segurança coletiva NATO, teve grandes vantagens não só a nível do Teatro de Operações e das atividades desenvolvidas mas também a nível de comando e liderança.

Segundo o Tenente-Coronel Carvalho, a doutrina NATO condicionou toda a preparação para a atuação no Teatro de Operações do primeiro contingente, visto ser bastante enquadradora e determinante na organização da força, tipo de missões a desempenhar, regras de empenhamento, autossustentação e interoperabilidade com as forças militares e civis.

Segundo o Coronel Silvério, a doutrina NATO, permitiu uma uniformização no que diz respeito a todo o tipo de tarefas no Teatro de Operações, e como foi uma missão muito militarizada, foi muito importante e fundamental o uso deste sistema de segurança coletiva. As tarefas diziam respeito a uma panóplia de atividades de polícia, entre as quais, investigação criminal, formação das polícias locais junto das suas esquadras de responsabilidade, ajuda humanitária, incluindo visitas a hospitais e a escolas, a fim de dar o apoio que fosse necessário, e também fazia patrulhamento junto das populações, de forma a garantir a sua segurança e a salvaguarda dos direitos humanos. “Esta é uma vantagem de a GNR ter formação de polícia, pois apesar de toda a vertente militar que teve de utilizar no Iraque, conseguia dar um grande apoio às populações.”⁵² De salientar que as PSO da NATO, fazem referência a todos estes aspetos, sendo que a sua doutrina está enquadrada nestas tarefas de polícia robustas. Também o facto de estar enquadrada numa MSU, era uma mais-valia para o comandante militar porque tinha à disposição

⁵² Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Silvério, Comandante do 2º Contingente.

uma capacidade de readequação do contingente para fazer face a diferentes cenários, e poderia em grande parte, complementar a atividade das forças armadas.

O Tenente-Coronel Ramos, salienta que o facto de ser uma missão NATO, e ao permitir o rigor militar, foi muito importante para uma missão que necessitava de um grau de empenhamento muito musculado, militarizado, e da disponibilidade e autorização para fazer fogo. Foi muito vantajoso a nível do teatro de operações, mas também a nível de comando. Mais uma vez, o facto de a GNR ser uma força de polícia militar, teve um papel fundamental na execução das atividades do contingente, onde se realça a ajuda humanitária e *mentoring* às polícias locais, que estão cada vez mais presentes nos teatros de operações da atualidade. A nível da formação, a NATO também tem um papel ativo neste aspeto, pois as polícias locais tinham formação dentro da célula do Subagrupamento. O contingente também visitava hospitais e escolas, onde fornecia alguns materiais necessários. “Por esta atividade, a Guarda era a força da coligação que mais empatia criava com as populações, o que dava uma certa vantagem a nível de entre-ajuda com as mesmas.”⁵³ De realçar um tradutor Iraquiano, que durante a missão, fazia questão de ajudar apenas os Portugueses e não, outros contingentes internacionais. Segundo o Tenente-Coronel, esta empatia, de força de polícia, aliada com a vertente militar é um aspeto muito importante a ter em conta, em missões futuras.

Por último, o Comandante do quarto contingente, Coronel Oliveira, concluiu que o facto de ser uma missão NATO, e o facto de o contingente estar enquadrado numa MSU, e de inclusive o cenário ser um pós-guerra ou ainda guerra, esta doutrina da NATO, “foi essencial e foi a organização internacional certa para este tipo de missão”⁵⁴, porque permite conjugar meios policiais e militares, visto que a situação no Iraque era de elevada perigosidade, e a missão em si era muito militarizada, num ambiente muito hostil. Apesar disso, o contingente cumpria ações de patrulhamento, escoltas a entidades, *mentoring* e estava inserido no apoio a infra-estruturas, pois ainda nenhuma se encontrava completamente funcional. O facto de este contingente também garantir segurança e apoio à construção de infra-estruturas, já realça uma estratégia mais avançada das operações de apoio à paz, que diz respeito ao *Peacebuilding*. O objetivo deste contingente era criar as mínimas condições de segurança, para fazer com que a vida das populações fosse sendo normalizada, que os hospitais funcionassem, e que a ajuda humanitária chegasse em segurança,

⁵³ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Tenente-Coronel Ramos, Comandante do 3º Contingente.

⁵⁴ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Oliveira, Comandante do 4º Contingente.

apesar de diariamente, haver ataques e rebentamento de bombas. O facto de estarem integrados numa unidade militar da NATO permitia rapidamente ter o apoio necessário. Este conceito NATO é interessante neste aspeto, devido ao facto das forças MSU de polícia militar poderem enquadrar forças militares e coordenar muito bem as operações, gerando mais rapidez na atuação.

Todos os entrevistados, salientaram que este sistema de segurança coletiva foi essencial para o combate e para o sucesso da missão. Em suma, os contingentes preenchem o *Enforcement gap*, exercendo tarefas gerais de manutenção da ordem pública e de segurança, como o patrulhamento e as escoltas. Devido ao facto de o TO ser muito instável, foi necessária a presença das forças de uma forma muito robusta e militarizada. Apesar dessa instabilidade, os contingentes conseguiram exercer tarefas mais inclinadas para a ajuda humanitária, apoio a escolas e hospitais, *mentoring* e formação, sendo que mais tarde executaram tarefas relativas ao *peacebuilding*, preenchendo o *Institutional gap*. Esta evolução de acontecimentos, vai ao encontro daquilo que é a doutrina NATO e mais concretamente da MSU, que é o uso de forças *Gendarmerie* robustas, que consigam estabelecer a paz e a segurança, de modo a fornecer ajuda à reconstrução de um Estado e à defesa dos direitos humanos.

“O reconhecimento de Portugal como um coprodutor de segurança internacional, a sua participação nas missões externas e a sua contribuição para a segurança dos recursos comuns do planeta realizam-se, prioritariamente, no quadro da OTAN.” (Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013 de 21 de Março, 2013: 1986).

5.3- Coordenação militar e liderança

De acordo com o Tenente-Coronel Carvalho, Oficial de Ligação, de Operações e Informações do primeiro contingente, a característica militar da GNR, foi vital na integração da estrutura militar da operação, num cenário de pós-conflito armado. O facto de todas as forças presentes no Teatro de Operações serem militares⁵⁵, “facilitou de forma decisiva a integração da GNR nos diferentes escalões do regimento, brigada e divisão, nomeadamente no que respeita à doutrina, organização, disciplina dos seus militares, adaptação a cenários hostis, flexibilidade e rapidez de cumprir diferentes missões militares e policiais, bem como a capacidade de autossustentação da força.”⁵⁶

⁵⁵ O TO onde o contingente estava inserido tinha militares das forças armadas e das forças *Gendarmerie* Italianas e Romenas.

⁵⁶ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Tenente-Coronel Carvalho, Oficial de Ligação, de

Devido a esta característica, a coordenação e interoperabilidade foram conseguidas em pleno com todas as forças internacionais e locais presentes no Iraque.

Segundo o Coronel Silvério, Comandante do segundo contingente, a característica militar foi fundamental para realizar as diferentes tarefas no terreno. Esta característica em muito contribuiu para a interoperabilidade com as forças armadas e também com outras forças *Gendarmerie* no Teatro de Operações. O facto de os oficiais da GNR serem formados na academia militar é também uma grande vantagem pois o conhecimento da doutrina militar é uniformizado, sendo este um aspeto que constitui um benefício em termos de coordenação, tanto a nível de comando, como a nível do Teatro de Operações. Ao mesmo tempo, “como os militares têm formação de polícia, conseguem aproximar-se muito mais das populações, em detrimento dos militares das Forças Armadas⁵⁷, assegurando assim o *Security Gap*. O facto de serem militares também é importante ao nível da disciplina, disponibilidade, coesão, integração, são mais focados e distinguem-se por isso.

O Comandante do terceiro contingente, da mesma forma, salienta que a característica militar da GNR é uma mais-valia, pois torna-se fácil cooperar com as forças armadas e com qualquer contingente empenhado no Teatro de Operações. Qualquer técnica que fosse preciso realizar era facilmente executada pelas forças, devido ao conhecimento militar, tanto a nível tático como do manuseamento do equipamento (armamento e viaturas). Em termos de comando também havia interoperabilidade, na medida da organização dos militares e da tomada de decisões por escalão. Havia uma grande uniformização e esse aspeto foi fundamental para o sucesso da missão.

Por último, o Coronel Oliveira também dá relevância à característica militar da GNR, e diz-nos que esta apresenta grandes vantagens em tudo, desde comando, controlo, coordenação, interoperabilidade, planeamento e apoio.

Em suma, todos os entrevistados realçaram a característica militar da GNR como sendo de grande importância para a coordenação entre as forças armadas e as forças *Gendarmerie* no TO.

O facto de também existir um comando militar, faz com que a tomada de decisões e a liderança seja mais rápida e fluente, porque a doutrina também é semelhante. Este aspeto leva a que mesmo dentro do TO, exista mais interoperacionalidade, pois a nível do comando as estratégias também fluem de forma mais funcional. Até a nível de equipamento, os militares, sejam

Operações e Informações do Subagrupamento Alfa, durante o 1º Contingente.

⁵⁷ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Silvério, Comandante do 2º Contingente.

eles das forças armadas ou das forças *Gendarmerie*, têm formação e conhecimento para operar com armamento mais pesado, ou com viaturas blindadas, necessárias para este tipo de missões, tal como foi referido pelos entrevistados.

5.4- Análise estratégica da missão e desafios futuros

5.4.1- Vulnerabilidades

Durante a atuação do primeiro contingente, o Tenente-Coronel Carvalho, refere que a maior vulnerabilidade esteve relacionada com o facto de a GNR não possuir equipamento, armamento, veículos e treino adequado para aquele tipo de cenário na fase de planeamento da missão, assim como nos primeiros meses da sua execução, até à chegada das aquisições feitas pela GNR.

O Comandante do segundo contingente, realça que não houve grandes vulnerabilidades a nível da missão em concreto, não tendo identificado nada de relevante que possa ser melhorado. Apenas menciona que houve algumas dificuldades nos contactos entre os militares e as famílias, pois os mesmos acabavam por desmotivar, mas o Coronel salienta que tudo foi feito para dar o máximo apoio possível.

Já o terceiro contingente, verificou algumas vulnerabilidades a nível psicológico e logístico. Segundo o Tenente-Coronel Ramos, o contingente português estava logisticamente dependente do contingente italiano a nível de reparação de material (viaturas e armamento), a nível sanitário e de alimentação. A nível de apoio psicológico estavam um pouco isolados, para além de o contingente não dispor de nenhum militar com formação em intervenção psicológica. O acesso à internet também era limitado e pago. Em termos de comunicações via telefone, estavam limitados a um período de tempo disponibilizado e ao facto de as chamadas serem pagas. Uma vez que o único posto de levantamento de dinheiro estava situado num acampamento americano, implicava a utilização de viaturas. Em termos de evacuação, o cenário não foi o melhor. Durante a atuação do contingente, foi necessário proceder à evacuação de um militar para Portugal, devido à morte do seu pai, mas os portugueses não tinham avião para deslocar o militar, portanto acabavam sempre por depender de terceiros. Também na rendição do contingente no final da missão, houve muita demora e alguns problemas, o que, para o psicológico dos militares torna-se numa situação muito difícil. A linha de contacto com as famílias não funcionava muito bem, pois os militares quando acabavam por conseguir falar com as famílias, desabafavam e acabavam por ficar mais vulneráveis e como o apoio psicológico, no local, não existia, tornava-se difícil lidar com os mesmos em algumas

situações, de forma a mantê-los motivados.

No quarto contingente, uma das vulnerabilidades, elencadas pelo Coronel Oliveira, foi a retração da força e o fecho da missão. A mesma era para ter sido feita em vinte e um dias, mas foi feita em dois. Segundo o Comandante do quarto contingente, houve dificuldades nesse aspeto, e para os militares este tipo de situações são complicadas. Também a nível de fardamento, podia ter havido uma adequação melhor, pois as amplitudes térmicas no Iraque eram muito elevadas. A existência de um fardamento adequado a estas situações é por vezes difícil, mas para o conforto da força, deve ser repensado. Inicialmente, não havia blindagem nas viaturas, ao nível do apontador. O Coronel Oliveira elenca esse aspeto também como uma vulnerabilidade a ter em conta em missões futuras. As instalações eram muito precárias e os militares não tinham boas condições, tendo o aspeto logístico, tido também como uma vulnerabilidade.

5.4.2- Fatores potenciadores

Segundo o Tenente-Coronel Carvalho, os grandes fatores potenciadores relativos ao primeiro contingente, residiram nas características militares e policiais da GNR, no espírito de missão, profissionalismo e na capacidade de adaptação dos seus militares a um ambiente extremamente complexo. O Tenente-Coronel faz referência ao excepcional e permanente apoio logístico, psicológico e sanitário. Segundo o mesmo, existiu sempre preocupação por parte da GNR, de constituir equipas de acompanhamento do contingente, constituídas por militares, capelães e psicólogos que proporcionavam um apoio permanente aos militares e especialmente às suas famílias em Portugal. Houve igualmente um cuidado acrescido relativamente ao apoio logístico e sanitário dos portugueses, pois a GNR garantia a realização de voos regulares de sustentação logística e pelo apoio direto dos parceiros no terreno, tendo inclusive, elaborado um acordo técnico de nome *“Technical Agreement”*, para esse efeito, com os Italianos.

No segundo contingente, segundo o Coronel Silvério, houve diversos fatores potenciadores. Primeiramente, o mesmo destaca o equipamento e a preparação técnico-tática. Por outro lado, o Comando da Guarda, tudo fez para apoiar os militares presentes no Iraque, e diariamente entrava em contacto com o contingente. O facto de a GNR ter deslocado para o Iraque, militares do sexo feminino, trouxe vantagens ao nível das revistas, ainda para mais, sendo o Iraque uma cultura que tem em conta esse aspeto. A presença de um médico português também foi fundamental, até para apoio moral dos militares.

No terceiro contingente, o Tenente-Coronel Ramos, atribui como fatores potenciadores:

Integração e empenhamento em conjunto com forças do mesmo tipo, Corpos Militares com funções de Polícia; Uniformização e normalização da doutrina militar NATO; Material e equipamento idêntico, nomeadamente as viaturas; Partilha de informações e a presença de um oficial português na célula G2 (Informações); Partilha do centro de comunicações; Apoio sanitário e logístico por militares italianos, romenos e portugueses, o que permitia facilidades no contacto com as Forças no terreno, relacionamento, interajuda e resolução de problemas no imediato. Sem esquecer, o empenho dos militares, a sua elevada disponibilidade e o bom relacionamento com as forças da coligação.

No quarto contingente, segundo o Coronel Oliveira, o contacto permanente com o Comando da Guarda em todas as situações foi muito importante. O Comando tentou sempre resolver todo e qualquer problema existente no Teatro de Operações, com serenidade e rapidez. Sempre que solicitado, o Comando da Guarda mostrou-se disponível, para aquisição de armamento ou de qualquer necessidade do contingente português. Este foi o principal fator potenciador.

Com vista a uma sistematização do anteriormente referido por contingente, apresenta-se a Tabela 4.

| | 1º Contingente | 2º Contingente | 3º Contingente | 4º Contingente |
|------------------------------|---|---|---|--|
| Vulnerabilidades | <ul style="list-style-type: none"> •Equipamento* •Armamento* •Veículos* •Treino* | <ul style="list-style-type: none"> •Contacto Familiar** | <ul style="list-style-type: none"> •Contacto Familiar** •Comunicações telefónicas •Nível logístico/ psicológico •Evacuação •Rendição | <ul style="list-style-type: none"> •Nível Logístico •Rendição •Fardamento |
| Fatores Potenciadores | <ul style="list-style-type: none"> •Característica militar/policial •Profissionalismo/ disponibilidade •Apoio logístico/psicológico/ | <ul style="list-style-type: none"> •Equipamento •Preparação técnico-tática •Militares femininas •Pessoal de | <ul style="list-style-type: none"> •Equipamento •Integração <i>Gendarmerie</i> •Profissionalismo/ disponibilidade •Doutrina NATO | <ul style="list-style-type: none"> •Comando GNR |

| | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|---|--|
| | sanitário •Comando GNR | saúde •Comando GNR | •Célula G2 •Apoio logístico/sanitário | |
|--|---------------------------|-----------------------|---|--|

Tabela 4: Vulnerabilidades e fatores potenciadores da missão

Fonte: Elaboração própria

* Na fase de planeamento da missão e nos dois primeiros meses no TO.

** Militares desmotivavam depois de contactarem com as respetivas famílias.

5.4.3- Desafios Futuros

Relativamente ao primeiro contingente, para o Tenente-Coronel Carvalho, o maior desafio da GNR será manter ou reforçar as suas características militares, nomeadamente a formação e disciplina dos seus militares, aumentar a capacidade de autossustentação da Guarda, a disponibilidade dos seus efetivos neste tipo de missões, o treino dos seus militares para este tipo de cenários, o nível operacional do equipamento de proteção individual e coletivo, armamento e veículos adequados a este tipo de operações e saber potenciar, no momento certo, a sua atuação no quadro da promoção da política externa portuguesa.

De acordo com o Coronel Silvério, em termos de desafios para o futuro, o poder político podia rentabilizar a capacidade da GNR relativamente à política externa do país. Independentemente do nível de ameaça, as Forças *Gendarmerie* têm que estar presentes. Os Teatros de Operações hoje em dia empenham sempre uma força de polícia desta natureza, em todo o mundo. As Forças Armadas utilizam sempre estas forças de polícia para as missões. Estas garantem justiça, criam condições para que se exerçam direitos, liberdades e garantias e são fundamentais para o apoio ao vetor militar. Segundo o Comandante do segundo contingente, estas forças precisam de ser empenhadas com mais facilidade, porque a Guarda tem militares que cumprem as missões e são exímios no Teatro de Operações. Podem também em qualquer circunstância prestar *mentoring* e formação às polícias civis. Em virtude de Portugal ser o único país da Europa, onde as Forças Armadas é que dão essa formação nos Teatros de Operações, o Coronel salienta que é uma mais-valia que seja a GNR a dar essa formação, e avança com este desafio para o futuro.

Segundo o Tenente-Coronel Ramos, um dos desafios para o futuro seria a existência de uma equipa de psicólogos no terreno para que os militares conseguissem e soubessem lidar com o impacto negativo depois de entrarem em contacto com as famílias. Também a criação de uma força mais uniformizada, com treinos e formação mensal em conjunto com vários países, incluindo Portugal, de forma a que as forças de polícia militar pudessem ser empenhadas no mais curto espaço de tempo no Teatro de Operações, e com boa sustentação logística e adequada. Por exemplo, no caso do Iraque, o contingente Português, em termos logísticos, não tinha boas condições. Esta força mais uniformizada e auto-sustentada onde a GNR participasse como força de polícia militar em missões internacionais seria importante para a política externa do país e podia pôr fim a esta falta de condições.

Por último, e segundo o Coronel Oliveira, um dos desafios para o futuro seria, apostar na GNR para respostas imediatas em qualquer parte do mundo em situações de crise. Segundo o Comandante do quarto contingente, a GNR é uma instituição com capacidade logística e com instrumentos para tal, e deve ser aproveitada, podendo chegar a qualquer lugar e rapidamente se adapta, atuando a nível de equipa, secção ou companhia. A Guarda tem forças que podem ser projetadas a nível operacional, como as operações especiais, ajuda humanitária, segurança e extração de entidades. Também tem capacidade para modelar uma força de reação rápida imediata que permita dar resposta a quase todos os teatros que possam ocorrer no terreno, assim como, dar formação policial a qualquer polícia civil. O grande desafio seria ter estas forças preparadas para saírem rapidamente para um teatro de operações, pois quanto mais rápida for a saída, mais vidas se poupam. Seria importante para a política externa do país, criar mecanismos que pudessem concretizar esta capacidade de resposta por parte da GNR.

Apresenta-se a Tabela 5 para uma sistematização dos desafios futuros por contingente.

| | 1º Contingente | 2º Contingente | 3º Contingente | 4º Contingente |
|-------------------------|--|--|--|--|
| Desafios futuros | <ul style="list-style-type: none"> •Treino •Autossustenção •Formação e disciplina •Disponibilidade | <ul style="list-style-type: none"> • Rentabilizar capacidade da GNR na política externa •Formação às | <ul style="list-style-type: none"> •Nível psicológico* •Uniformização de forças de policia militar | <ul style="list-style-type: none"> •GNR como força de reação rápida |

| | | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> •Equipamento •Armamento •Veiculos | policias nos TO | autosustentadas | |
|--|---|-----------------|-----------------|--|

Tabela 5: Desafios futuros

Fonte: Elaboração própria

* Incorporação de psicólogos.

Conclusão

A Guarda Nacional Republicana tem tido cada vez um papel mais importante e ativo no que diz respeito à resolução de conflitos a nível mundial, já tendo atuado sob a égide de várias organizações internacionais, pelo que o seu desempenho tem vindo a ser muito importante para a política externa portuguesa.

O presente trabalho de investigação diz respeito a um estudo sobre a participação da Guarda Nacional Republicana, como Força *Gendarmerie*, em missões internacionais, na resolução de conflitos, e a sua contribuição para a Política Externa Portuguesa, tendo para esse efeito sido analisada em concreto a Missão no Iraque, de 2003 a 2005, em que a GNR participou através de uma coligação *ad-hoc*, baseada na doutrina NATO.

Pretendeu-se dar resposta à questão e objetivo principal: “De que forma, a característica militar da GNR, como Força *Gendarmerie* contribuiu para a missão *Operation Iraqi Freedom* e consequentemente para a política externa portuguesa?”.

Relativamente aos objetivos específicos, foi caracterizada a missão da GNR em concreto, ou seja, a sua área operacional, capacidades e atividades e foram elencadas as principais vulnerabilidades, fatores potenciadores e desafios para o futuro, através de entrevistas a oficiais, responsáveis pelos quatro contingentes presentes no TO.

A presente investigação leva-nos a concluir que a característica militar da GNR é uma mais-valia nas operações de apoio à paz. Esta característica das Forças *Gendarmerie* permite uma grande interoperabilidade e coordenação em qualquer missão internacional. O facto de poderem coordenar com as forças armadas e ao mesmo tempo exercerem funções estritamente de polícia e de proximidade, tem vindo a ser usada como um instrumento fulcral por algumas Organizações Internacionais. O facto de os militares portugueses estarem enquadrados numa missão onde a formação militar era indispensável, também contribuiu para realçar esta característica.

Neste caso em concreto, no Iraque, numa missão que se situava muito próximo da guerra, a coordenação que existe entre as Forças Armadas e as Forças *Gendarmerie* permitem que no Teatro de Operações, devido à formação técnico-tática semelhante, toda a ação seja mais rápida e coesa, assegurando o *Security Gap* e contribuindo para o sucesso da missão. Sem esquecer que, a nível de comando, também a doutrina militar é muito importante ao nível da coordenação, da tomada de decisões e na estruturação dos militares no terreno.

Todos estes fatores permitiram que a GNR concretizasse os objetivos a que se propôs no

Iraque, pois a sua formação, característica militar e de polícia em muito ajudaram, não só em termos táticos como na proximidade às populações.

A atuação de um contingente português, enquadrado numa MSU, sob a égide da NATO, numa missão onde o grau de perigosidade era tão elevado, salientou o nível de formação técnico-tática, preparação, coesão, equipamento, armamento, disponibilidade, coordenação e interoperabilidade, da Guarda Nacional Republicana. De realçar que este sistema de segurança coletiva foi adequado ao que se vivia no Iraque, pois possui um grande enquadramento militar.

Nesta missão, autorizada pela ONU, a MSU procedeu para reafirmar a soberania e integridade do território Iraquiano, com o objetivo de construir uma sociedade com instituições próprias e estáveis. Aqui, podemos realçar um aspeto importante no que diz respeito à teoria de J. Galtung. Este tinha como objetivo a construção da paz e segundo o mesmo, esta só é possível através da manutenção da ordem, criação de leis e da posterior construção de instituições e infra-estruturas do Estado para consequentemente, atingir uma paz duradoura. Depois da ofensiva dos EUA, foram empenhadas no terreno, forças *Gendarmerie*, para estabilização do território e cumprimento destes pressupostos. Para isso, a estratégia de *Peacebuilding*, cada vez mais presente nas operações de paz, esteve bem saliente nesta missão, assim como a preservação dos direitos humanos. O conjunto de todos estes fatores vai permitir atingir a paz num território devastado pelo conflito, sendo esse o objetivo final destas operações de paz.

Segundo os entrevistados, o contingente português, enquadrado na MSU, exerceu uma panóplia de atividades, entre as quais, patrulhamento, escoltas, investigação criminal, inativação de explosivos, formação às polícias locais, ajuda humanitária, e também, apoio à construção de infra-estruturas. Apesar dos contingentes terem sido obrigados a impor a paz, conseguiram exercer as suas tarefas de polícia para que foram solicitados. Mais uma vez, e tendo em conta as tarefas operacionais no terreno, os contingentes de forças *Gendarmerie*, neste caso a GNR, foram ao encontro da doutrina NATO relativamente ao apoio à criação de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento de um Estado no pós-conflito. “Nos dias de hoje, não existe nenhuma missão militar, independentemente do TO, independentemente do nível de ameaça, que não justifique a presença de polícias. Os polícias garantem a ubiquidade da justiça, criam condições para que se exerçam os direitos, liberdades e garantias e são essenciais ao apoio do vetor militar.”⁵⁸

A forma como os militares atuaram no Iraque e fizeram uso das suas valências, cumprindo

⁵⁸ Excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, pelo Coronel Silvério, Comandante do 2º Contingente.

as tarefas que lhe foram entregues, contribuíram para o benefício da política externa portuguesa, aumentando assim a visibilidade, prestígio e protagonismo internacional. Os entrevistados realçaram que a força portuguesa era felicitada por outros contingentes no Teatro de Operações, devido à proeficiência do seu serviço operacional e ao equipamento utilizado.

De realçar que a relação com os EUA foi “(...) colocada pelo Governo no patamar mais elevado dos interesses nacionais a defender ao longo dos meses em que o Iraque dominou o debate político.” (Lima, 2013: 55). Este fator deve-se à existência de interesses estratégicos, que fazem dos EUA um aliado muito importante, contribuindo assim para o reforço da política externa portuguesa a longo prazo.

Relativamente às vulnerabilidades, aquelas que mais se salientaram foram o contacto com as famílias (impacto psicológico dos militares), os entraves a nível logístico e a rendição de contingentes. Em termos de fatores potenciadores evidenciou-se o apoio total do Comando da GNR, o apoio logístico e sanitário, o equipamento, a integração em forças de polícia com características militares, e por fim, o profissionalismo e disponibilidade dos militares. Por último, o principal desafio para o futuro mencionado pelos entrevistados, é a aposta na GNR como força de reação rápida e autossustentada, para benefício da política externa.

A Guarda Nacional Republicana é tida como, “uma Força especialmente apta a ser empenhada, em permanência, em todo o tipo de conflitualidade, desde o tempo de paz e de normal funcionamento das instituições democráticas no cumprimento das missões ordinárias de polícia e de proteção e socorro até às situações de crise ou de estado de exceção constitucional, onde se incluem os vários Teatros de Operações.” (Silvério, 2012: 7).

Por último, recomenda-se para possíveis investigações, a análise da GNR como força de reação rápida, assim como as suas capacidades de autossustentação. Visto ter sido um dos desafios futuros mais elencados pelos entrevistados, seria importante estudar este tema, com o objetivo final de esta força de cariz militar, contribuir cada vez mais para a política externa do Estado Português, através de forças autossustentadas nos TO.

Referências bibliográficas

Livros

Barreto, M. (2010). *Guerra é Guerra*. (1º ed). Lisboa: A Esfera dos Livros.

Baltazar, M. & Rego, C. (2011). *Globalização e Desenvolvimento*. (1º ed). Lisboa: Caleidoscópio.

Branco, C., Sousa, R., & Oliveira, G. (2017). *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa; OBSERVARE.

Carney, Stephen. (2011). *Allied Participation in Operation Iraqi Freedom*. (1º ed). Washington D.C: Center of Military History.

Fernandes, S. (2005). *Europa (in) segura: União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica: a Institucionalização estratégica*. (1º ed). Lisboa: Príncipeia.

Galtung, J. (1996). *Peace by Peaceful Means. Peace and Conflict, Development and Civilization*. (1º ed). Oslo: International Peace Research Institute.

GNR. (2010). *A GNR no Iraque 2003-2005*. (1ºed) Lisboa: Revista da Guarda.

Hovens, H. & van Elk, G. (2011). *Gendarmeries and the security challenges of the 21st century*. (1º ed). Holanda: Royal Marechaussee.

Marinho, H. (2008). *O Estudo das Relações Internacionais. Teorias e Realidade*. (1º ed). Brasil: Aduaneiras.

Sousa, R. (2017). *Relações Internacionais e o Estudo da Paz e Conflito – O Contexto da Resolução de Conflitos*. In Branco, C., Sousa, R., & Oliveira, G. *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos* (pp. 49-98). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa; OBSERVARE.

Trabalhos Académicos

- Araújo, D. (2017). Atuação de forças Gendarmerie em situações de pós-conflito: A Guarda Nacional Republicana na Bósnia (2007-2010). Relatório Científico, Academia Militar, Lisboa.
- Bessa, S. (2010). A Política Europeia de Segurança e Defesa – A Participação Portuguesa. Trabalho de Investigação, Academia Militar, Lisboa.
- Bonfim, M. (2014). A Guerra do Iraque: História Oficial e Oficiosa. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
- Brito, G. (2009). A GNR e as Operações de apoio à paz: Legitimidade e limites de atuação. Trabalho de Investigação, Academia Militar, Lisboa.
- Carvalho, D. (2017). Vulnerabilidade e participação ativa das mulheres durante e no pós-conflito. A Libéria como estudo caso. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Évora.
- Fernandes, T. (2014). Potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo gendarmerie nas Operações de Apoio à Paz: a GNR em Timor-Leste. Trabalho de Investigação, Academia Militar, Lisboa.
- Ferreira, D. (2011). O Papel da GNR na política externa portuguesa. Trabalho de Investigação, Academia Militar, Lisboa.
- Graça, P. (2012). Da guerra à paz, o contributo dos Corpos Militares com funções de Polícia – A GNR no Iraque. Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.
- Lopes, N. (2015). A Organização das Nações Unidas e a necessidade de reforma do seu Conselho de Segurança perante o actual sistema internacional. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Pureza, J. (2009). Os Estudos para a Paz como desafio crítico à tradição em Relações Internacionais. Lição apresentada no âmbito das Provas de Agregação na área de Relações Internacionais,

Universidade de Coimbra, Coimbra.

Ramos, J. (2009). A GNR e as Missões Internacionais – Uma força de charneira. Trabalho de Investigação, Academia Militar, Lisboa.

Rego, O. (2014). Regras de Empenhamento da Guarda Nacional Republicana em Missões Internacionais. Trabalho de Investigação, Academia Militar, Lisboa.

Silvério, P. (2012). As forças de segurança nas operações de gestão de crises. Trabalho de Investigação, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

Val, H. (2007). Invasão ao Iraque – um estudo das coberturas das revistas Veja e Carta Capital. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Zidane, N. (2011). A importância das forças tipo gendarmerie no contexto internacional. Trabalho de Investigação, Academia Militar, Lisboa.

Publicações periódicas e outras

Baltazar, M. (2007). (Re) Pensar a Sociologia dos Conflitos: a Disputa Paradigmática entre a Paz Negativa e/ou a Paz Positiva. *Nação e Defesa*, n.º 116 - 3.ª Série, pp. 157-185.

Carreira, C. (2005). A legitimidade da Missão da GNR no Iraque. *Revista Militar*, n.º 2446, pp 1215–1262.

Coning, C., Detzel, J., & Hojem, P. (2008). *UN Peacekeeping Operations: Capstone Doctrine*. Report of the TFP Oslo Doctrine Seminar, Norwegian Institute of International Affairs.

Costa, J. (2005). A Intervenção Aliada no Kosovo. *Revista Militar*, n.º 2443/2444, pp 835 - 0.

Couto, A. (2000). Segurança e Estudos sobre a paz. *Nação e Defesa*, n.º 95/96 – 2.ª Série, pp. 21-31.

- Esteves, J. (2015). Segurança Coletiva: Protocolos, Tratados e Relações internacionais. Lusíada. Política Internacional e Segurança, nº 12, pp 167-207.
- Esteves, J. (2016). A Força de Gendarmerie Europeia – Uma década de participações em Operações de Gestão de Crises. *Revista Militar*, n.º 2579, pp 1129-1150.
- Filho, J. (2013). Peacekeeping: Surgimento, Mudanças e Desafios. *SÉCULO XXI*, Volume 4, nº1, pp 37-49.
- Hermenegildo, R. (2008). O Papel da GNR em Timor-Leste: um contributo para a Política Externa de Portugal. *Revista Militar*, nº 2477/2478, pp 783 – 0.
- Júnior, N. (2012). Legalidade e Soberania da Guerra do Iraque perante o Direito Internacional. *Fundação Educacional Nordeste Mineiro*.
- Lima, B. (2013). Portugal e a Guerra do Iraque. *Relações Internacionais*, nº 37, pp 043-061.
- Magalhães, D. (2012). Conflito entre teorias de relações internacionais sobre a paz. Implicações normativas. *Teoria das Relações Internacionais*, nº 36, pp 119-133.
- Marques, M. (2011). O Conceito “*Comprehensive Approach*” – Impacto no emprego das forças armadas e forças de segurança portuguesas. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.
- Melander, E., Petterson, T., & Themnér, L. (2016). *Organized Violence, 1989-2015. Journal of Peace Research*, Volume 53(5), pp 727-742.
- Mendes, P. (2012). A (re) invenção das relações internacionais na viragem do século. O desafio do construtivismo. *Teoria das Relações Internacionais*, nº 36, pp. 105-118.
- NATO. (2001). *Peace Support Operations AJP 3.4.1. Military Agency for Standardisation*.

- NATO. (2010a). *Strategic Concept For the Defence and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Organisation*. Heads of State and Government, NATO Summit, Lisboa.
- NATO. (2010b). *Allied Joint Doctrine For Non-Article 5 Crisis Response Operations AJP 3.4 (A)*. Ractification Draft 1, NATO Standardization Agency.
- NATO. (2010c). *Allied Joint Doctrine AJP-01 (D)*. NATO Standardization Agency.
- ONU. (1992). *An Agenda for Peace. Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*. Report of the Secretary-General.
- ONU. (2000). *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*. Security Council.
- ONU. (2002). *Resolution 1441*. Security Council.
- ONU. (2003a). *Resolution 1483*. Security Council.
- ONU. (2003b). *Resolution 1511*. Security Council.
- ONU. (2004). *Resolution 1546*. Security Council.
- ONU. (2008). *United Nations Peacekeeping Operations. Principles and Guidelines*. Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support, New York.
- ONU. (2009). *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping*. Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support, New York.
- Pinto, M. (2005). O uso da força nas operações de peacekeeping. *Política Internacional*, nº 28, pp 106-125.
- Pureza, J. (2000). Estudos sobre a paz e Cultura da paz. *Nação e Defesa*, nº 95/96 – 2ª Série, pp. 33-42.

- Pureza, J. & Cravo, T. (2005). Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 71, pp. 5-19.
- Rigueira, P. (2012). Relações Internacionais como disciplina. *Teoria das Relações Internacionais*, nº 36, pp. 023-046.
- Rocha, E. & Maso, T. (2020). Alteridad: la reinención de la paz en las Relaciones Internacionales. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 121, pp. 05-24.
- Santana, J. (2015). Segurança Coletiva: Desafios no âmbito da Organização das Nações Unidas. Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.
- Silva, J. (2002). A verdadeira paz: desafio do Estado democrático. *São Paulo em Perspectiva*. Volume 16, nº2.
- Silvério, P. (2018). Propensão da GNR nas operações de gestão de crise - Forças Constituídas. *Revista Militar*, nº 2595, pp 325 – 351.
- Sousa, F. (2011). A Participação de Portugal nas Operações de Paz e a Segurança Nacional. *Revista Militar*, nº 2509/2510, pp 271-297.
- Tschirgi, N. (2014). Construção da paz: A interface entre abordagens nacionais e internacionais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 104, pp. 21-44.
- UE. (2008). Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança. Conselho Europeu, Bruxelas.
- UE. (2013). EUCO 217/13. Conselho Europeu, Bruxelas.

Documentos Eletrónicos

Assembleia da República. (2005). Constituição da República Portuguesa. Consultado a 22 de Agosto de 2020. Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Assembleia da República. (2008). Tratado da criação da EGF. Consultado a 22 de Agosto de 2020.

Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/452063>

Branco, C. (2009). A Participação de Portugal em Operações de Paz. Êxitos, problemas e desafios.

Consultado em 20 de Agosto de 2020. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/eces/365>

GNR. (2019). Plano de Atividades 2019. Consultado em 16 de Agosto de 2020. Disponível em:

https://www.gnr.pt/InstrumentosGestao/2019/PA_GNR_2019.pdf

Kofi, A. (1993). *UN Peacekeeping Operations and Cooperation with NATO*. Consultado em 20 de

Novembro de 2019. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/1993/9305-1.htm>

MAI. (2017). 20 Anos de Missões Internacionais. Consultado em 21 de Agosto de 2020. Disponível

em: <https://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/PDF.pdf>

MNE. (1949). Carta de Confirmação e Ratificação do Tratado do Atlântico Norte. Consultado em 22-

08-2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1949/09/20900/06870692.pdf>

MNE. (1991). Carta das nações unidas. Consultado em 16 de Novembro de 2019. Disponível em:

<https://dre.pt/application/file/a/643860>

NATO. (1999a). *The Combined Joint Task Forces Concept*. Consultado em 17 de Agosto de 2020.

Disponível em: <https://www.nato.int/docu/comm/1999/9904-wsh/pres-eng/16cjtf.pdf>

NATO. (1999b). *The Alliance's Strategic Concept*. Consultado em 24 de Agosto de 2020. Disponível

em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_27433.htm

NATO. (2004). Interpretar Istambul. Notícias da OTAN. Consultado em 16 de Agosto de 2020.

Disponível em:

https://www.nato.int/docu/review/2004/issue3/portuguese/summaries_pr.html

Operacional. (2010). A nova orgânica da GNR. Consultado em 15 de Agosto de 2020. Disponível em:

<http://www.operacional.pt/a-nova-organica-da-gnr/>

Operacional. (2015). Da Guerra à Paz, a GNR no Iraque. Consultado em 29 de Maio de 2020.

Disponível em: <http://www.operacional.pt/da-guerra-a-paz-a-gnr-no-iraque/>

The Guardian. (2004). *Iraq war was illegal and breached UN charter, says Annan*. Consultado em 07

de Dezembro de 2020. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2004/sep/16/iraq.iraq>

The White House (2003). *President Discusses the future of Iraq*. Consultado em 31 de Maio de 2020.

Disponível em: [https://georgewbush-](https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/02/20030226-11.html)

[whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/02/20030226-11.html](https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/02/20030226-11.html)

UE. (1992). Tratado da União Europeia. Consultado em 21 de Fevereiro de 2020. Disponível em:

<https://eur-lex.europa.eu/legal->

[content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11992M/TXT&qid=1598130516779&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11992M/TXT&qid=1598130516779&from=PT)

UE. (1997). Tratado de Amesterdão. Consultado a 22 de Agosto de 2020. Disponível em:

<https://eur-lex.europa.eu/legal->

[content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11997D/TXT&qid=1598131771061&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11997D/TXT&qid=1598131771061&from=PT)

UE. (1999). Conselho Europeu de Helsinquia: Conclusões da Presidência. Parlamento Europeu.

Consultado em 20 de Fevereiro de 2020. Disponível em:

https://www.europarl.europa.eu/summits/hel1_pt.htm#4

UE. (2001). Tratado de Nice. Consultado em 23 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12001C/TXT&qid=1582458417094&from=PT>

UE. (2007). Tratado de Lisboa. Consultado em 22 de Agosto de 2020. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2007:306:FULL&from=PT>

Legislação⁵⁹

Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto. Diário da República n.º 167/2008, Série I de 29-08-2008. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro. Diário da República n.º 213/2007, Série I de 2007-11-06. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 11/89 de 1 de Junho. Diário da República n.º 125/1989, Série I de 1989-06-01. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro. Diário da República n.º 285/1982, Série I de 1982-12-11. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Decreto-Lei n.º 30/2017 de 22 de Março. Diário da República n.º 58/2017, Série I de 2017-03-22. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 15/2002 de 29 de Janeiro. Diário da República n.º 24/2002, Série I-A de 2002-01-29. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 17/2000 de 29 de Fevereiro. Diário da República n.º 50/2000, Série I-A de 2000-02-29. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 233/96 de 7 de Dezembro. Diário da República n.º 283/1996, Série I-A de 1996-12-

⁵⁹ Por diploma e data.

07. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Decreto-Lei nº 265/93 de 31 de Julho. Diário da República n.º 178/1993, Série I-A de 1993-07-31.

Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei nº 231/93 de 26 de Junho. Diário da República n.º 148/1993, Série I-A de 1993-06-26.

Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Portaria 1164/2003 de 10 de Setembro. Diário da República nº 209, II Série de 10-09-2003. Lisboa:

Ministério da Administração Interna.

Portaria 87/99 de 28 de Janeiro. Diário da República n.º 23/1999, Série II de 1999-01-28. Lisboa:

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003 de 20 de Janeiro. Diário da República nº 16/2003,

Série I-B de 2001-01-20. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013 de 21 de Março. Diário da República n.º 67/2013,

Série I de 2013-04-05. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Despacho nº 10393/2010. Diário da República n.º 119/2010, Série II de 2010-06-22. Lisboa:

Ministério da Administração Interna.

Anexo A - Guião de Entrevista

Tema: Operações de apoio à Paz: Guarda Nacional Republicana no Iraque (2003-2005).

Objetivos Gerais:

Analisar o papel da GNR, enquanto Força de Gendarmerie, nas Operações de Apoio à Paz, nomeadamente o seu desempenho na missão *Operation Iraqi Freedom*, e o seu contributo para a política externa portuguesa.

Questão de partida: “De que forma, a característica militar da GNR, contribuiu para a concretização da missão *Operation Iraqi Freedom* e conseqüentemente para a política externa portuguesa?”

Objetivos Específicos:

1. Identificar as estratégias de promoção para a paz, onde se integraram os contingentes da GNR na missão *Operation Iraqi Freedom*;
2. Conhecer a preparação da força militar para a missão em concreto, e os recursos humanos e materiais necessários para fazer face aos desafios encontrados no Iraque, assim como o sistema de segurança coletiva que integraram;
3. Compreender se o atributo da GNR como Força de Gendarmerie, determinou a consecução dos objetivos desta missão no Iraque, nomeadamente em questões de coordenação e interoperabilidade com outras forças militares, tanto a nível de comando como a nível operacional;
4. Identificar as principais vulnerabilidades e fatores potenciadores no planeamento e execução desta missão, quer no plano interno, quer no plano externo, assim como os desafios para o futuro, como promotores da política externa portuguesa.

Estratégia: Entrevista individual, constituída por perguntas semi-estruturadas com o objetivo de recolher a informação necessária para responder aos objetivos do trabalho definidos.

Entrevistado:

Função:

Local:

Data:

Introdução:

Esta entrevista enquadra-se na dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus e tem como tema: “Operações de apoio à Paz: Guarda Nacional Republicana no Iraque (2003-2005)”. Pretendemos, com ela, recolher informações sobre a missão da GNR no Iraque – *Operation Iraqi Freedom* (2003-2005). Por isso, o contributo que possa vir a conceder no âmbito da presente pesquisa assume particular relevância, pela experiência e conhecimento que tem sobre a temática central desta investigação.

O projeto de investigação tem como objetivo central, analisar o papel da GNR, nas Operações de Apoio à Paz, nomeadamente na missão *Operation Iraqi Freedom*, enquanto Força de *Gendarmerie* e o seu contributo para a política externa portuguesa.

Agradeço toda a atenção e tempo concedido.

1. Face ao novo perfil de risco da sociedade atual, especialmente desde o início deste século, como caracteriza a estratégia de promoção para a paz, onde se enquadrou o seu contingente da GNR durante a sua atuação no Iraque?

2. A que tipo de preparação esteve sujeito o seu contingente na *Operation Iraqi Freedom*, para integrar as forças de coligação transnacional no Iraque? Essa preparação foi diferente da dada aos outros contingentes portugueses? Se sim, porquê? Os recursos humanos e materiais foram adequados e suficientes? Dada a sua integração numa missão executada no âmbito da NATO, de que forma este sistema de segurança coletiva condicionou a preparação e tipo de missão executada?

3. O facto de a GNR ser uma força de segurança com características militares, foi importante para a consecução dos objetivos da missão? Esta característica militar foi relevante em questões de coordenação e interoperabilidade com outras Forças de *Gendarmerie* a nível de comando e a nível operacional?

4. Quais considera terem sido as principais vulnerabilidades e fatores potenciadores no planeamento e execução da missão, tanto interna como externamente? Quais considera ser os principais desafios para o futuro, na participação da GNR neste tipo de missões e enquanto mecanismo de promoção da política externa portuguesa?

Despedida: Terminamos assim esta entrevista, agradecendo a disponibilidade demonstrada. Obrigado.

Anexo B – Grelha de análise de conteúdo

| Dimensão | Categoria | SubCategoria | Entidade | Unidades de registo: Exemplo |
|--|-------------------------|--|----------|---|
| Estratégia de promoção para a paz | Imposição da paz | <ul style="list-style-type: none"> • Consentimento • Imparcialidade • Uso da força militar • Forças robustas • Capítulo VII da Carta da ONU | E1 | <ul style="list-style-type: none"> • “ (...) enquadrou-se no tipo de operação de imposição da paz, visto existir um ambiente de violência generalizada e elevada perigosidade (...).” |
| | | | E2 | <ul style="list-style-type: none"> • “Enquadra-se mais numa missão de peace enforcement.” |
| | | | E3 | <ul style="list-style-type: none"> • “Durante todo o contingente fomos obrigados a impor a paz.” |
| | | | E4 | <ul style="list-style-type: none"> • “A missão era mais de imposição de paz. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento e Informação | E1 | <ul style="list-style-type: none"> • “(...) incidiu nas áreas da manutenção da ordem pública, operações policiais, proteção individual e coletiva, língua, cultura local e religiosa no Iraque e na adaptação aos equipamentos, armamento e veículos militares, entre outras.” |
| | | | E2 | <ul style="list-style-type: none"> • “Houve boa preparação a nível da formação técnico-tática.” • “(...) apoio do 1º contingente, através de informação e |

| | | | | |
|-------------|---------------------|------------|----|--|
| | | | | reformulação do que se passava no Iraque assim como do comando da Guarda.” |
| | Aprontamento | • Formação | E3 | <ul style="list-style-type: none"> • “(...) ministrada formação de âmbito militar e policial.” • “(...) ministrada formação militar.” • “(...) foram convocados oradores diversos no que respeita à explicação do que era a cultura árabe e a religião.” • “(...) o treino era realizado em áreas ou infraestruturas das forças armadas e também em regiões onde o clima fosse idêntico ao do Iraque.” |
| • Treino | | E4 | | <ul style="list-style-type: none"> • “Todos os contingentes tiveram aprontamentos, tendo em conta as necessidades que iam surgindo no terreno e foi tudo adequado.” • “A formação teve uma grande componente militar e de tiro.” • “(...) presença de entidades religiosas, assim como médicos, e entidades com conhecimento académico da cultura do Iraque. O gabinete de psicologia da GNR também esteve presente.” |
| • Logística | | | | |

| | | | |
|---|--|---|---|
| <p>Preparação, Recursos e Sistema de Segurança Coletiva NATO</p> | <p>Recursos Humanos e Materiais</p> | <p>Recursos Humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seleção • Recrutamento • Estrutura | <p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Os recursos humanos foram adequados.” • “Após dois meses de missão, o contingente português estava completamente equipado, armado e guarnecido com o melhor do existente no mercado (...).” |
| | | | <p>E2</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Os recursos humanos foram suficientes.” • “(...) apresentou-se muito bem equipada a nível de armamento e foi ajustado à missão.” |
| | | | <p>E3</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Os recursos humanos foram adequados e os materiais foram suficientes a nível de armamento e de viaturas.” |
| | | <p>Recursos Materiais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Viaturas • Equipamento • Armamento | <p>E4</p> <ul style="list-style-type: none"> • “(...) para as missões que foram dadas, foi tudo bem estruturado e os recursos humanos foram suficientes.” • “(...) no Iraque, a GNR teve dos melhores equipamentos, senão o melhor, em armamento, coletes, óculos de proteção, entre outros.” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Estado de Direito | <p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> • “(...) condicionou toda a preparação e atuação no TO, visto ser bastante enquadradora e determinante na organização da força, tipo |

| | | | | |
|--|---|--|----|--|
| | <p align="center">Sistema de Segurança Coletiva NATO</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Paz Sustentável | | <p>de missões a desempenhar, regras de empenhamento, autossustentação e interoperabilidade (...).”</p> |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • MSU | E2 | <ul style="list-style-type: none"> • “ (...) A doutrina NATO foi essencial à missão no Iraque.” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Comprehensive Approach</i> | E3 | <ul style="list-style-type: none"> • “(...) foi fundamental a doutrina da NATO nesta missão, devido à estrutura, toda ela militar, numa missão que se situava num clima de guerra.” |
| | | | E4 | <ul style="list-style-type: none"> • “(...) a doutrina da NATO foi a doutrina e a organização certa.” |
| <p align="center">Coordenação militar e liderança</p> | <p align="center">Força Gendarmerie</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Robustez | E1 | <ul style="list-style-type: none"> • “As características militares da GNR foram vitais (...).” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade | E2 | <ul style="list-style-type: none"> • “Esta característica em muito contribuiu para a interoperabilidade com as forças armadas no TO.” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Prontidão | E3 | <ul style="list-style-type: none"> • “A característica militar da GNR é uma mais valia, e torna-se fácil cooperar com as forças armadas.” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Interoperabilidade | E4 | <ul style="list-style-type: none"> • “Se não fosse a nossa característica militar dificilmente integrávamos o Iraque. Todas as forças no iraque eram militares e isso foi fundamental.” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Equipamento • Armamento | E1 | <ul style="list-style-type: none"> • “(...) estão relacionadas com o facto de a GNR |

| | | | |
|-------------------------|---|----|--|
| Vulnerabilidades | <ul style="list-style-type: none"> • Veículos • Treino | | nessa fase não possui equipamento, armamento, veículos e treino para aquele tipo de cenário.” |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Contacto familiar | E2 | <ul style="list-style-type: none"> • “ (...) dificuldades com militares a nível do contacto com as famílias porque era uma situação difícil, mas tudo o q pôde ser feito, fez-se.” |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Contacto familiar • Comunicações telefónicas • Nível logístico/psicológico • Evacuação • Rendição | E3 | <ul style="list-style-type: none"> • “ A linha de contacto com as famílias não funcionava bem (...).” • “ (...) comunicações via telefone, estávamos limitados a um período de tempo disponibilizado e ao facto de as chamadas serem pagas (...).” • “(...) verificadas ao nível psicológico e logístico”. • “(...) tendo ocorrido também problemas na evacuação do contingente no final da missão e respetiva rendição, pois houve muita demora (...).” |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Rendição • Fardamento • Nível Logístico | E4 | <ul style="list-style-type: none"> • “A retração da força não foi a melhor (...).” • “O fardamento podia ser mais adequado ao teatro de operações (...).” • “As instalações eram muito precárias (...).” |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Característica militar/policial | E1 | <ul style="list-style-type: none"> • “(...) foram, essencialmente, as características militares e |

| | | | | |
|--|---|--|----|--|
| | <p style="text-align: center;">Fatores Potenciadores</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Profissionalismo/ disponibilidade • Apoio logístico/psicológico/sanitário • Comando GNR | | <p>policiais da GNR, o espírito missão, o profissionalismo e a capacidade de adaptação dos seus militares a um ambiente extremamente complexo.”</p> <ul style="list-style-type: none"> • “O apoio logístico, psicológico e sanitário do contingente da GNR foi excepcional e permanente.” • “Da parte da GNR, existiu sempre a preocupação de constituir equipas de acompanhamento dos contingentes (constituídas por militares, capelães e psicólogos) que proporcionaram um apoio permanente aos militares, e especialmente às suas famílias em Portugal.” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Equipamento • Preparação técnico-tática • Militares femininas • Pessoal de saúde • Comando GNR | E2 | <ul style="list-style-type: none"> • “A Guarda era referência internacional a nível de equipamento e preparação técnico-tática.” • “O facto de empenharmos militares do sexo feminino foi muito importante devido às revistas.” • “O médico era fundamental para dar apoio moral e também apoiava outros contingentes (...).” • “(...) O Comando da |

| | | | |
|--|--|--|---|
| <p>Análise estratégica da missão e desafios futuros</p> | | | Guarda, acompanhou tudo em detalhe.” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Equipamento • Integração <i>Gendarmerie</i> • Profissionalismo/ disponibilidade • Doutrina militar NATO • Célula G2 • Apoio logístico/sanitário | <p>E3</p> <ul style="list-style-type: none"> • “A nível de equipamentos (armamento e viaturas) havia uma grande uniformização (...).” • “Integração e empenhamento em conjunto com forças do mesmo tipo (...).” • “O empenho dos militares e a elevada disponibilidade (...).” • “Uniformização e normalização da doutrina militar NATO.” • Partilha de informações e presença de um oficial português na célula G2 (informações).” • “Apoio sanitário e logístico por militares italianos, romenos e portugueses (...).” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Comando da Guarda | <p>E4</p> <ul style="list-style-type: none"> • “(...) contacto permanente com o comando da guarda e em todas as situações o comando tentou rapidamente resolver com a maior serenidade e rapidez, e foi uma missão muito acompanhada.” |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Treino | <p>E1</p> <ul style="list-style-type: none"> • “ (...) manter ou reforçar as suas características militares, nomeadamente |

| | | | | |
|---|-------------------------|--|--|--|
| | Desafios futuros | <ul style="list-style-type: none"> • Autossustentação • Formação e disciplina • Disponibilidade • Equipamento • Armamento • Veículos | | <p>a formação e disciplina dos seus militares, aumentar a capacidade de autossustentação da Guarda, a disponibilidade dos seus efetivos neste tipo de missões, o treino dos seus militares para este tipo de cenários, o nível operacional do equipamento de proteção individual e coletivo, armamento e veículos adequados a este tipo de operações e saber potenciar, no momento certo, a sua atuação no quadro da promoção da política externa portuguesa.”</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Rentabilizar capacidade da GNR na política externa • Formação às policias nos TO | | E2 | <ul style="list-style-type: none"> • “O poder político podia rentabilizar a capacidade da guarda relativamente à politica externa do país.” • “Quem tem que formar policias é a GNR, devido ao facto de sermos militares, e isso tem que ser potenciado em Portugal, através do poder político.” | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Nível psicológico • Uniformização de | | E3 | <ul style="list-style-type: none"> • “Deve haver incorporação de psicólogos devido ao facto de estes poderem apoiar os militares no terreno.” • “Criação de forças com formação obrigatória em conjunto com outros | |

| | | | | |
|--|--|--|----|--|
| | | de forças de polícia militar autosustentadas | | países, de forma a podermos projetar a guarda internacionalmente e a uniformizar ainda mais (...).” |
| | | • GNR como força de reação rápida | E4 | • ” Apostar na GNR para respostas imediatas em qualquer parte do mundo em situações de crise (...).” |

Anexo C - Autorizações para realização da investigação

Deferimento para realização de estudo de investigação

GNR_CDF

seg 23-12-2019 16:18

Caixa de Entrada

Para: BRUNO MIGUEL ROMAO SILVA <[REDACTED]>

Cc: GNR_CDF_DF_DE <[REDACTED]>; Rogerio Paulo Magro Copeto <[REDACTED]>; Antonio Alves Cunha Silva <[REDACTED]>

| S/ Referência | Processo | Data | N/ Referência | Processo | Data |
|---------------|----------|------|----------------------|-----------|------------|
| --- | --- | --- | S142149/2019/CDF/GAB | 080.30.04 | 23-12-2019 |

Senhor Guarda Bruno Silva,

Relativamente ao assunto em epígrafe, encarrega-me o Exmo. Comandante do Comando da Doutrina e Formação, Major-General Domingos Luís Dias Pascoal, de informar que a sua solicitação para a realização de um estudo de investigação, no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, subordinado ao tema: "Operações de Apoio à Paz: Guarda Nacional Republicana no Iraque (2003-2005)", foi **deferida**.

Para o efeito foi nomeado como supervisor institucional o Sargento Ajudante – António Alves da Cunha Silva da Unidade de Intervenção, que deverá ser contactado para agendamento de reunião de coordenação através do email: <[REDACTED]> ou através do Telemóvel: <[REDACTED]>

Mais me encarrega de transmitir que após a conclusão do trabalho, deverá remeter uma cópia em suporte digital (não editável) da versão final do estudo de investigação.

Com os melhores cumprimentos ficando, este Comando, ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Pedro Miguel Pinto Reis
Tenente-Coronel



Autorização

Eu, Gonçalo Nuno Silva Gonçalves de Carvalho autorizo **Bruno Miguel Romão Silva**, estudante do **Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**, da Universidade de Évora, em Portugal, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração da sua dissertação de mestrado, com o título "**Operações de Apoio à Paz: Guarda Nacional Republicana no Iraque (2003-2005)**", orientada pela Professora Doutora Saudade Baltazar.

Santarém, 27 de novembro de 2020



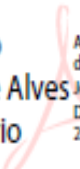
Assinatura do entrevistado

Autorização

Eu, Paulo Jorge Alves Silvério, autorizo **Bruno Miguel Romão Silva**, estudante do **Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**, da Universidade de Évora, em Portugal, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração da sua dissertação de mestrado, com o título **“Operações de Apoio à Paz: Guarda Nacional Republicana no Iraque (2003-2005)”**, orientada pela Professora Doutora Saudade Baltazar.

Lisboa, 29 de novembro de 2020

Paulo
Jorge Alves
Silvério




Assinado de forma
digital por Paulo
Jorge Alves Silvério
Dados: 2020.11.29
21:06:29 Z

Assinatura do entrevistado

Autorização

Eu, ANTÓNIO MANUEL DA SILVA RAMOS autorizo **Bruno Miguel Romão Silva**, estudante do **Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**, da Universidade de Évora, em Portugal, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração da sua dissertação de mestrado, com o título "**Operações de Apoio à Paz: Guarda Nacional Republicana no Iraque (2003-2005)**", orientada pela Professora Doutora Saúde Baltazar.

Lisboa, 02 de dezembro de 2020


Assinatura do entrevistado

Autorização

Eu, Pedro Emílio da Silva Oliveira autorizo **Bruno Miguel Romão Silva**, estudante do **Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**, da Universidade de Évora, em Portugal, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração da sua dissertação de mestrado, com o título **“Operações de Apoio à Paz: Guarda Nacional Republicana no Iraque (2003-2005)”**, orientada pela Professora Doutora Saude Baltazar.

Lisboa, 02 de Dezembro de 2020

Pedro Emílio
da Silva
Oliveira

Assinado de forma
digital por Pedro Emílio
da Silva Oliveira
Dados: 2020.12.02
11:46:33 Z

Assinatura do entrevistado